



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta ( João Carlos, Presidente da DT Engenharia):** Sim, o forte do sistema é a remoção do fósforo, assim como grande parte da matéria orgânica, remoção também de bactérias fecais. Em função da própria metodologia de tratamento, o sistema também recarrega a água com oxigênio absorvido, visto que essas águas urbanas são muito carentes de oxigênio porque a poluição tanto de esgoto como a carga difusa, elas geram consumo de oxigênio. Então o sistema também recarrega a água que sai com turbidez muito baixa como você deve ter observado lá e além disso carrega água com boas taxas de oxigênio.

**Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha):** Qual o percentual de remoção de fósforo no final do processo?

**Resposta ( João Carlos, Presidente da DT Engenharia):** Eu não tenho acompanhado a operação da COPASA, mas até onde nós acompanhamos foi medido inclusive trabalhos apresentados em congressos internacionais, remoções da ordem de 80 a 90% de fósforo, e isso é característica do nosso sistema. Nós temos aí diversas instalações plantadas no Brasil e a proposta é justamente essa: evitar que o fósforo adentre o corpo da água. Por isso que naquela oportunidade, quando nós discutimos a implantação do sistema, já se previa a instalação dessas Etaf, a fim de evitar a entrada de esgoto e consequentemente do fósforo que é o fator limitante da eutrofização dos lagos urbanos. A previsão era que se fizesse a estação do Sarandi/Ressaca, que por sinal na questão de alocação orçamentária à época, existia uma verba restrita que não daria para fazer o tratamento de todo Sarandi/Ressaca. Foi feito menos da metade da vazão necessária. Naquela oportunidade, se previa que pudesse ser ampliada para que mais do que se duplicasse a capacidade. O nosso plano todo de forma geral estabeleceu o tratamento do Sarandi/Ressaca, uma vazão que era em torno de 1.600 litros por segundo e outros três córregos. É importante observar sobre o aspecto técnico é que essa Etaf opera desde 2002 e ela opera uma vazão de base de até 750 litros, já operou até com uma vazão um pouco maior porque ela tem esse esse equipamento de reserva que gera uma redundância é possível aumentar um pouco. Por outro lado, o projeto como um todo previa uma vazão de 2.100 ou 2.200 litros por segundo, ou seja, o que que a Etaf faz é operar uma vazão parcial do Sarandi/Ressaca. Evidentemente que



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

quando você faz isso com uma vazão de 750 litros, é praticamente um terço da vazão afluyente a lagoa, ou seja, dois terços dessa vazão afluyente, principalmente a contribuição do Sarandi/Ressaca que é preponderante não só em termos de vazão mas também como em termos de carga poluidora, os resultados são bastante satisfatórios no meu entendimento. O que a gente observou ao longo dos anos, em algumas visitas que nós fizemos, é que a operação feita pela COPASA era de boa qualidade comparada com a operação de outros sistemas que nós mesmos operamos. Não podemos criticar a COPASA pela operação, por outro lado também não podemos criticar a COPASA pela abrangência da rede de esgoto, porque abrangência da rede de esgoto ela é muito vulnerável em função até do próprio usuário que muitas vezes corrompe a rede (ele faz um ampliação na sua residência e nas residências não formais, acontece de forma muito comum lançar o esgoto nas águas fluviais). Então evidentemente é fundamental que se tenha o esgotamento sanitário, mas o tratamento sanitário demonstrou que mesmo lugares que tenham 100% de rede de esgoto implantada não tem 100% de esgoto coletado, por conta dos esgotos fugitivos, até do próprio envelhecimento da rede, questões de outras obras que são aplicadas na mesma região e, com isso tem uma não coleta do esgoto por conta dessas questões técnicas. Uma questão também que é importante que vale para Belo Horizonte e vale para a maioria das cidades do Brasil, é que houve na década de 70 uma política de fazer grandes estações de tratamento de esgoto. Essa política hoje não é mais uma técnica recomendada porque se previa coletar esgoto de diversas sub-bacias e levar para uma estação maior porque ela daria uma relação custo benefício muito melhor por conta da escala da estação. O fato importante que acontece é por exemplo, acabou a energia elétrica por uma razão qualquer, aquele esgoto que deveria estar sendo bombeado para estação tratamento, faltou energia, ele não é bombeado e esse esgoto em toda elevatória existe um extravasamento e esse esgoto vai para o rio.

334. O vereador Professor Juliano Lopes pediu ao presidente para que este respondesse às perguntas de modo mais objetivo, devido terem muitas perguntas a serem feitas e ainda acrescenta perguntando se o sistema flotflux propicia





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

o atingimento de classe 3, nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CO-NAMA n. 357/2005.

**Resposta (João Carlos, Presidente da DT Engenharia):** Sim, esse sistema coloca água na classe 3. Nós desenvolvemos técnicas de aplicação modernas que a demandam inclusive em gestão de oxigênio puro na estação a gente consegue remoção de fósforo a nível de Classe 2.

**Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha):** O sistema flotflux também propicia o atingimento de classe 2, nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CONAMA n. 357/2005? Para atingimento de classe 2 por meio da tecnologia flotflux, é necessária alguma tecnologia adicional? Ela tem um custo maior?

**Resposta (João Carlos, Presidente da DT Engenharia):** Para Classe 2, a tecnologia foi se desenvolvida e daria para eventualmente ser aplicado uma upgrade na estação da Etaf, tanto em termos de melhoria da remoção de fósforo, como também do aumento de vazão que é necessário. É possível sim, teria que ter dados recentes da condição da água fluente para poder afirmar. Mas é bem possível conseguir atualmente níveis de Classe 2 sim. E eventualmente teria um custo maior, porque é necessário que você aplique mais oxigênio na água e faça um trabalho mais detalhado.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Com relação a Etaf, só para a gente confirmar, ela executa três processos: ela faz a remoção dos lixos sobrenadantes, faz desassoreamento e faz o tratamento da água para classe 3, ou caso o senhor acabou de dizer, em alguns casos, dependendo da forma da técnica, até atingir a classe 2. O equipamento ele sempre engloba essas três atividades?

**Resposta (João Carlos, Presidente da DT Engenharia):** Sempre, porque são aplicados em cursos d' água urbano ou em desvios desses cursos. Então nesse curso urbano, sempre encontrará sólidos, lixo flutuante e material arenoso.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Por que os senhores foram desclassificados na licitação de 2013?



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta ( João Carlos, Presidente da DT Engenharia):** Essa pergunta tem que fazer para a comissão que nos classificou. Na verdade foi uma desclassificação técnica. A justificativa que foi dada na época, é que o nosso sistema não atendia a premissa do edital. A gente foi até a busca de todas as instâncias, inclusive junto ao Tribunal de Contas, buscando que isso fosse revertido. Mas a pontuação técnica que recebemos foi como se fosse mais uma classificação. Nós não fomos classificados, recebemos uma pontuação técnica bem abaixo da da vencedora da licitação.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Conforme lembrado pelo Relatório Técnico 67/2018 da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas (DGAU), em 2011 a Prefeitura de Belo Horizonte fez um Chamamento Público para receber a apresentação de tecnologias passíveis de serem utilizadas na recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha para atingimento da qualidade de água em Classe 3, conforme Resolução 357/2005 do CONAMA. Em 2013, foi publicado aviso da licitação para contratação dos “Serviços de Recuperação da Qualidade da Água da Lagoa da Pampulha” — Processo Licitatório SCO-033/13 da qual a DT participou do certame. O objeto apresentado no Edital SCO-033/13 descrevia: “Recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha através da implantação de técnicas que possibilitem o atendimento aos dispositivos da Resolução CONAMA 357/2005, DN COPAM/CERH/001-08, considerando os limites para a Classe 3”. Gentileza descrever como foi a participação da DT nesse processo.

**Resposta ( João Carlos, Presidente da DT Engenharia):** A gente estranhou o edital, porque como já tinha havido um questionamento, uma discussão técnica bem Ampla em relação a essa questão da Pampulha e já havia sido implantado uma Etaf que estava em plena operação. A gente questionava o próprio edital, mas justificava-se que devia ser abranger técnicas suplementares ou substitutas, coisa que não é muito comum no mercado. Se faz uma distração com técnica e preço onde não existe um projeto básico, um projeto executivo, licenciamento estabelecido. Nos questionamos e apesar disso, como nós tínhamos uma estação implantada já há 10 anos, a gente entendeu o que seria razoável participar porque nós temos técnica, não só apontada dentro do nosso



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

nosso currículo, como implantado no próprio local. E como aquilo já tinha acontecido em 2002, a gente imaginava que pudesse ampliar a estação da Etaf do Sarandi/Ressaca.

335. O Vereador Braulio Lara (Relator da CPI) informou que foi feito recurso administrativo de representação interposto pela DT Engenharia. Aduziu ainda que tanto a DT quanto a Petroclean, empresas que estavam participando do certame, concordaram com a anulação do processo licitatório. Indagou como se deu esse processo.

**Pergunta Vereador Braulio Lara (Relator da CPI):** tanto a DT quanto a Petroclean, que era a outra empresa que estava participando do certame, concordaram com a anulação do processo licitatório. Isso porque houve uma estranha paralisação do processo por 2 anos, que foi aberto em 2013 e somente teve seus atos de julgamento em 2015. Como foi esse processo?

**Resposta do Presidente da DT Engenharia:** respondeu que a licitação foi em 2013 e que de 2013 até 2015 ajuizaram diversas ações, inclusive no Tribunal de Contas, para reportar as discrepâncias de notas entre a primeira colocada e a segunda colocada, que foram eles e o Consórcio Vilasa. A licitação ficou em análise até entrarem com representação junto ao Tribunal. Frisa que demorou muito tempo e que, por conta disso, tentaram conversar com o Prefeito para reverter a nota técnica.

336. O Vereador Braulio Lara (Relator da CPI) indagou sobre quem era o prefeito à época, e o Presidente da DT Engenharia respondeu que era o Márcio Lacerda. O Vereador Braulio exibiu slides com citação das contrarrazões, em seguida leu trecho das contrarrazões sobre a DT concordar com a anulação da licitação por incongruências no Edital. Aduziu que seu questionamento sobre o processo se dá haja vista ser possível observar que houve uma paralisação do processo por 2 anos, que foi aberto em 2013 e somente teve seus atos de julgamento em 2015.

337. Leu as razões do recurso da DT, que continha motivos pelos quais a licitação deveria ser anulada, dentre eles irregularidades no edital, e questionou



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

se as razões recursais foram apresentadas justamente pela demora da execução da licitação, pois o chamamento foi em 2011 e a licitação estava em 2013.

338. O Preposto da DT Engenharia respondeu que sim, que existiu prazo de 2 anos, e cita que no caso deles, em especial, havia diversas interações com a questão da dragagem, para que não prejudicasse a dragagem nem a ETAF, então ao passar dois anos o edital perdia referência em termos técnicos, de preço e de garantia de certidões.

339. O Vereador Braulio Lara perguntou no sentido de que já tinha 10 anos da ETA, logo, 10 anos de relatórios. Perguntou sobre a posição da empresa DT em relação aos demais casos e situações semelhantes no Brasil.

340. O Preposto da DT Engenharia respondeu que a empresa já estava há 40 anos no mercado e que o sucesso do flotflux era grande então resolveram se especializar na área. Aduziu que hoje tem diversas implantações assim pelo Brasil e que hoje conseguem resultados melhores que anos atrás.

341. O Relator Braulio Lara questiona como era a situação da Lagoa na época da licitação.

342. A DT Engenharia respondeu que ela tinha uma situação bastante degradada por conta de não haver um trabalho de avaliações anteriores para chegar a alguma solução que envolvesse todas as questões características da Lagoa da Pampulha. E que sente que há uma estagnação daquela época para hoje em termos de aplicação de novas técnicas ou ampliação de técnicas já utilizadas.

343. O Vereador Braulio Lara questionou se não houve nesse período de anos nenhum contato para fazer a ampliação de capacidade do projeto.

344. DT Engenharia respondeu que não. Respondeu que em 2017 tiveram a oportunidade de se reportar ao TCE e que foram até a Copasa sugerindo ampliações, mas a COPASA respondeu que não teria interesse, pois já estavam executando programa de coleta de esgoto para melhorar a qualidade. Porém pontua que a carga difusa não é absoluta da Copasa, logo, deveria haver um plano conjunto para combater as causas, caso contrário não tem resposta nem a curto, médio ou longo prazo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

345. O Vereador Braulio Lara (Relator da CPI), afirmou que, de acordo com o DOM, datado de 14/08/2015, a única empresa que foi contra a anulação da licitação foi justamente o Consórcio Pampulha Viva, que seria a vencedora da licitação. Indagou como a DT lidou com isso.

346. A DT Engenharia respondeu que entraram com representação no TCE, por justamente haver incompatibilidade com o exigido e as datas.

347. O Vereador Braulio Lara (Relator da CPI), buscou chamar a atenção para o ponto de que o chamamento público feito em 2011 trazia para si todas as tecnologias que estavam disponíveis no país e quem quisesse apresentar uma proposta podia apresentar. Então surgiram empresas com vários tipos de tecnologia e essas tecnologias foram apreciadas. A licitação tinha 80% técnica e 20% preço. Logo, a técnica era mais importante que o preço. Porém, aduziu que a atribuição dos pontos às empresas já fazia com que os 20% de preço não fossem relevantes e, ainda, na questão da técnica já existia uma tecnologia em uso desde 2003, que poderia ser ampliada para estancar as causas.

348. Ressalta que isso foi desconsiderado e a atribuição de notas técnicas que foram dadas pela prefeitura de Belo Horizonte inviabilizou. Destaca que deveriam ter sido estancadas as causas.

### **Pergunta do Vereador Braulio Lara (Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

“Ainda no certame SCO 033/2013, verificou-se na Ata da 2a Sessão de Abertura das Propostas de Preço, que a empresa DT Engenharia recebeu e-mail com pedido de proposta que complementa o edital para alterar o padrão de qualidade da água, mudando-o da Classe 3 para a Classe 2. [...]”

349. Durante a pergunta, leu a ata da 2a sessão apresentada na CPI sob a modalidade slide, com a finalidade de elucidar a pergunta, frisando que classe 3 não é apropriado para uso.

“[...] Assim, entendemos que apenas a DT Engenharia teve a apresentação de proposta para melhora da água para a Classe 2, o que, como vocês já explica-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ram, é significativamente mais caro e mais difícil de se obter. Por qual razão vocês foram discriminados no processo licitatório? Vocês entendem que houve ferimento da ampla concorrência na licitação, uma vez que o Consórcio Pampulha Viva não teve que atender aos mesmos requisitos?” Questionou que e-mail era esse.

**Resposta da DT Engenharia:** explicou que conseguiram uma audiência com o prefeito naquela oportunidade e que aproveitaram para falar sobre a técnica e preço focado nas causas. A solução do consórcio vencedor era tratar as causas bentônicas, porém respondeu que as causas bentônicas são consequências das causas e não as causas. O Prefeito ficou de analisar essa questão para fim de alterar a proposta.

350. O Vereador Braulio, dentro da referida explanação, perguntou como alteraria para o padrão classe 2 se não alterasse a licitação inteira.

**Resposta da DT Engenharia:** disse que imaginaram que seria objeto da prefeitura uma nova revisão com alterações, mas as alterações não mudaram o resultado. Não entendeu porque pediram a DT classe 2 e depois mantiveram em classe 3.

**Pergunta do Vereador Braulio Lara (Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** questionou se foi solicitado só à DT a classe 2 ou às demais empresas.

**Resposta da DT Engenharia:** aduziu que não sabe, mas que com base na isonomia era de se esperar.

**Pergunta do Vereador Braulio Lara (Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

indagou se haveria como encaminhar à CPI esses e-mails trocados entre a prefeitura, por meio do Sr. Ricardo Aroeira, e a DT Engenharia.

**Resposta da DT Engenharia:** informou que se trata de e-mails antigos, e que foi uma licitação em dezenas que eles participaram, porém disse que podia estar dentro da ATA e que por ser público é possível consultar a todo tempo.

**Pergunta do Vereador Braulio Lara (Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Menciona a Ata da 2ª Sessão de Abertura das Propostas de Preço do certame SCO 033/2013, especificamente o item 5) cinco que trata das propostas apre-





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sentadas, onde a DT questionou qual deveria ser considerada: a de 2013 que pede classe 3 ou a de 2015 que pede classe 2 e qual se refere à proposta enviada por inexigibilidade. O Vereador indagou se a Comissão chegou a dar alguma resposta.

**Resposta da DT Engenharia:** certamente não, porque se tivessem dado essa resposta antes com certeza teriam participado do certame. Foi a partir desse momento que entraram no TCE. Aduziu que a DT costuma ser contratada por inexigibilidade por sua competência e exclusividade, pelo mercado afora, mas que a licitação da Lagoa da Pampulha foi excepcional porque fugia do escopo, já que o próprio objeto dela não definiu nada.

**Pergunta do Vereador Braulio Lara (Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

“Ainda na Ata da 2a Sessão de Abertura das Propostas de Preço do certame SCO 033/2013, por todo imbróglio que se desenvolveu, a empresa DT Engenharia apresentou diversos questionamentos que não foram respondidos pela Comissão de Licitação.. No final, apenas o Consórcio Pampulha Viva teve condições legais para vencer o certame, ou seja, na concorrência pública, houve apenas uma proposta que se levou em consideração para ganhar o contrato de dezenas de milhões de reais. Você acha que houve favorecimento para essa empresa ganhar?”

**Resposta da DT Engenharia:** disse que o julgamento não pode ser da DT, por suspeição dado que participaram da licitação, mas que certamente a empresa DT ficou prejudicada no julgamento técnico. Nos autos do TCE houve essa comprovação. Aduziu que se passaram 10 anos, e ficou o questionamento se o tipo de licitação utilizada foi positiva, já que os resultados mostram o contrário.

**Pergunta do Vereador Wagner Ferreira:** perguntou se o tratamento flotflux é usado apenas para tratamento de águas fluviais ou também é usado em tratamento de esgoto ou estação (ETE) e em estações de ETA (estação de tratamento de água).

**Resposta da DT Engenharia:** não é usado em ETE e ETA também.

**Pergunta do Vereador Wagner Ferreira:** a taxa de sucesso de 99% é para todos os tratamentos ou só ETE e ETA?



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta da DT Engenharia:** via de regra para todas.

**Pergunta do Vereador Wagner Ferreira:** considerando a taxa de sucesso, essa tecnologia já foi usada em outros países?

**Resposta da DT Engenharia:** Estados Unidos.

**Pergunta do Vereador Wagner Ferreira:** além da Pampulha, quais outras ETAFs existem no BRASIL?

**Resposta da DT Engenharia:** são diversas...

**Pergunta do Vereador Wagner Ferreira:** a DT Engenharia é contratada para construir ou operar esses ETAFs?

**Resposta da DT Engenharia:** atualmente construímos e operamos para garantir o padrão de qualidade nas licitações.

**Pergunta do Vereador Wagner Ferreira:** a contratação da DT engenharia nesses casos foi por licitação, contratação indireta ou por inexigibilidade?

**Resposta da DT Engenharia:** contratação direta por inexigibilidade de contratação.

**Pergunta do Vereador Wagner Ferreira:** caso a PBH ou a COPASA venham a entender que a melhor tecnologia é a flotflux, poderá ocorrer contratação por inexigibilidade de licitação?

**Resposta da DT Engenharia:** deverá ser feita por inexigibilidade, pois a DT é a única no mundo com essa tecnologia desenvolvida e aplicada no Brasil.

**Pergunta do Vereador Wagner Ferreira:** o índice de sucesso mencionado pelo senhor é referente a qual tipo de fósforo?

**Resposta da DT Engenharia:** explica que o fósforo depende, mas que o padrão maior de qualidade é o fósforo solúvel.

351. O Vereador Wagner leu uma reportagem do estadão sobre o rio em São Paulo, que utilizou da tecnologia flotação: "Após 10 anos e 160 mi, SP desiste de plano de limpeza do rio Pinheiros." Perguntou ao Presidente da DT:

**Pergunta do Vereador Wagner Ferreira:** Se a flotação não deu certo no rio Pinheiros, qual a chance de dar certo na Lagoa da Pampulha?"



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta da DT Engenharia:** o governador atual quer voltar com a flotação, mas isso não representa nada em relação ao que aconteceu depois disso.

352. O Vereador Wagner passou outra reportagem, na modalidade vídeo, sobre o aterro do Flamengo (UTR) e questionou o porquê a DT acha que o método usado no aterro, que, segundo a reportagem, não obteve sucesso, na Lagoa da Pampulha.

**Resposta da DT Engenharia:** aduziu que são inúmeros fatores e que há também negligência do poder público e o apelo da mídia para ibope.

**Pergunta do Vereador Wagner Ferreira:** foi desativada a UTR do Rio Fundo em Jacarepaguá?

**Resposta da DT Engenharia:** informou que essas estações operam há mais de 20 anos e que houve então a concessão do serviço público de tratamento de esgoto feito pelas concessionárias, logo, hoje deveria ser analisada a opinião da comunidade da Barra.

**Pergunta do Vereador Wagner Ferreira:** indagou se a UTR de Jacarepaguá-RJ foi desativada por recomendação do Ministério Público Federal para interromper a produção do lodo que é um subproduto da tecnologia utilizada.

**Resposta da DT Engenharia:** disse que não, que não foi recomendado o desmonte. Aduziu que o MP fazia um questionamento sobre o destino do lodo e que há uma instigação da mídia por parte do consultor Otoni, consultor do MP.

**Pergunta do Vereador Wagner Ferreira:** perguntou sobre a participação da DT Engenharia no certame da prefeitura. Se durante a licitação foi convidada para manifestar sobre se manteria ou não a proposta de preço, tendo em vista que o prazo estaria esgotado.

**Resposta da DT Engenharia:** o Sr. João Carlos expôs que eles foram convidados a participar da abertura da proposta de preço, então mandaram representantes, e que na hora, como consta na própria ata, por não terem obtido respostas acharam melhor não apresentar pelas razões já colocadas na CPI.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta do Vereador Wagner Ferreira:** “a DT Engenharia manteve a proposta de preço apresentada na licitação?”

**Resposta da DT Engenharia:** respondeu que não, que ela simplesmente não autorizou abertura enquanto não se resolvesse em qual proposta que seriam encaixados os preços.

**Pergunta do Vereador Wagner Ferreira:** “então a DT não foi desclassificada?”

**Resposta da DT Engenharia:** O Presidente da DT Engenharia replicou no sentido de isso ser conclusão do Vereador Wagner Ferreira. Informou que os autos que a DT apresentou ao TCE mostram claramente quais eram os objetivos, ou seja, sempre foram atender os problemas da Pampulha.

**Pergunta do Vereador Wagner Ferreira:** durante o trâmite da licitação a DT solicitou reunião com a PBH?

**Resposta da DT Engenharia:** informou que não foi a DT, pois naquela época havia um questionamento da própria Câmara sobre a paralisação, então foram conversar com o prefeito.

353. O Vereador Wagner Ferreira insistiu em perguntas protelatórias e já respondidas ao longo da reunião da CPI, como por exemplo sobre o e-mail recebido por Ricardo Aroeira, e se a DT engenharia alegou em ação judicial que foi prejudicado pedindo a nulidade da licitação, o que claramente foi evidenciado pelas atas. O referido vereador leu acórdão que não se mostrou relevante para o curso da ordinária. Perguntou com base no acórdão o que se segue:

**Pergunta do Vereador Wagner Ferreira:** O poder judiciário apreciou argumento de que a empresa teria sido prejudicada pelo envio do e-mail e o rejeitou?

**Resposta da DT Engenharia:** explica que na verdade, no corpo da licitação foi aberta uma propositura feita pela sudecap para que a DT atendesse a um critério de tratamento das águas e que essas águas seriam sempre em ETAF, mas a nossa propositura foca na causa do problema e não no lodo depositado no fundo da lagoa. Logo, foi conversado com o prefeito para que mudassem o ob-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

jeto para classe 2. Aduziu que caberia por legalidade a contratação por inexigibilidade de classe 2 por ETAF e não classe 3. ETAF é exclusiva da DT. Foi entendido que os pedidos de nulidade não vingaram porque a técnica melhor para PBH era tratar o fundo da lagoa, logo, não daria certo por ETAF, mas se a ETAF não funciona porque ela continua operando de forma eficiente.

354. Vereador Braulio Lara (Relator da CPI da Lagoa da Pampulha) leu trecho da Ata da 2a Sessão de Abertura das Propostas de Preço, especificamente o item 6.6, que continha que a DT Engenharia confirmou que, de acordo com o critério de pontuação das licitantes, bem como da própria declaração do Consórcio Pampulha viva, que se autodenominou vencedora do certame, indagou por que a comissão de licitação solicitou a manutenção das propostas das licitantes mesmo ciente de que não importam os preços ofertados, visto que o Consórcio Pampulha viva já tinha sido escolhido como vencedor de certame antes mesmo da abertura de preços.

355. Aduziu o vereador que o enredo traz questões além do discutido, mas que o acórdão específico que o vereador Wagner Ferreira trouxe para a CPI, mas que já era de conhecimento da CPI, não afirmou que estava correta a desclassificação da DT Engenharia na licitação de 2013, pelo contrário o TCE deu razão à DT, mas já tinha ocorrido a prescrição.

356. Frisou, ainda, que o ponto chave são os requisitos da licitação que eram 20% preço e 80% técnica, portanto, não fazia sentido discutir o preço, haja vista a pontuação já definida. Mencionou os tombamentos na Pampulha e informou que nas visitas técnicas foi possível observar o nível de qualidade das ETAFs e que o correto seria expandir o tratamento por ETAFs, que tratam as causas. Aduziu que não entende porque a prefeitura insiste na biorremediação e em contratos que não geram resultados no desassoreamento e outros problemas. Concluiu que se não foi incompetência técnica ele não sabe o que foi. Passou a palavra para o vereador Sérgio Pinho.

**Pergunta do Vereador Sérgio Pinho:** informou que desde 2011 o Presidente da DT já apontava as incongruências nos contratos da Pampulha. Questionou



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sobre a decisão judicial, que ao seu ver, entendeu pela impossibilidade da via eleita. Dessa maneira, não adentrou ao mérito da questão, mas se restringiu somente à análise processual, pela impossibilidade da via eleita, que na época foi mandado de segurança. Disse que percebeu pelas falas do DR. João Carlos Gomes que ele não acredita que a Pampulha vai parar de receber resíduos mesmo com a implantação de método da Copasa. Questionou se o Dr. João Carlos Gomes tem essa opinião.

**Resposta da DT Engenharia:** respondeu que sim, e que a DT levanta suspeição em razão das notas que foram auferidas, que geralmente a diferença é de 1 a 2 pontos, por exemplo, e não de 15. Relatou que a Lagoa continuará recebendo resíduos, porque não é de competência da Copasa tratar as causas, tampouco desassoreamento.

**Pergunta do Vereador Sérgio Pinho:** citou os exemplos de tratamento que já tinham sido apresentados pelo então Sr. João Carlos Gomes, representante da DT Engenharia na primeira ocasião levantada pela Câmara há alguns anos, como o “piscinão de ramos”, reservatório utilizado até mesmo para banho. Indagou se a DT acredita que se tivesse sido escolhida a sua tecnologia teria resolvido o problema da Lagoa.

**Resposta da DT Engenharia:** respondeu que sim e deu exemplos como aterro do flamengo.

**Pergunta do Vereador Juliano Lopes (Presidente da CPI):** perguntou se depois do processo licitatório houve cotação ou contato com a empresa para realizar algum trabalho na Lagoa da Pampulha.

**Resposta da DT Engenharia:** afirmou que não. Informou que o que tem certeza é que por alguma recomendação buscaram a COPASA para ampliar a ETAF do Sarandi Ressaca.

357. Sem mais perguntas e/ou considerações, encerrou-se a oitiva.

### III.16 DA 16ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

358. A décima sexta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada no dia 03 de maio de 2023, às 09h06min, previsto para ocorrer no Plenário Helvécio Arantes, porém todos os membros da Comissão participaram de forma remota, através de videoconferência, dando-se início sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes e contou com a participação do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara. Participaram também a Vereadora Flávia Borja e os Vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Jorge Santos e Rubão.

359. Registre-se que não houve a participação do Vereador Irlan Melo. Dando continuidade aos trabalhos da Comissão, o Vereador Professor Juliano Lopes fez a leitura, para deliberação e votação, dos seguintes Requerimentos:

- I - Requerimento de Comissão nº 1062/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade convidar a Sra. Regina Lúcia Ateniense, membro da Comissão de Licitação SCO 033/2013, certame que resultou na celebração do Contrato AJ 032/2015, para comparecer na Câmara Municipal de Belo Horizonte, para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão. A oitiva ocorrerá no dia 09 de maio de 2023, às 09h50min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.
- II - Requerimento de Comissão nº 1063/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade convidar a Sra. Maria Luisa Ferreira Belo Moncorvo, membro da Comissão de Licitação SCO 033/2013, certame que resultou na celebração do Contrato AJ 032/2015, para comparecer na Câmara Municipal de Belo Horizonte, para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão. A oitiva ocorrerá no dia 09 de maio de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria:



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.

- III - Requerimento de Comissão nº 1064/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade convidar a Sra. Yussara Assunção Costa, membro da Comissão de Licitação SCO 033/2013, certame que resultou na celebração do Contrato AJ 032/2015, para comparecer na Câmara Municipal de Belo Horizonte, para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão. A oitiva ocorrerá no dia 09 de maio de 2023, às 10h10min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.
- IV - Requerimento de Comissão nº 1065/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade convidar a Sra. Ana Maria Barcelos de Souza Murici, membra da Comissão de Licitação SCO 033/2013, certame que resultou na celebração do Contrato AJ 032/2015, para comparecer na Câmara Municipal de Belo Horizonte, para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão. A oitiva ocorrerá no dia 09 de maio de 2023, às 10h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.
- V - Requerimento de Comissão nº 1066/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade convidar o Sr. Mário Romualdo de Oliveira, membro da Comissão de Licitação SCO 033/2013, certame que resultou na celebração do Contrato AJ 032/2015, para comparecer na Câmara Municipal de Belo Horizonte, para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão. A oitiva ocorrerá no dia 09 de maio de 2023, às



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

10h50min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.

- VI - Requerimento de Comissão nº 1067/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, tendo como finalidade a obtenção das informações referentes ao conteúdo integral dos documentos relacionados ao Processo Licitatório SCO 033/2013, bem como toda a documentação dos recursos apresentados pelas empresas participantes do certame, destacando-se que a referida licitação resultou na celebração do contrato AJ 032/2015. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo para resposta será de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento pelo destinatário.

360. Registre-se que o Vereador Braulio Lara, solicitou a palavra e informou aos demais membros da Comissão que foram enviados, anteriormente, alguns documentos relacionados ao certame SCO 033/2013, porém ainda faltam algumas informações que são consideradas de fundamental importância para os trabalhos da CPI. Deste modo o referido Requerimento foi protocolado.

- VII - Requerimento de Comissão nº 1068/2023. Solicitação de pedido de informação a ETC Empreendimentos e Tecnologia em Construções LTDA, tendo como finalidade a obtenção de informações acerca do Contrato AJ 049/2023, celebrado entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a referida empresa, do qual foi constatado a existência de alguns materiais que não guardam estrita correspondência com os serviços de desassoreamento. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo para resposta será de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento pelo destinatário.

361. Após a leitura, deliberação e votação dos Requerimento, o Presidente da Comissão deu ciência aos membros da CPI o recebimento do seguinte documento:

REQUERIMENTO	DOCUMENTO
Pt 2411/2023	DOCUMENTO PROT. 002411/2023

362. O Vereador Professor Juliano Lopes agradeceu o comprometimento e a seriedade dos membros da Comissão no desenvolvimento dos trabalhos da CPI.

363. Sem nada mais a tratar, a reunião encerrou-se às 09h15min.

### **III.17 DA 17ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA - OITIVA DO SR. WEBER COUTINHO E DEPOIMENTO DA SRA. REGINA LÚCIA ATENIENSE - MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

364. A décima sétima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada no dia 09 de maio de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes, deu início sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes e contou com a presença do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara. De forma remota, através de videoconferência, houve a participação dos Vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Irlan Melo e Rubão. Registre-se a presença dos Vereadores Wanderley Porto e Bruno Miranda.

365. A reunião teve como finalidade colher depoimentos de membros da Comissão de Licitação do certame SCO-033/2013, que resultou na celebração do contrato AJ-032/2015, bem como o depoimento do Sr. Weber Coutinho, Ex-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Gerente de Planejamento e Monitoramento Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte.

366. Os primeiros depoimentos foram realizados pelos membros da Comissão de Licitação, e estavam previstos para ocorrerem da seguinte forma/horário: Às 09h30min, depoimento da Sra. Maria Luisa Ferreira Belo Moncorvo; às 09h50min, depoimento da Sra. Regina Lúcia Ateniense; às 10h10min, depoimento da Sra. Yussara Assunção Costa, às 10h30min, depoimento da Sra. Ana Maria Barcelos de Souza Murici; às 10h50min, depoimento do Sr. Mário Romualdo de Oliveira. Após as oitivas dos membros da Comissão de Licitação ocorreria, às 11h00, o depoimento do Sr. Weber Coutinho.

367. O Presidente da CPI solicitou a inversão da pauta, deste modo os Requerimentos seriam apreciados primeiramente e logo em seguida ocorreriam as oitivas. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprovar a inversão da pauta. Dando continuidade aos trabalhos, foram discutidos e votados os seguintes Requerimentos:

- I - Requerimento de Comissão nº 1172/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação do Diretor de Manutenção da SUDECAP, Sr. Mauro Lúcio Ribeiro da Silva, para prestar informações a esta Comissão. A oitiva ocorrerá no dia 16 de maio de 2023, às 11h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.
- II - Requerimento de Comissão nº 1173/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação do Subsecretário de Zeladoria Urbana, Sr. Maurício Canguçu, para prestar informações a esta Comissão. A oitiva ocorrerá no dia 16 de maio de 2023, às 10h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- III - Requerimento de Comissão nº 1174/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação do Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura da SMOBI, Sr. Leandro César Pereira, para prestar informações a esta Comissão. A oitiva ocorrerá no dia 16 de maio de 2023, às 10h00, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.
- IV - Requerimento de Comissão nº 1175/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação do Diretor Jurídico da Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP, Sr. Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel, para prestar informações a esta Comissão. A oitiva ocorrerá no dia 16 de maio de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.
- V - Requerimento de Comissão nº 1179/2023. Solicitação de pedido de informação à COPASA, tendo como finalidade a apresentação das cópias das eventuais propostas ou correspondências da DT Engenharia para ampliação da ETAF Ressaca/Sarandi e/ou construções de novas ETAF's na região da Bacia da Pampulha, bem como de respostas, ofícios ou correspondências encaminhadas pela COPASA à DT Engenharia sobre o mesmo tema. Autoria: Ver.(a) Wagner Ferreira. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo para resposta será de 5 dias úteis a contar da data de recebimento pelo destinatário.

368. Em relação às respostas a requerimentos e indicações da Comissão, os membros da CPI tomaram ciência dos seguintes Ofícios:





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

OFÍCIO EM RESPOSTA	RESPOSTA
Requerimento de Comissão n° 507/2023	OF. SMGO/DALE N° 299/2023
Requerimento de Comissão n° 892/2023	OF. SMGO/DALE N° 325/2023
Requerimento de Comissão n° 994/2023	OF. SMGO/DALE N° 329/2023
Requerimento de Comissão n° 995/2023	OF. SMGO/DALE N° 330/2023

369. Após a discussão e votação dos Requerimentos e a leitura das respostas encaminhadas à Comissão, o Presidente da CPI, Professor Juliano Lopes, informou que daria início às oitivas.

370. Registre-se que foi encaminhado para esta Casa Legislativa um Ofício de justificativa para o não comparecimento dos seguintes membros da Comissão de Licitação: Maria Luisa Ferreira Belo Moncorvo, Yussara Assunção Costa, Ana Maria Barcelos de Souza Murici e Mário Romualdo de Oliveira. Segundo informações do referido documento, os mencionados membros encontram-se aposentados e não teriam condições de prestar esclarecimentos a esta CPI. Estava presente na reunião a Sra. Regina Lúcia Ateniense, deste modo o Presidente da Comissão agradeceu a sua presença e comunicou que daria início a oitiva. Ressalta-se que a depoente estava acompanhada pelo Procurador Municipal de Belo Horizonte, Sr. Fernando Couto Garcia. O Vereador Professor Juliano Lopes solicitou que a Sra. Regina Lúcia Ateniense prestasse o compromisso de dizer a verdade a esta Comissão, conforme dispõe o art. 203, CPP c/c art. 342 CP.

371. O Relator da Comissão, Vereador Braulio Lara, pediu a palavra e contextualizou sobre os motivos que justificavam a participação dos membros da Comissão de Licitação do certame SCO-033/2013, processo este que resultou



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

na celebração do contrato AJ-032/2015. Sobre a temática o Relator da CPI informou que aparentemente o supradito certame foi desenvolvido para privilegiar um participante, que no caso foi o Consórcio Pampulha Viva. O Relator fez menção ao Chamamento Público que ocorreu em 2011, sendo que na ocasião 10 (dez) empresas apresentaram tecnologias e métodos para a melhoria da qualidade da água na Lagoa da Pampulha. Durante os trâmites do certame SCO-033/2013 apenas 1 (uma) empresa, Consórcio Pampulha Viva, obteve os parâmetros necessários para vencer o processo licitatório, sendo que esta avaliação e resultado são objetos de questionamentos por parte da CPI da Lagoa da Pampulha. Neste sentido, a oitiva dos membros da Comissão de Licitação, que atestou o resultado final do certame e a posterior contratação da empresa, se faz necessário para uma melhor compreensão dos fatos.

372. A Sra. Regina Lúcia Ateniense informou que a sua função na Comissão de Licitação estava vinculada apenas nas análises dos balanços financeiros das empresas que se habilitaram no mencionado certame.

373. Após a explanação do Relator da Comissão e da informação prestada pela testemunha, os membros da CPI da Lagoa da Pampulha fizeram os seguintes questionamentos:

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Primeiro peço para a senhora me contar sobre seu histórico na prefeitura. Como a senhora ingressou, quais processos licitatórios já participou e a qual secretaria está vinculada?

**Resposta (Regina Lúcia Ateniense):** Informou que iniciou o seu trabalho na SUDECAP em meados de 1973 enfatizando que sempre atuou na área financeira. Disse que, à época, a sua ida para a Superintendência de Desenvolvimento da Capital se deu através de um convite feito pelo então Diretor, Sr. Maureleno de Oliveira.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

A senhora já atuava na Comissão de Licitação antes da deflagração do processo licitatório n. 01-055.158/13-50, que culminou no contrato AJ - 032/2015? Ou foi sua primeira experiência em licitação?



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Regina Lúcia Ateniense):** Informou que foi convidada para compor a Comissão de Licitação no final de 2013, mais precisamente em novembro de 2013. Sobre a sua experiência em processos licitatórios, disse que em oportunidades anteriores também compôs outras Comissões, não sabendo precisar quantas Comissões integrou. Ressaltou que a sua experiência e atuação profissional foi desenvolvida no setor de gestão financeira da SUDECAP.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Esse processo foi conduzido por uma comissão permanente de licitação? Esse grupo realizou outras licitações de matérias complexas?

**Resposta (Regina Lúcia Ateniense):** Informou que o referido processo foi conduzido

por uma Comissão permanente. Sobre a realização de outras licitações contendo

matérias complexas, disse que desconhece a parte técnica ressaltando que a sua responsabilidade estava ligada somente nas análises dos balanços financeiros apresentados pelas empresas que se habilitaram no processo licitatório.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Na época a senhora estava lotada na SUDECAP ou na PBH? A SUDECAP e a PBH têm Comissão Permanente de Licitação distintas, ou atuam em conjunto? Qual a inter-relação entre SUDECAP, DGAU e SMOBI nos processos licitatórios e contratos da Pampulha?

**Resposta (Regina Lúcia Ateniense):** Informou que quando compôs a Comissão de Licitação do certame SCO-033/2013 estava lotada na SUDECAP, ressaltou que durante os anos que exerceu atividade profissional pública sempre esteve ligada a SUDECAP. Sobre a distinção da Comissão enfatizou que até meados dos anos 2013/2014 somente a SUDECAP possuía Comissão Permanente de Licitação. A partir de 2015 a SMOBI passou a contar também com uma Comissão Permanente de Licitação. Sobre a inter-relação entre a SUDECAP, DGAU e SMOBI, disse que não conhecia a relação entre os referidos órgãos, mas tinha conhecimento da existência da DGAU, porém não tinha conhecimento sobre as atividades executadas pela Diretoria de Gestão de Águas Urbanas.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Qual a sua atuação nesta licitação? Como se dá ou como se deu a sua participação?

**Resposta (Regina Lúcia Ateniense):** Em relação ao certame SCO-033/2013, informou que recebia a documentação referente aos balanços financeiros das empresas participantes e efetuava a análise dos balanços. Ressaltou que a entrega da referida documentação ocorria na fase de habilitação.

374. Após a resposta, o Vereador Professor Juliano Lopes perguntou como era feita a análise dos balanços financeiros. Em resposta, a Sra. Regina Lúcia Ateniense disse que após o recebimento da documentação eram verificadas as informações contidas no balanço financeiro do ano anterior a fase de habilitação do supradito certame. A testemunha ressaltou que a sua função na Comissão de Licitação era somente esta análise.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

A comissão que começou a licitação foi a mesma que terminou?

**Resposta (Regina Lúcia Ateniense):** Disse que houve algumas mudanças em relação aos membros que iniciaram o certame, porém não se lembrou das referidas mudanças e os nomes dos respectivos membros.

375. O Relator da CPI, Vereador Braulio Lara, questionou se em algum momento houve a reprovação do balanço financeiro de algum participante. A testemunha afirmou que não houve reprovação.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Como as demandas de licitação chegam para vocês da Comissão de Licitação? Quem dá as ordens?

**Resposta (Regina Lúcia Ateniense):** Disse que não tinha conhecimento sobre a forma como as demandas chegavam, ressaltando que esta parte envolve aspectos técnicos da licitação. Sobre as ordens que eram passadas à Comissão



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

são de Licitação, informou que eram passadas pela Presidente da Comissão, que há época era a Sra. Maria Luisa Ferreira Belo Moncorvo.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Como são trabalhadas as impugnações trazidas pelos licitantes? As respostas emitidas pelo presidente da comissão de licitação são validadas previamente pela área técnica ou pelo departamento jurídico?

**Resposta (Regina Lúcia Ateniense):** Informou que desconhece estes trâmites, ressaltou que tais pontos estão relacionados a parte técnica. Disse que o seu trabalho foi exclusivamente voltado para a verificação dos aspectos financeiros das empresas participantes do certame.

376. O Vereador Braulio Lara perguntou se houve reprovação de alguma empresa participante por questões contábeis. Em resposta, a Sra. Regina Lúcia Ateniense disse que não houve questionamento e reprovação de nenhuma empresa.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Você tinha consciência que a Pampulha era um patrimônio cultural e o espelho d'água é tombado?

**Resposta (Regina Lúcia Ateniense):** Informou que atualmente tem este conhecimento, porém há época da licitação SCO-033/2013 não tinha ciência do grau de tombamento que foi concedido para o Conjunto da Lagoa da Pampulha.

377. O Relator da CPI questionou se o tema relacionado ao *status* de Patrimônio Cultural e Paisagístico concedido à Lagoa da Pampulha era discutido entre os membros da Comissão de Licitação. Em resposta, a testemunha disse que em nenhum momento tal assunto foi discutido.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

O processo licitatório 01-055.158/13-50 foi aberto em 2013 e teve seu julgamento apenas no final de 2015. Esse tempo de duração do processo licitatório



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

até a contratação assemelha-se aos demais processos da Prefeitura ou a duração foi por tempo superior? Por que isso aconteceu?

**Resposta (Regina Lúcia Ateniense):** Optou por não comentar ou expressar a sua opinião, ressaltou que não possuía conhecimento para responder esta pergunta pois tais aspectos envolviam questões de competência técnica. Enfatizou que a sua atribuição estava vinculada as análises dos balanços financeiros, porém disse que não era comum um processo licitatório durar tanto tempo.

378. O Vereador Bráulio Lara perguntou o que se poderia entender sobre as questões de competência técnica. Em resposta, a Sra. Regina Lúcia Ateniense informou que estas questões eram tratadas pelos profissionais da engenharia e do corpo jurídico, deste modo a testemunha não tinha envolvimento no trabalho desenvolvido por estes profissionais.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Outro ponto que chamou atenção pelo grande lapso temporal, entre o início do processo e seu julgamento, foi a mudança da maioria dos membros da comissão que analisou esse processo. Dos membros que inicialmente estavam como responsáveis, apenas 2 deles estavam na comissão que validou a licitação, sendo que apenas o Sr. Mario Romualdo de Oliveira assinou, dentre os membros originais. A senhora acha que essa mudança prejudicou a análise desse processo licitatório que é extremamente complexo?

**Resposta (Regina Lúcia Ateniense):** Informou que não tinha conhecimento sobre o referido assunto, optou por não realizar nenhum comentário a respeito.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

A senhora acha que a prefeitura segurou esse processo licitatório para conseguir ter uma comissão conivente com o resultado que ela queria?

**Resposta (Regina Lúcia Ateniense):** Optou por não responder esta pergunta, pois não tem conhecimento sobre o conteúdo do questionamento. Ressaltou que exercia a função de Gerente no setor financeiro da SUDECAP, momento este que foi convidada para compor a Comissão de Licitação do certame SCO-





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

033/2013, deste modo a sua atuação era voltada para os aspectos financeiros, não se envolvendo em outros assuntos e trâmites vinculados ao certame.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

O processo licitatório em questão foi para a contratação de “Serviços de Recuperação da Qualidade da Água da Lagoa da Pampulha”. O objeto apresentado no Edital SCO-033/13 descrevia: “Recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha através da implantação de técnicas que possibilitem o atendimento aos dispositivos da Resolução CONAMA 357/2005, DN COPAM/CERH/001-08, considerando os limites para a Classe 3”. A empresa DT apresentou impugnação ao processo licitatório, tendo seu questionamento sido negado de forma genérica. Tanto a DT quanto a Petroclean, que era a outra empresa que estava participando do certame, concordaram com a anulação do processo licitatório. Isso porque houve uma estranha paralisação do processo por 2 anos, que foi aberto em 2013 e somente teve seus atos de julgamento em 2015. A única empresa que foi contra a anulação, foi justamente o Consórcio Pampulha Viva, que seria a vencedora da licitação. Como a senhora lidou com esse cenário na época?

**Resposta (Regina Lúcia Ateniense):** Disse que desconhece o assunto, optou por não fazer nenhum comentário em relação ao questionamento.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Se em um processo licitatório for identificado algum documento vencido, a senhora inabilita ou desclassifica o licitante?

**Resposta (Regina Lúcia Ateniense):** Informou que sim, neste caso, o participante deve ser desclassificado.

379. O Relator da CPI disse que esta pergunta foi feita porque houve uma paralisação de aproximadamente 2 anos no processo licitatório SCO-033/2013, deste modo as empresas participantes apresentaram o balanço financeiro respectivo ao ano de 2012, o certame se iniciou em 2013 e ficou suspenso até meados de 2015. Deste modo as empresas deveriam enviar nova documentação, ou seja, o balanço financeiro apresentado deveria ter sido o de 2014. A



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Sra. Regina Lúcia Ateniense informou que não se recorda se houve o envio de nova documentação, dada a paralisação que ocorreu no referido certame.

380. O Vereador Braulio Lara perguntou se caso chegasse uma documentação contábil referente ao ano de 2012, em 2015, a empresa que apresentou esta documentação deveria ser desclassificada. Em resposta, a testemunha afirmou que sim.

**Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha):** Ainda no certame SCO 033/2013, verificou-se na Ata da 2a Sessão de Abertura das Propostas de Preço, que a empresa DT Engenharia recebeu e-mail com pedido de proposta que complementa o edital para alterar o padrão de qualidade da água, mudando-o da Classe 3 para a Classe 2. A senhora entende que houve ferimento da ampla concorrência na licitação, uma vez que o Consórcio Pampulha Viva não teve que atender aos mesmos requisitos?

**Resposta (Regina Lúcia Ateniense):** Informou que não tinha conhecimento sobre o referido tema. Optou por não realizar nenhum comentário.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Ainda na Ata da 2a Sessão de Abertura das Propostas de Preço do certame SCO 033/2013, por todo imbróglio que se desenvolveu, a empresa DT Engenharia apresentou diversos questionamentos que não foram respondidos pela Comissão de Licitação. No final, apenas o Consórcio Pampulha Viva teve condições legais para vencer o certame, ou seja, na concorrência pública, houve apenas uma proposta que se levou em consideração para ganhar o contrato de dezenas de milhões de reais. Você acha que houve favorecimento para essa empresa ganhar?

**Resposta (Regina Lúcia Ateniense):** Disse que não tinha conhecimento sobre esta temática.

381. O Vereador Braulio Lara fez menção aos membros da Comissão de Licitação, ressaltando o papel fundamental da referida Comissão e as suas respectivas responsabilidades. Deste modo, o Relator da CPI indagou a Sra. Regi-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

na Lúcia Ateniense sobre o fato de a mesma ter assinado um documento atestando o resultado final do certame e a escolha do Consórcio Pampulha Viva como vencedor. Ressaltou ainda que o referido processo licitatório apresentou uma série de irregularidades e inconsistências. Em resposta, a testemunha afirmou que era praxe todos os membros da Comissão de Licitação assinarem os documentos, porém cada um tinha o conhecimento somente da parte que era da sua responsabilidade. Deste modo existia uma confiança no trabalho executado e registrado pelos demais membros.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

A senhora considera que tinha conhecimento do teor técnico envolvido nos itens licitados, diferenciando a biorremediação de técnicas de engenharia em flotação?

**Resposta (Regina Lúcia Ateniense):** Informou que não tinha conhecimento técnico nesta área. Ressaltou que o seu conhecimento e atribuição estavam voltados para os aspectos financeiros e análises dos balanços apresentados pelas participantes do certame.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Depois de já ter passado o tempo, ver os resultados que a contratação produziu, pode-se concluir que a decisão da Comissão de ter descartado outras possibilidades foi ruim para a Lagoa da Pampulha?

**Resposta (Regina Lúcia Ateniense):** Informou que não possui conhecimento técnico para avaliar os resultados obtidos, porém disse que na sua percepção consegue visualizar uma melhoria das condições da Lagoa da Pampulha. Ressaltou que não tem o hábito de ir na Lagoa, pois mora em Nova Lima a muitos anos e não é comum vir a Belo Horizonte.

382. Após a resposta, o Presidente da CPI agradeceu a participação da Sra. Regina Lúcia Ateniense, informando que não haviam mais perguntas, e comunicou que a oitiva havia terminado. Deste modo, às 10h29min, o Vereador Professor Juliano Lopes agradeceu a presença do Sr. Weber Coutinho e o mesmo



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

foi comunicado que a sua oitiva seria iniciada. Após a comunicação e agradecimentos, foram apresentadas as seguintes perguntas:

**Pergunta (Professor Juliano Lopes, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Gentileza, nos explique sobre sua atuação a frente da PBH, como cargos exercidos e em quais períodos, destacando sua atuação frente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte.

**Resposta (Weber Coutinho):** Informou que em nenhum momento, durante a sua trajetória profissional na PBH, nunca exerceu a função de Secretário Municipal de Meio Ambiente. Sua última função foi no cargo de Gerente de Planejamento e Monitoramento Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA. Disse que trabalhou na iniciativa privada em uma empresa que prestava consultoria ambiental para a Prefeitura de Betim. Ressaltou que em meados de 1996 prestou concurso público para ingressar na Prefeitura de Belo Horizonte. No início do seu trabalho como servidor municipal, e por ter experiência na área ambiental, o seu serviço estava vinculado a uma espécie de programa ambiental que estava sendo executado na Lagoa da Pampulha. O mencionado programa tinha o envolvimento da SUDECAP, URBEL e da SMMA através do trabalho desenvolvido por ele. Disse que em 1997 foi aprovada a Lei de Gestão de Recursos Hídricos, deste modo os trabalhos que abrangiam toda a Bacia Hidrográfica da Lagoa da Pampulha começaram e ter maior relevância e maior atenção por parte da Administração Pública. Há época houve um levantamento/mapeamento de informações de toda a Bacia da Lagoa da Pampulha, sendo que este levantamento envolveu o trabalho e a participação de equipes de Belo Horizonte e Contagem.

383. Após a resposta, o Vereador Braulio Lara perguntou quais foram os desdobramentos e as medidas adotadas pelos municípios de Belo Horizonte e Contagem para mitigarem os problemas existentes na Lagoa. Em resposta, o Sr. Weber Coutinho informou que há época foram desenvolvidos alguns relatórios técnicos onde constavam os principais problemas da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Pampulha e as medidas que deveriam ser tomadas para sanar os



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

problemas constatados. A testemunha informou que após o desenvolvimento destes relatórios o objetivo foi a elaboração de um projeto que seria implementado na Bacia da Lagoa da Pampulha. Dando continuidade a sua fala, o Sr. Weber Coutinho disse que foi elaborado um Plano de Trabalho para o início da execução dos serviços e o recebimento de recursos públicos.

384. O Relator da CPI, Vereador Braulio Lara, perguntou se todos estes dobramentos resultaram na criação do Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha - PROPAM, em meados de 1998. A testemunha afirmou que sim, todo o trabalho desenvolvido contribuiu diretamente para a criação do PROPAM.

385. O Vereador Braulio Lara solicitou a palavra e fez menção ao supradito Programa, enfatizou que os problemas relacionados a poluição, assoreamento e péssima qualidade da água no interior da Lagoa da Pampulha já eram evidentes na década de 1990. O Relator da Comissão citou a participação dos municípios de Belo Horizonte e Contagem na elaboração de medidas para serem implantadas na Bacia Hidrográfica e mais precisamente na Lagoa da Pampulha, porém depois de vários anos e elevados gastos públicos os resultados obtidos não foram eficientes, já que, atualmente pode-se perceber um alto grau de degradação na Lagoa. Ainda sobre a temática, o Vereador Braulio Lara indagou o Sr. Weber Coutinho sobre as condições insatisfatórias que ainda são visíveis não somente na Lagoa, mas também em todo o seu complexo.

386. A testemunha afirmou que o tratamento e manutenção dos lagos urbanos pode ser considerado um desafio de enorme complexidade para o Poder Público. Sobre esta temática o Sr. Weber Coutinho citou alguns exemplos de lagoas urbanas que também apresentam um alto grau de poluição e degradação. Ainda sobre este assunto, a testemunha afirmou que os problemas relacionados à falta de cobertura de esgotamento sanitário ainda é o maior desafio da Administração Pública. Em relação a Bacia Hidrográfica da Lagoa da Pampulha, enfatizou que em meados da década de 1990, mais precisamente no ano de 1996, a cobertura da rede de esgoto estava presente em apenas 30% dos domicílios localizados na Bacia. Disse que os maiores problemas estavam concentrados no município de Contagem. O Sr. Weber Coutinho também enfa-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tizou que nesta época a COPASA lançou um determinado plano para que em cerca de 5 (cinco) anos os problemas relacionados ao lançamento de esgoto na Bacia Hidrográfica fossem sanados.

387. Após a fala da testemunha, o Vereador Braulio Lara ressaltou que atualmente a Justiça Federal homologou um acordo entre a COPASA e os municípios de Belo Horizonte e Contagem onde está previsto a cobertura do esgotamento sanitário em 100% da região que abrange a Bacia Hidrográfica da Lagoa da Pampulha. O Relator da CPI também enfatizou que este plano deverá ser concluído em 5 (cinco) anos. Deste modo, concluiu-se que o mesmo período que foi determinado em meados da década de 1990 também foi estipulado atualmente. O Vereador Braulio Lara fez uma crítica sobre os resultados obtidos anteriormente e questionou se em 5 (cinco) anos a COPASA conseguirá concluir os objetivos traçados atualmente.

388. O Sr. Weber Coutinho informou que, na sua opinião, os maiores desafios estão relacionados às ocupações irregulares e o despejo de esgoto. Acrescentou que em 1996 na circunscrição do município de Contagem existiam cerca de 36 vilas e favelas, onde as suas construções não possuíam ligação com a rede de esgoto.

389. Segundo a testemunha, no final da década de 1990, a COPASA juntamente com a Prefeitura de Belo Horizonte começou a analisar métodos e tecnologias mais eficazes para o tratamento das águas que desaguavam na Lagoa da Pampulha. Em meados dos anos 2000 foi desenvolvido o projeto da Estação de Tratamento de Águas Fluviais – ETAF, que tinha como finalidade o tratamento das águas dos córregos Sarandi e Ressaca, os principais poluentes da Lagoa da Pampulha. Ressaltou que este projeto foi desenvolvido por uma empresa paulista, a DT Engenharia, sendo que o responsável pelo projeto foi o Sr. Rômulo Tomás.

390. Após a explanação do Sr. Weber Coutinho, o Vereador Braulio Lara solicitou a palavra e fez menção sobre as questões que envolvem o acordo judicialmente homologado entre a COPASA e os municípios de Belo Horizonte e Contagem. O Relator enfatizou que ao longo dos anos o Poder Público não sanou as causas que provocaram o alto grau de poluição e assoreamento na La-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

goa da Pampulha. Ressaltou também que aspectos relacionados às ocupações irregulares, desapropriações e intervenções ligadas a engenharia poderão ser fatores complicadores para o cumprimento das medidas que foram propostas pela COPASA.

391. Em relação a ETAF, o Relator da CPI indagou o Sr. Weber Coutinho sobre quem foram os responsáveis pela construção da referida estação de tratamento. Em resposta, a testemunha informou que a construção foi custeada por recursos públicos, através do BNDES, porém não afirmou se esta informação estava correta.

392. Ainda sobre o tema, o Vereador Professor Juliano Lopes questionou se seria possível a construção de outras ETAF's nos córregos que deságuam diretamente na Lagoa da Pampulha. Em resposta, o Sr. Weber Coutinho informou que o maior volume de água, e poluentes, são oriundos dos córregos Resaca e Sarandi, razão pela qual a ETAF foi construída para o tratamento das águas destes córregos, porém a possível construção de outras estações deveria ser analisada pela COPASA.

### **Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Você participou da definição de políticas e estratégias relacionados ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha? Em quais períodos? E quais as funções exercidas?

**Resposta (Weber Coutinho):** Informou que acompanhou os trabalhos do PROPAM, principalmente no período inicial, porém as suas atividades e análises estavam mais voltadas para os aspectos de saneamento e esgotamento sanitário.

393. O Vereador Braulio Lara explanou sobre a construção e operação da ETAF, ressaltando que os resultados obtidos pela referida estação de tratamento são satisfatórios, mas afirmou que a capacidade de vazão desta estação não comporta o volume de água durante o período chuvoso, principalmente quando o volume pluviométrico atinge elevado nível. O Relator da CPI também levantou um questionamento relacionado à não construção de outras estações





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de tratamento, semelhantes a ETAF, em outros efluentes da Lagoa da Pampulha. O Vereador Braulio Lara perguntou se o PROPAM chegou a discutir a possibilidade de construção de outras estações nos efluentes da Lagoa. Em resposta, o Sr. Weber Coutinho disse que o mencionado Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha realizava uma espécie de controle de erosões, ressaltando que em meados dos anos 2000 cerca de 430 m<sup>3</sup>/s de sedimentos eram carregados para o interior da Lagoa a cada ano, caso este volume não fosse controlado em meados de 2020 a Lagoa da Pampulha estaria totalmente assoreada. Ainda sobre o tema, o ex-servidor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente ressaltou que no ano 2000 havia cerca de 104 pontos de erosão próximos da Lagoa, destacando alguns pontos do bairro Ouro Preto com maior incidência de erosões.

394. À época, o PROPAM desenvolvia estudos técnicos para mitigar os problemas de assoreamento, e segundo informações do Sr. Weber Coutinho no ano 2000 foi formado uma espécie de consórcio para recuperar e sanar os problemas existentes na Lagoa da Pampulha.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Considerando a sua proximidade e contato contínuo com a Lagoa da Pampulha, seja no exercício de funções institucionais na PBH, seja como consultor, seja como pesquisador da UFMG, pode nos auxiliar nas seguintes questões:

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Em que época, e na vigência de qual contrato foram instalados os diques e/ou estradas de serviço na Lagoa da Pampulha, nas imediações da enseada da AABB, Ilha dos Amores e dos córregos Ressaca e Sarandi?

**Resposta (Weber Coutinho):** Informou que não tinha conhecimento sobre o período em que foram instalados os diques, porém tinha conhecimento que a equipe de hidrologia da SUDECAP verificou que eram carregados um volume considerável de sedimentos nos locais próximos da AABB e Olhos d'Água, deste modo foram colocados os diques de contenção.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

395. O Vereador Braulio Lara solicitou ao Sr. Weber Coutinho que o mesmo informasse à Comissão em qual ano ele obteve a informação sobre os diques e se houve licença ambiental e de operação, emitida pelo órgão competente, para a instalação destas barreiras de contenção e dos serviços executados no local. Em resposta, a testemunha disse que não tem conhecimento sobre a emissão ou não de alguma licença, porém informou que cada ação/serviço executada na Lagoa da Pampulha deveria ser precedida pela respectiva licença. Sobre a instalação de mecanismos de contenção, o Sr. Weber Coutinho fez menção da cortina de sedimentos que atualmente se encontra próxima da Ilha dos Amores. Ressaltou que tais mecanismos são necessários para uma efetiva retenção dos sedimentos.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Pode precisar em qual momento, em que época, em que circunstâncias ocorreu o aterramento da Enseada do Zoológico?

**Resposta (Weber Coutinho):** Informou que no final da década de 1990, quando o seu trabalho era desenvolvido no PROPAM, a Enseada do Zoológico já se encontrava assoreada.

396. O Relator da CPI, Vereador Braulio Lara, ressaltou que a Enseada do Zoológico ainda é utilizada como área de operação, sendo que a Prefeitura de Belo Horizonte não tomou nenhuma providência para impedir esta situação. O Sr. Weber Coutinho disse que esta situação foi uma das pautas encaminhadas ao Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM, porém o mesmo não acompanhou os desdobramentos. Ainda sobre esta temática, a testemunha fez menção da criação do Comitê Gestor da Pampulha e do Consórcio de Recuperação da Pampulha, organizações que foram criadas pela Prefeitura de Belo Horizonte para desenvolvimento de políticas e ações, tendo como objetivo a diminuição da degradação da Lagoa.

**Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha):** Consta o seu nome, juntamente com Ricardo de Miranda Aro-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

eira e Eduardo Von Sperling, como membros da comissão que analisou as técnicas de tratamento das águas da Lagoa da Pampulha, apresentadas em resposta ao chamamento público feito pela PBH em 2011. Naquela ocasião os senhores consideraram que nenhuma das técnicas atenderiam as necessidades da PBH. No entanto, na licitação que se seguiu, curiosamente um dos participantes do chamamento público reuniu duas das técnicas apresentadas. Como se deu esse processo?

**Resposta (Weber Coutinho):** Informou que em meados de 2011, cerca de 10 empresas apresentaram tecnologias e métodos para a recuperação da qualidade da água, inclusive foram convidadas algumas empresas do exterior para apresentarem possíveis soluções. Ressaltou que o professor Eduardo Von Sperling é um profissional altamente qualificado, com inúmeros estudos e artigos publicados sobre o tema. Enfatizou que o referido professor realizou uma análise de todas as tecnologias apresentadas, chegando-se a conclusão que todas seriam boas, porém, há época, não tinham a certeza dos possíveis resultados que seriam alcançados em cada método, pois o problema da Lagoa da Pampulha era considerado bastante complexo. De qualquer modo, o objetivo foi o alcance e a manutenção do padrão de Classe 3, segundo Resolução CONAMA N° 357/2005, para o nível de qualidade da água na Lagoa da Pampulha. Há época, para a efetiva verificação do atingimento do padrão Classe 3, seriam realizadas análises trimestrais com amostras em diferentes pontos da Lagoa. Segundo informações do Sr. Weber Coutinho, as empresas que se apresentaram no Chamamento Público de 2011 chegaram a conclusão que não seria possível o atingimento dos parâmetros exigidos, já que, devido ao carreamento de sedimentos e a chegada de esgoto que era proveniente dos efluentes as tecnologias apresentadas não seriam capazes de modificar a qualidade da água. Deste modo, a biorremediação não seria suficiente para garantir o padrão Classe 3.

397. Ainda sobre esta temática, o Sr. Weber Coutinho informou que determinadas empresas do Rio Grande do Sul se articularam para participar do pro-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cesso licitatório, iniciado em 2013, para fornecer os serviços exigidos no Termo de Referência do certame.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Em relação às políticas relacionadas à gestão do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha, pudemos acompanhar que consta o seu nome como um dos responsáveis pela elaboração do dossiê de candidatura ao título de patrimônio mundial pela UNESCO. Como se formou esse grupo? Como se deram as decisões?

**Resposta (Weber Coutinho):** Em relação a formação do grupo que tinha a responsabilidade de elaboração do dossiê, disse que o professor da UFMG, Flávio de Lemos Carsalade foi o responsável pelo levantamento e inserção das informações contidas neste documento. O Sr. Weber Coutinho informou que a sua contribuição foi mais efetiva durante a análise e compilação das informações referentes a composição da Bacia Hidrográfica da Pampulha, porém nos aspectos relacionados ao tombamento e as características dos elementos paisagísticos não foram apresentados por ele, já que, não eram escopo da sua qualificação técnica. Ressaltou que após o desenvolvimento do dossiê de candidatura houve a criação do Comitê Gestor da Pampulha, que tinha como principal função o acompanhamento dos trâmites relacionados à candidatura para obtenção do Título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido pela UNESCO.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Em relação ao paisagismo, constata-se diversas intervenções na Lagoa da Pampulha, desarticuladas do projeto paisagístico original, à época do tombamento. Como exemplo, o plantio ordenado de Leucenas. O senhor participou dessas decisões? A partir de que época se deu início à utilização das cortinas vegetais formadas por Leucenas?

**Resposta (Weber Coutinho):** Informou que não tinha conhecimento sobre o plantio das Leucenas.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

398. O Vereador Braulio Lara solicitou a palavra e fez menção ao plantio de Leucenas como reflexo do descaso da Prefeitura de Belo Horizonte em preservar e manter o projeto original do Conjunto Arquitetônico da Pampulha. Ressaltou que o Parque Ecológico Francisco Lins do Rêgo, popularmente chamado de Parque Ecológico da Pampulha, foi resultado de uma enorme quantidade de materiais que foram depositados de forma indiscriminada no local, ou seja, neste local deveria haver o espelho d'água da Lagoa da Pampulha. Em resposta, o Sr. Weber Coutinho disse que o Parque Ecológico foi desenvolvido também pelo arquiteto e urbanista Gustavo Penna, profissional que possuía ligação com Oscar Niemeyer. Ressaltou que durante o projeto de desenvolvimento do Parque Ecológico também houve a participação de uma equipe de biólogos. O Relator da Comissão, Vereador Braulio Lara, enfatizou que os pontos questionáveis não estão ligados a concepção e modelo do Parque Ecológico, mas sim de todo o aterramento que foi realizado no local e que possibilitou a construção do referido Parque. Ainda sobre a descaracterização do projeto original da Lagoa da Pampulha, o Relator ressaltou que o plantio de Leucenas foi realizado de forma intencional, tendo como objetivo dificultar a visualização do alto grau de degradação que se encontram determinados pontos da Lagoa.

399. O Sr. Weber Coutinho reiterou que não tinha ciência sobre os assuntos ligados às leucenas e sobre os pontos levantados pelo Vereador Braulio Lara em relação a construção do Parque Ecológico. O Relator da CPI ressaltou que a impressão que se tem é que a Prefeitura de Belo Horizonte não observou os critérios para preservação do complexo da Lagoa da Pampulha.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Os serviços executados na Lagoa da Pampulha eram alheios às questões ambientais ou executados sem anuência técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA? Como há tanta desconexão entre as contratações na Lagoa da Pampulha?

**Resposta (Weber Coutinho):** Disse que não tinha informações sobre este assunto, deste modo optou por não realizar nenhum comentário a respeito.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Em depoimento a esta CPI, o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira referiu-se a você, tratando-o como “colega”, “amigo”, como forma de justificar as decisões e os procedimentos que constituem a intervenção promovida pela SMOBI e pela SUDECAP no bem cultural protegido por tombamento. Esta CPI quer saber: qual é o meio pelo qual o senhor exerce tal influência?

**Resposta (Weber Coutinho):** Informou que não exerceu e não exerce nenhuma influência em relação ao Sr. Ricardo de Miranda Aroeira. Ambos tiveram uma relação profissional. Ressaltou que quando iniciou a sua trajetória profissional na Prefeitura de Belo Horizonte, tinha uma relação profissional com o Sr. José Roberto Champs, que na época possuía um enorme conhecimento sobre as questões de saneamento e as características da Bacia Hidrográfica da Pampulha. O Sr. Weber Coutinho disse que em um momento posterior conheceu o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira, com quem manteve relações profissionais.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Sobre os resultados da intervenção promovida sob a batuta de Ricardo de Miranda Aroeira, esta CPI vai apresentar alguns deles. Diante disso, esta CPI pergunta: é o que você esperava? O senhor indicou tratamento por biorremediação a SMOBI e ou a SUDECAP?

**Resposta (Weber Coutinho):** Disse que em nenhum momento indicou a biorremediação na Lagoa. Sobre os resultados obtidos na Lagoa da Pampulha, informou que ainda existem problemas que dificultam o trabalho da Prefeitura, fazendo menção as questões relacionadas aos aspectos das ocupações irregulares que consequentemente despejam o esgoto nos córregos que deságuam na Lagoa, citou as erosões e os sedimentos que são carregados não somente pelos córregos, mas também pelas águas das fortes chuvas e enfatizou a falta de respeito da população no despejo irregular do lixo.

**Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha):** Uma das consequências do sistema de biorremediação é a ineficiência no atingimento da Classe 3. Outra consequência é o custo anual de R\$16 milhões de reais. Em sua trajetória acadêmica, o senhor tem pesquisado a ETAF da Pampulha e concluiu sobre a sua eficiência, tanto que em 2007, de-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

fendeu dissertação sob orientação de Marcos Von Sperling com o seguinte título: Emprego da Flotação a Ar Dissolvido no Tratamento de Cursos D'água - Avaliação de Desempenho da Estação de Tratamento dos Córregos Ressaca e Sarandi Afluentes da Represa da Pampulha, Ano de Obtenção: 2007 Marcos von Sperling, que também atesta a retirada fósforo. Nesse sentido, pergunto: A ETAF da Pampulha é um caso de sucesso?

**Resposta (Weber Coutinho):** Disse que a construção e operação da ETAF pode ser considerada uma medida de sucesso, já que, além de reter toda a quantidade de resíduos sólidos, também tem a capacidade de “capturar” o fósforo. Ainda sobre o tema, fez menção ao projeto inicial da construção da referida estação, lembrando que no final da década de 1990 a Prefeitura começou a fazer um levantamento para verificar as possibilidades de mitigação dos problemas de sedimentos e poluição que eram oriundos dos córregos Ressaca e Sarandi. Durante estas tratativas, a Prefeitura juntamente com o auxílio da DT Engenharia, empresa paulista, começaram a analisar a possibilidade de construção e operação de uma estação de tratamento no entroncamento dos mencionados córregos. O Sr. Weber Coutinho enfatizou que a DT Engenharia, há época, já possuía uma enorme experiência no desenvolvimento de estações de tratamento de águas fluviais, deste modo tais tratativas resultaram na construção da ETAF-Pampulha em meados de 2002.

**Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha):** Porque você acredita que não houve mais investimentos em processos para evitar que o problema chegue na Pampulha? Tratar só a Lagoa não é enxugar gelo?

**Resposta (Weber Coutinho):** Disse que a ETAF resolve os problemas de retenção de resíduos e não de sedimentos.

400. Após a resposta, o Vereador Bráulio Lara ressaltou que a ETAF possui um canal desarenador, ou seja, a estação também tem a capacidade de reter sedimentos, porém a capacidade desta estação é limitada, já que, no período chuvoso e o consequente aumento do volume de água a Estação de Tratamento de Águas Fluviais – Pampulha, não entra em operação, deste modo o volu-





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

me de sedimentos e poluição são carregados para o interior da Lagoa. O Relator da CPI também citou o problema da poluição difusa, principalmente do esgotamento sanitário que não é canalizado e deságua nos córregos que são afluentes da Lagoa da Pampulha. O Vereador Braulio Lara enfatizou que parte da Lagoa virou uma espécie de estação de tratamento muito em decorrência da ineficiência do Poder Público em fiscalizar e desenvolver políticas mais eficientes para mitigar as causas do assoreamento e poluição da Lagoa da Pampulha. Sobre as ações da Prefeitura e a ineficiência do Poder Público, o Relator da CPI também fez menção a CPI da "BHtrans" e da "Covid", que buscaram evidenciar a gestão ineficiente de entidades ligadas ao transporte público e saúde. Ressaltou que até a presente data nenhuma atitude foi tomada para sanar os problemas constatados.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Nos relatórios da Fundação Christiano Ottoni você consta como consultor externo e trabalha na construção dos relatórios. Quanto você recebeu para realizar esses trabalhos? Você não considera seu posicionamento maculado, uma vez que tem uma ligação tão forte com o Ricardo Aroeira e a PBH?

**Resposta (Weber Coutinho):** Informou que o grupo de trabalho responsável pela elaboração dos relatórios também era composto por 2 consultores externos, sendo ele e o biólogo Sr. Rafael Pereira Resck, e por profissionais da COPASA. Ressaltou que o trabalho de desenvolvimento dos relatórios era coordenado pelo professor Sr. Nilo de Oliveira Nascimento, sendo que o mesmo fornecia os dados das análises realizadas com as amostras das águas da Lagoa. Disse que o relatório era divulgado 1 vez por ano, e que teve participação no desenvolvimento de 3 relatórios. Em relação aos valores recebidos, o Sr. Weber Coutinho informou que recebia por hora trabalhada, não sabendo precisar quais foram os valores recebidos. Em termos gerais, disse que em um determinado trabalho recebeu cerca de R\$ 25.000,00, já em outro momento recebeu R\$ 12.000,00. Em relação ao seu posicionamento nos trabalhos realizados com os professores da Fundação Christiano Ottoni, enfatizou que as suas análises e opiniões foram feitas de forma independente e técnica, reafirmando



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que não houve nenhuma interferência por parte do Sr. Ricardo de Miranda Aroeira.

401. O Relator da CPI, pediu a palavra e criticou o fato dos relatórios da Fundação Christiano Ottoni atestarem que a qualidade da água na Lagoa da Pampulha não atingiu de forma sistemática o padrão de Classe 3 da Resolução CONAMA N° 357/2005, e mesmo assim, sem o cumprimento do objeto, houve o pagamento dos valores previstos no contrato. Em resposta, o Sr. Weber Coutinho informou que o grupo de trabalho, que foi responsável pelo desenvolvimento dos relatórios técnicos, era composto de profissionais extremamente qualificados, porém não entrou no mérito relacionado ao não cumprimento do objeto pactuado contratualmente, que seria o atingimento do padrão Classe 3, e os pagamentos realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte para o Consórcio Pampulha Viva.

**Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha):** Porque você mudou seu posicionamento entre a sua dissertação e o atual modelo de aplicação do Phoslock na Lagoa da Pampulha?

**Resposta (Weber Coutinho):** Disse que não houve mudança do seu posicionamento, ressaltando que o tema da sua dissertação estava direcionado para a análise de funcionamento e obtenção de resultados da ETAF-Pampulha.

402. Após esta resposta o Presidente da Comissão, Vereador Professor Juliano Lopes, agradeceu a presença de todos e informou que os membros da CPI não tinham mais perguntas para o Sr. Weber Coutinho.

403. Sem nada mais a tratar, a reunião encerrou-se às 12h22min.

**III.18 DA 18ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA - OITIVA DOS SENHORES FELIPE ALEXANDRE SANT'ANNA, LEANDRO CÉSAR PEREIRA E MAURÍCIO CANGUSSU**



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

404. A décima oitava reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada no dia 16 de maio de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes, deu início sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes e contou com a presença do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara. Estavam presentes também a Vereadora Flávia Borja e os Vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares e Rubão.

405. A reunião teve como finalidade intimar o diretor jurídico da Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP, Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel, para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos da Comissão. Requerimento de Comissão nº 1175/23, de autoria do vereador Braulio Lara. 10h00: Intimar o secretário municipal de Obras e Infraestrutura da SMOBI, Leandro César Pereira, para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos da Comissão. Requerimento de Comissão nº 1174/23, de autoria do vereador Braulio Lara. 10h30: Intimar o subsecretário de Zeladoria Urbana, Maurício Cangussu, para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos da Comissão. Requerimento de Comissão nº 1173/23, de autoria do vereador Braulio Lara. 11h30: Intimar o diretor de Manutenção da SUDECAP, Mauro Lúcio Ribeiro da Silva, para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos da Comissão. Requerimento de Comissão nº 1172/23, de autoria do vereador Braulio Lara.

406. Antes das mencionadas oitavas, o Presidente da Comissão colocou em votação a inversão da pauta, tendo sido a inversão aprovada. Por conseguinte, fez a leitura dos seguintes Requerimentos, que foram discutidos e votados:

- I - Requerimento de Comissão 1247/2023 contendo pedido de informação destinado à Prefeitura de Belo Horizonte para informar sobre as medidas que foram e estão sendo tomadas para mitigar os impactos ambientais e ecológicos na microbacia hidrográfica da Pampulha, oriundos da ocupação urbana irregular no bairro Trevo, mais especificamente em uma região denominada Dandara Autoria: Ver.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- (a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo para resposta será de 5 dias úteis a contar da data de recebimento pelo destinatário.
- II - Requerimento de Comissão 1254/2023 para realização de oitiva com a finalidade de convidar os professores/pesquisadores da Fundação Christiano Ottoni, Alessandra Giani, Talita Silva e Nilo Nascimento para prestarem informações que serão de suma importância para os trabalhos desta comissão, no dia 26 de maio de 2023 às 11h, 11h15 e 11h30, respectivamente, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver. Professor Juliano Lopes. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento marcando data e horário da oitiva para 26/05/2023, às 11 horas.
- III - Requerimento de Comissão 1255/2023 para realização de oitiva com a finalidade de intimar servidor do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, Carlos Henrique Bicalho, a prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos da Comissão, no dia 23 de maio de 2023 às 9h30, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver. Braulio Lara e Ver. Professor Juliano Lopes. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento marcando data e horário da oitiva para 23/05/2023, às 9:30 horas.
- IV - Requerimento de Comissão 1256/2023 para realização de oitiva com a finalidade de intimar a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte - FMC para comparecer por meio de seu representante ou indicar colaborador para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos da Comissão, no dia 23 de maio de 2023 às 10h30, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver. Braulio Lara e Ver. Professor Juliano Lopes. Discutido e votado, a



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Comissão optou pela aprovação do Requerimento marcando data e horário da oitiva para 23/05/2023, às 10:30 horas.

- V - Requerimento de Comissão 1257/2023 para realização de oitiva com a finalidade de intimar o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para comparecer por meio de seu representante ou indicar colaborador para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos da Comissão, no dia 23 de maio de 2023 às 11h00, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver. Braulio Lara e Ver. Professor Juliano Lopes. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento marcando data e horário da oitiva para 23/05/2023, às 11:00 horas.
- VI - Requerimento de Comissão 1258/2023 para realização de oitiva com a finalidade de intimar a CNT Ambiental LTDA para, por meio de seus representantes Marco Antônio de Rezende Teixeira ou Tarso Carvalho de Resende, prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos da Comissão, no dia 26 de maio de 2023 às 09h30, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver. Braulio Lara e Ver. Professor Juliano Lopes. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento marcando data e horário da oitiva para 26/05/2023, às 09:30 horas.
- VII - Requerimento de Comissão 1259/2023 para realização de oitiva com a finalidade de encaminhar à Millennium Tecnologia Ambiental LTDA, com endereço na Avenida A. J. Renner, nº 1.426, Humaitá, Porto Alegre - RS, convite a André Ruga e Eduardo Ruga, seus representantes, para prestarem esclarecimentos, pessoalmente, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, tendo como finalidade a prestação de informações que serão de suma importância para



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

os trabalhos desta Comissão, no dia 26 de maio de 2023 às 10h00, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver. Braulio Lara e Ver. Professor Juliano Lopes. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento marcando data e horário da oitiva para 26/05/2023, às 10:00 horas.

- VIII - Requerimento de Comissão 1260/2023 para realização de oitiva com a finalidade de encaminhar à Hidroscience Consultoria e Restauração Ambiental LTDA, com endereço na Rua Joaquim Nabuco, nº 15, Conjunto 304, Cidade Baixa, Porto Alegre - RS, convite a Tiago Finkler Ferreira, seu representante, para prestar esclarecimentos, pessoalmente, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, tendo como finalidade a prestação de informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão, no dia 26 de maio de 2023 às 10h30, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver. Braulio Lara e Ver. Professor Juliano Lopes. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento marcando data e horário da oitiva para 26/05/2023, às 10:30 horas.
- IX - Requerimento de Comissão 1261/2023 para realização de audiência pública com a finalidade de debater e apresentar tecnologias, métodos de trabalho e soluções para a melhoria da qualidade da água, desassoreamento, retenção e retirada de resíduos, bem como de lixo sobrenadante da Lagoa da Pampulha, no dia 13 de junho de 2023 às 09:30, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver. Braulio Lara e Ver. Professor Juliano Lopes.

407. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento marcando data e horário da oitiva para 13/06/2023, às 09:30 horas.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

408. Os membros da CPI também tomaram ciência das seguintes respostas aos Requerimentos de Comissão:

REQUERIMENTO	RESPOSTA
Requerimento de Comissão nº 989/2023	CE DOP Nº 120/2023
Requerimento de Comissão nº 998/2023	OF. SMGO/DALE Nº 340/2023

409. O Presidente da Comissão, também deu ciência aos membros da CPI o recebimento dos seguintes documentos:

REQUERIMENTO	RESPOSTA
Requerimentos de Comissão nº 1054/2023 e 1062/2023	DOCUMENTO PROT. Nº 002604/2023
Requerimentos de Comissão nº 1063/23, 1064/23, 1065/23 e 1066/23	DOCUMENTO PROT. Nº 002751/2023

410. Em seguida, o vereador Braulio Lara fez uma menção aos 80 anos da Lagoa da Pampulha completados na presente data, e citou também o movimento organizado no dia 13 em pró da Lagoa, na qual foi-se cobrado medidas assertivas com resultados efetivos. No fim, frisou a importância desse bem cultural e a importância de fazer todos os esforços necessários para que se tenha esse patrimônio preservado.

411. Após essa exposição inicial, o Presidente dessa comissão convidou o Sr. Felipe Alexandre Santa Ana Mucci Daniel - Diretor Jurídico da SUDECAP, juntamente com seu procurador para dar início a oitiva. Antes de iniciar a oitiva,





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

o presidente da CPI, vereador Juliano Lopes, solicitou que o Sr. Felipe Alexandre prestasse compromisso em observância ao disposto no art. 203 do Código de Processo Penal. Felipe Alexandre confirmou que estava de acordo e ciente. Após cumprimentos, o Vereador Braulio Lara, Relator desta CPI, deu início às perguntas.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Primeiro peço para você me contar de seu histórico na prefeitura. Qual foi o seu concurso, quais setores você já trabalhou e quais as suas principais responsabilidades? Gentileza citar os períodos.

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Felipe começa contando um pouco sobre seu currículo como Doutor e mestre em Direito Administrativo pela UFMG, ex professor da UFMG e atualmente como professor de Direito Administrativo no Centro Universitário UNA. Destaca que inicialmente começou a trabalhar na Prefeitura em 2007 como assessor jurídico da Secretaria da Fazenda e após um ano, começou a trabalhar como assessor jurídico e secretário de administração no TRE/MG. Voltou a prefeitura em 2017 com cargo comissionado de diretor jurídico da SUDECAP, função que desempenha até o presente momento.

412. Diante da resposta, o vereador Professor Juliano Lopes, Presidente dessa CPI, pergunta como é a composição do setor jurídico da SUDECAP. Felipe responde que é o diretor jurídico, que possui um quadro de advogados em seu gabinete, alguns departamentos composta de advogados que compõem a diretoria jurídica. Ressalta também que possui uma área de desapropriação, a área de contratações e a área de licitações da diretoria jurídica.

413. O vereador Professor Juliano Lopes segue perguntando se existe alguma subordinação da SUDECAP em relação à Procuradoria do Município. O Sr. Felipe começa explicando a questão orçamentária do município e que a maior parte do orçamento que a SUDECAP administra é da Secretaria de Obras, então o orçamento vinculado a essa, ele é da administração direta, gerando uma vinculação direta entre a SUDECAP e a administração direta por conta desse



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

orçamento. Com base nisso, o vereador Professor Juliano Lopes questiona se a atuação da SUDECAP é independente. Felipe responde que a atuação técnica é independente, ou seja, as decisões dos engenheiros, decisões que envolvem executar determinados serviços, estratégias de atuação.

414. Em relação à Secretaria Municipal de Obras, o vereador Professor Juliano Lopes questiona como se dá a atuação da SUDECAP. Felipe responde dizendo que qualquer projeto que a SMOBI queira executar, eles colocam no plano de obras, que é o instrumento para o planejamento das contratações. Nesse sentido, a SUDECAP irá organizar o planejamento dessa contratação, fazendo o projeto básico, o projeto executivo, quando for o caso, se não tiver como fazer isso internamente vai licitar a realização deste projeto básico e deste projeto executivo; contratar uma empresa para fazer e coordenar esses trabalhos e depois licitar a contratação da obra em si. Quem fiscaliza todo esse processo é a SUDECAP.

415. Em relação ao papel fiscalizador da SUDECAP, o vereador Professor Juliano Lopes levantou a questão da limpeza da Lagoa da Pampulha e questionou se houve alguma determinação da SMOBI para a SUDECAP a respeito da técnica usada para a limpeza. Felipe responde afirmando que as questões prévias à licitação ele não participa e que só participa do momento em que o projeto básico chega para a diretoria jurídica pronto para a licitação. Em seguida, o vereador Braulio Lara questiona a não participação do setor jurídico nas questões prévias à licitação e pede para ele explicar detalhadamente como ocorre esse fluxo. Felipe começa explicando que eles possuem uma área demandante, a área que vai organizar a fase interna da licitação, onde se constrói documentos técnicos que é o chamado projeto básico da licitação e também faz um documento chamado solicitação de contratação para que seja aberto o processo licitatório. Essa documentação é encaminhada para a diretoria jurídica e chega numa área chamada gerência de elaboração de editais, que irá ficar responsável por conferir a documentação, montar o processo licitatório e encaminhar para o parecer jurídico e, estando tudo ok, o edital é assinado e enviado para a publicação. Ademais, se envia toda a documentação para a comissão de licitação que conduzirá esse processo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

O vereador apresenta um organograma apresentando a estrutura organizacional da SMOBI na qual mostra que não há subordinação ou relação direta da SUDECAP com a DGAU. Com base nisso, questiona qual é a percepção do senhor Felipe Alexandre com relação a essa hierarquização e a sua atuação como jurídico dentro da SUDECAP se entra em algum momento em assuntos da DGAU.

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Confirma que a DGAU é uma estrutura independente que trata diretrizes para as águas urbanas da cidade. Felipe até o ano anterior, era delegatário do procurador-geral do Município e portanto, tinha uma atuação também nos processos da Secretaria de Obras. Afirma que essa função foi repassada a todos diretores jurídicos da SUDECAP, mas que agora a Secretaria de Obras possui estrutura própria de jurídico, devido uma nova orientação com a mudança de governo. Não sabe explicar o porque houve essa mudança de orientação mas que em termos jurídicos não existe também um porque para explicá-la.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Se não tem mais essa outorga de uma "procuração" internamente do Procurador Geral do município, em algum momento então o senhor estaria impedido de dar pareceres ou fazer qualquer tipo de manifestação vinculada aos assuntos da DGAU? Deveria vir à procuradoria? Como que o senhor interpreta hoje na sua atividade após essa mudança?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Após essa mudança, houve uma transferência também de atividades da SUDECAP para a Secretaria de Obras, motivo pelo qual se teve que montar uma estrutura própria do jurídico. Paralelo a isso, as atividades relacionadas a Lagoa da Pampulha também foram transferidas para Secretaria de Obras, de modo que Felipe não atua mais nesses processos, atuando somente enquanto era delegatário da Secretaria de Obras. Portanto, do ponto de vista jurídico e técnico, não possuem interferência entre eles.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Até março de 2022, foi quando então, um novo jurídico foi estruturado. Dentro dessa equipe do jurídico que foi reestruturada, você ficou dentro da SUDECAP mas chegaram outros advogados para trabalhar com o senhor? Como esse setor ganhou mais corpo? ele foi simplificado? Como houve essa restauração?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Aduz que com a saída de competências da SUDECAP, eles chegaram a ceder pessoas para a Secretaria de Obras e, eles então agora respondem sozinhos sobre a sua atuação. Informou não terem conhecimento e não participarem mais.

**Pergunta (Vereador Irlan Melo):** Percebe-se que há falhas apontadas no processo licitatório que são ou foram respondidas por pessoal da área técnica da PBH. Todavia, do ponto de vista jurídico, tais falhas não foram suprimidas e a licitação teve seguimento. O departamento jurídico acompanha essas respostas?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Aduz que comissão de licitação é autônoma e que eles não podem ter interferência sobre ela, apenas e tão somente se ela os solicitarem, isso pois, a comissão tem também pessoas com formação jurídica dentro da comissão.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Nesses últimos capítulos da Lagoa da Pampulha, houve essa interação por parte deles com o jurídico? A pergunta se refere à licitação de 2018 por inexigibilidade.

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Alega que o processo de inexigibilidade foi conduzido inicialmente pela Secretaria de Obras, onde Felipe era o delegatário do procurador-geral, e participou na elaboração do parecer jurídico e levando ao conhecimento do procurador-geral para a sua aprovação.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Apesar de você não estar na época do certame SCO 033/2013, você assinou o contrato que do processo de inexigibilidade do Consórcio Pampulha Viva. Durante o processo licitatório que precedeu o contrato que você assinou, na ata da 2ª Sessão de Abertura das Propostas de Preço, por todo imbróglio que ti-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

nha se desenvolvido, a empresa DT Engenharia apresentou diversos questionamentos que não foram respondidos pela Comissão de Licitação. No final, apenas o Consórcio Pampulha Viva teve condições legais para vencer o certame, ou seja, na concorrência pública, houve apenas uma proposta que levou em consideração para ganhar o contrato de dezenas de milhões de reais. Você acha que houve favorecimento para essa empresa ganhar?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Responde dizendo que a inexigibilidade de licitação é um procedimento que ela parte sobretudo de uma questão fática. O art. 25 da Lei 8666/93 diz que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição. Acrescenta que quem diz se a competição é viável ou inviável é a área técnica. Aduz que houve um documento elaborado pela área técnica da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas que dizia que a solução apresentada pela Lagoa da Pampulha era aquela única solução possível e que as únicas empresas que podiam atender aquela proposta que eles entendem como possível, eram as empresas que fazem parte do Consórcio Pampulha Viva. O papel do jurídico nesse caso, é apenas de fazer um enquadramento legal e não contestar o relatório técnico.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** O jurídico então estava substabelecido pelo Procurador Geral do Município enquadrando o que a área técnica da DGAU estava remetendo para a finalização daquela inelegibilidade. É isso mesmo?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Sim, é isso mesmo. Acrescenta que ainda teve o cuidado de levar o parecer jurídico para o procurador-geral e ele também assina o parecer geral, embora não precisasse.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** O jurídico então não faz um crivo do que vem da área técnica?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Diz que o departamento analisa se a justificativa é razoável, se ela se enquadra dentro dos limites legais e, uma outra coisa importante que precisa analisar é o artigo 26 da lei 8666/93. Tem que justificar, segundo esse artigo, a razão da escolha do fornecedor, justificar de forma razoável, sustentar tecnicamente, justificar também o preço.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

A questão doutor, é porque é justamente sabendo que o capítulo anterior da licitação SCO 033/2013 teve controvérsias, ou seja, o próprio registro na própria ata de licitação, a questão inclusive de acionamento judicial, nós na CPI estamos entendendo que eram elementos jurídicos que precisavam de vir à tona e na hora da licitação de 2018 que foi feita no modelo de inelegibilidade, artigo 25, conforme o senhor bem disse, tudo isso foi desconsiderado ou não foi desconsiderado e houve análise e houve parecer. O senhor pode me falar se isso veio à tona na época dentro das análises solicitadas ao setor do senhor?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** A análise de processos administrativos é feita com o que consta dos Autos. Naquele momento, argumentava que o seu departamento não estava exercendo papel de auditores do processo anterior e, não tinham competência para isso, então analisaram estritamente o que estava dentro dos Autos do processo administrativo. Aduz que existia um relatório técnico dizendo que naquele caso e naquele momento, era a única solução que atendia a Lagoa da Pampulha.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Você não acha que houve favorecimento do consórcio para levar essa licitação?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Não tenho condições de opinar sobre isso.

416. Após isso, o vereador Irlan Melo questiona dizendo que não vale a pena prosseguir com perguntas sobre o mérito da decisão técnica, pois o convidado não teria condições de julgar esse mérito, o que ele entende é a respeito das questões jurídicas pertinentes se estavam formalizadas. O vereador Braulio argumenta que houve para sustentar uma inelegibilidade, uma anexação de documentos, relatórios, relatórios técnicos internos a exemplo do relatório 67 de 2018 que a senhora Ana Paula defendeu que foi uma análise estritamente técnica, mas o que se viu é que existiam outras tecnologias e que foram todas desqualificadas na licitação de 2013 que foi feito em 2015. Acrescenta que lá atrás na ata da segunda sessão, registrada pela comissão permanente de lici-





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tação, todo mundo foi desclassificado e ficou só o consórcio Pampulha Viva. Destaca que na semana anterior, foram convidados membros dessa comissão para comparecer à CPI e a única pessoa que apareceu falou que não lembrava de nada. Portanto, são situações pontuais e que precisam de esclarecimentos, pois os indícios estavam lá, ou segue adiante ou se questiona. Aduz que uma forma para se trazer à tona uma transparência, talvez fosse exatamente o que dois anos de teste de uma tecnologia que foi apostada pelo poder público em 2015, ela poderia ser revisitada mas a área técnica afirmou que só existia aquela solução para tratamento da Lagoa. Isso gera um gasto de 16 milhões de reais por ano. Então o jurídico fez uma análise estrita aos pontos técnicos jurídicos, mas embasado no relatório técnico que foi feito pela DGAU e o que causa estranheza é que os relatórios não comprovam a eficácia da medida. Após esse esclarecimento, o vereador continuou com as perguntas.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Como efetivamente foi feito pela Sudecap, o primeiro processo de contratação foi um técnica e preço, por mais questionável que ela tenha sido. Isso no mínimo permitiu que outras empresas pudessem apresentar uma proposta para melhorar a qualidade das águas da lagoa da Pampulha. Em termos gerais, a inexigibilidade de licitação é aplicada quando a Administração Pública faz a contratação de forma direta, nos casos em que o objeto do contrato é caracterizado como inviável para competição. Se você faz uma licitação, obviamente é porque há competitividade. Como sustentar na prefeitura a mesma contratação por dois tipos de licitação diferentes, sendo a segunda uma inexigibilidade?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Aduz novamente que eles deveriam se ater ao relatório que constava nos autos do processo administrativo, que eles não revisitam outro procedimento, que isso é um papel ligado à auditoria. Argumenta que lhes foi encaminhado uma solicitação de contratação que é um documento que solicita a análise e ele indaga com base nesse parecer jurídico enquadramento legal em exigibilidade, e a resposta do parecer foi pelo que consta dos Autos do processo administrativo, enquadra-se no artigo 25 da lei 8666 de 1993.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Vereador Irlan Melo):** Você está à frente da diretoria jurídica há quanto tempo?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** desde 2017.

**Pergunta (Vereador Irlan Melo):** De 2017 até hoje, quantos processos licitatórios você já participou que no final constatou inelegibilidades?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** excelência eu não tenho esse número.

**Pergunta (Vereador Irlan Melo):** mas existem?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Existem! Outros processos com inexigibilidades, como por exemplo para contratar professor, para capacitar servidores é inexigibilidade de licitação. Então eu não sei dar o número para o senhor aqui.

**Pergunta (Vereador Irlan Melo):** mas isso é exceção?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** a contratação direta sem licitação por natureza constitucional conforme determina o artigo 37 inciso 21 da Constituição, ela é excepcional. A regra geral é a licitação.

**Pergunta (Vereador Irlan Melo):** E no caso aqui você estava dentro do processo de licitação?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Foi contratação direta, não teve licitação.

417. O vereador Braulio Lara questiona porque não foi feita a licitação com concorrência, já se optou pela inelegibilidade, mesmo tendo tantos indícios que não era o caso. Argumenta que isso é uma constatação de fatos.

**Pergunta (Vereador Irlan Melo):** Nesse caso, o senhor fez questão de pegar a assinatura do Procurador, porque?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Processos prioritários para o município, invariavelmente a gente leva conhecimento do órgão jurídico central que é o Procurador Geral do Município.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Precisava de uma chancela jurídica maior, pelo fato de ser uma inelegibilidade?



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** É recomendável.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**  
E o procurador se manifestou de alguma forma ou simplesmente foi adiante também e pronto acabou?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** O parecer jurídico foi assinado por nós dois.

418. Após isso, o vereador Professor Juliano Lopes abriu as considerações finais. Sendo assim, o vereador Bruno Miranda parabenizou os trabalhos da comissão e argumentou que quando se acha do ponto de vista técnico a melhor solução ou melhor caminho e, se a lei faculta a contratação por inelegibilidade, porque não fazê-lo? Um processo grande como um de limpeza da Lagoa da Pampulha é um processo em que devido sua complexidade, se torna interminável e, talvez seja por isso, um dos motivos, que a equipe técnica tenha tomado essa decisão. O vereador Braulio contra argumenta: a lei de licitações prevê o caso de inexigibilidade de fato quando precisa de uma inexigibilidade, não é só uma opinião de quem é técnico, se ele quer com a inexigibilidade ou não, porque no ambiente onde existe a concorrência, a obrigação do servidor público é de fazer a concorrência. O vereador Bruno Miranda responde que os técnicos disseram que não havia outra solução.

419. O vereador Braulio Lara aduziu que é isso que eles estão confirmando com o senhor Felipe Alexandre, justamente porque se ele está afirmando que ele se balizou em informações técnicas, cabe aos membros desta CPI, agora entender se essas informações técnicas foram corretamente analisadas porque ao entender desses, se houve uma licitação em 2015 que levou a uma contratação de aproximadamente 30 milhões de reais para dois anos de execução e foi aplicada a biorremediação. Isso dá pelo menos dois anos de informações técnicas coletadas a partir do que antes era ainda uma aposta. O vereador Bruno Miranda enfim conclui que durante toda sua experiência na vida pública, observou muitas empresas tentando vender soluções que nada refletem a realidade.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de da Lagoa da Pampulha, mas finaliza dizendo que deve prevalecer o poder público.

420. O vereador faz uma pergunta questionando se a licitação que está sendo discutida é para decidir quem será contratado para executar um certo objeto ou é para definir qual o melhor objeto a ser contratado.

421. Felipe Alexandre responde que a área técnica fez a fase interna do procedimento de contratação, que é a fase em que ela define o que contratar. Então ela fez a escolha do objeto que é aquilo que deveria ser contratado para a lagoa da Pampulha e dentro daquele objeto ela só identificou uma solução e um consórcio capaz de atender essa solução. E por isso foi por inelegibilidade.

422. O vereador Bráulio Lara também seguiu com perguntas.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Durante esse tempo em que você está à frente do departamento jurídico da SUDECAP, já acompanhou ou teve que se manifestar em Processo Administrativo Disciplinar (PAD) por ações ou omissões praticadas por servidores, em afronta a princípios constitucionais da moralidade, da impessoalidade, ou quaisquer falhas na elaboração de processos licitatórios ou na execução de contratos, como as fases de fiscalização e de pagamento?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Responde dizendo que essa é uma competência da Controladoria Geral do Município, que conduz esses processos disciplinares

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Mas em algum momento, vocês já acionaram?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Em matéria de processo licitatório, durante o período em que esse está a frente do departamento jurídico, ele não se lembra.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

O senhor participou de algum outro tipo de processo que envolvesse contratação em serviços da Lagoa da Pampulha?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Ocorreu a licitação também do contrato de desassoreamento que foi a licitação que se inici-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ou em 2016 e houve algumas prorrogações. Quando eu entrei, ela ainda estava em curso, eu não participei porque estava nas mãos da comissão de licitação, eu participei depois que a licitação foi homologada. Em 2018 o contrato foi assinado, então publicado e daí para frente conduzido pela SUDECAP. Também ocorreu a licitação de limpeza de sobrenadantes feita também com a participação da comissão de licitação e com parecer da diretoria jurídica.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Só para complementar, aquele Pregão Eletrônico 22 de 2022 que foi depois revogado, o senhor participou?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Esse foi conduzido pela SUDECAP.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Para o processo certame SCO 033/2013, uma das participantes da Comissão Permanente de Licitação da Pampulha, na última oitiva, falou que não sabia que a Pampulha era tombada. O departamento jurídico não faz nenhum alerta a respeito disso para os processos de intervenção na Pampulha? Você sabia que a pampulha é um bem cultural protegido?

**Resposta (Felipe Alexandre - Diretor Jurídico da SUDECAP):** Sim, temos conhecimento desse tombamento. Em todas as contratações feitas, houve exigência de licença ambiental que faz essa interface com o tombamento também.

423. O vereador Professor Juliano Lopes agradece a presença do convidado e encerra as perguntas. Em seguida, chama à essa CPI o convidado Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura da SMOBI. No entanto, foi informado pelo Procurador do Município que o mesmo se encontra de férias e que a SMOBI informou a CPI dessa circunstância na semana anterior

424. Com isso, prosseguiu com o próximo convidado, o senhor Mauricio Cangussu, Subsecretário de Zeladoria Urbana juntamente com seu procurador para dar início a oitiva. Antes de iniciar a oitiva, o presidente da CPI, vereador Juliano Lopes, solicitou que o Sr. Mauricio Cangussu prestasse compromisso em observância ao disposto no art. 203 do Código de Processo Penal. Mauri-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cio Cangussu confirmou que estava de acordo e ciente. Após cumprimentos, se deu início às perguntas.

**Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha):** Gentileza nos relatar a sua formação e a sua trajetória profissional, bem como a experiência na PBH, os cargos exercidos e períodos correspondentes.

**Resposta (Mauricio Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** Sou engenheiro civil, graduado pela UFMG com ênfase em engenharia de transportes; Sou pós-graduado em infraestrutura de transportes e rodovia e em construção civil; Sou mestrando em engenharia de transportes também pela UFMG. Ingressei na prefeitura de Belo Horizonte através de concurso público para superintendência de desenvolvimento da capital em 2018, e entrei na diretoria de manutenção à época, na divisão de manutenção de vias públicas da SUDECAP. E de 2008 a 2013 eu ocupei o Cargo de engenheiro civil e fiscal de contratos de manutenção e restauração de pavimentos. Em 2013 a convite do então Diretor de Manutenção Silvio Malta, eu aceitei o convite para ser gerente da divisão de manutenção de vias públicas, e lá permaneci até 2017. Em 2018 a convite do então e atual Diretor de Manutenção, Engenheiro Mauro Lúcio Ribeiro da Silva, fui convidado para assumir o Departamento de Obras de Manutenção, que além de abarcar os contratos de manutenção viária, abarca o contrato de manutenção da infraestrutura geral do município, incluindo bacia de detenção, galerias pluviais, obras de artes especiais, obras emergenciais e as obras de dessassoreamento e limpeza do espelho d' água da Pampulha. Em 2022 a convite também, do diretor Mauro Lúcio, assumiu o cargo de gerência de apoio a manutenção da subsecretaria da zeladoria e urbana da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura da prefeitura de Belo Horizonte. Então eu não sou secretário, ou subsecretário da Zeladoria Urbana da SUZURB. Eu trabalho dentro da SUZURB mas ocupo a gerência de apoio à manutenção da Diretoria de Manutenção da SUZURB.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha):** Você atua ou já atuou como fiscal de contratos? Em quais contratos? Em que época?

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** Não. Todos os contratos que eu fui fiscal se referem a restauração e reabilitação de pavimentos urbanos.

**Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha):** Você atua ou já atuou na elaboração de termo de referência em processos licitatórios? Em quais processos? Em que época?

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** Todos de restauração de pavimento. Relativo aos da Lagoa da Pampulha, tem o 2421 que é o atual de limpeza do espelho d'água sobre nadantes e o último de desassoreamento que a licitação foi suspensa.

**Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha):** Quando você passou da SMOBI para o seu atual posto? Como foi essa transição?

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** Foi em julho de 2022. Houve uma diretriz institucional, onde toda a Diretoria de Manutenção que era da SUDECAP na transição para SMOBI, foi criada a SUZURB, Subsecretaria de Zeladoria Urbana e, a Diretoria de Manutenção foi toda para SUZURB e, se deu assim essa transição.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Pode descrever, precisamente, qual a sua função, como se dá a sua atuação nas autorizações concedidas em Guias de Liberação de Medição (GLM)?

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** Existem quatro níveis de assinatura na GLM, que é do fiscal do contrato, o gerente de divisão, o gerente de departamento local na qual eu me incluo e o da diretoria. Então eu atesto todas as medições da minha gerência.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Quais os parâmetros foram conferidos para que o você venha atestar com a sua assinatura a confiabilidade da medição?



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** Existe uma previsão de desembolso mensal e, o cargo gerencial tem uma de suas atribuições, o acompanhamento de desembolso, e basicamente o valor.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Como isso é desenvolvido na prática internamente?

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** Anexas à essas guias e liberação de medição existem relatórios fotográficos e memórias de medições. Isso vem no processo e, a gente avalia, vê o montante final da medição e atesta.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Em algum momento contratual, você confere item a item os dados informados pelo fiscal do contrato?

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** Assinaturas anteriores me dão segurança de assinar.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** essas autorizações que foram concedidas pelos demais, sempre seguem essa ordem lógica?

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** Sim, somente em questões de férias onde entram fiscal substituto em que há duas assinaturas.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Qual a importância e trabalho do Mauro Lúcio na GLM?

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** Parte dele todas as diretrizes para construção dos trabalhos, seja a questão cronológica, desembolso, técnicas e especificação de serviço. Nos é dada a demanda, fazemos o levantamento para tramitação interna, relatórios técnicos, enfim, todas as diretrizes.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Se essas assinaturas são tão importantes, porque você deixa de assinar no decorrer do contrato? Não teve a sua validação?

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** Não teve minha validação. Estou vendo aqui que a fiscal é a Ana Paula, então, cer-





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tamente esses contratos de tratamento de ambientes aquáticos, foram transferidos para DGAU e desde então eu não assinei.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Quando houve essa mudança? Porque pararam de assinar no decorrer do contrato? Houve alguma irregularidade?

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** Todas as GLM da minha gerência e da Diretoria de Manutenção tem essas quatro assinaturas.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Questiona os contratos que não foram assinado pelos quatro e sim pela Ana Paula e Ricardo Aroeira, e aponta se não é suspeito deixar um dos principais responsáveis pelas obras da Pampulha atestar o que eles mesmos estão fazendo?

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** Diz que só pode responder a respeito da sua gerência e que esse contrato não fazia parte dela nesse período.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Então em um determinado momento, o contrato deixa de ser da gerência e muda a atribuição? Você sabe nos dizer como é isso? e qual é a data em que isso ocorre?

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** Não sei dizer a data, mas esse contrato ele se iniciou na Diretoria de Manutenção sobre a minha gerência. O Marcelo Novaes era o fiscal e entendeu que uma vez que os relatórios são avaliados e atestados pela DGAU, esse contrato deveria ser transferido para lá e, assim foi feito.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Essa determinação veio de cima? É uma orientação do jurídico? Como funciona isso internamente na prefeitura?

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** Não sei te dizer. Chegou a mim, pelo meu diretor, Mauro Lúcio Ribeiro da Silva.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Você se recorda da data?



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** Não me recordo da data.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Quantos GLM você já tinha participado?

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** Bem no início do contrato, salvo engano, foram feitas 4 medições atestadas pelo Marcelo

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Você chegou a fazer um juízo de valor do montante gasto durante os anos que passaram para serviços que tentaram mitigar os problemas da lagoa da Pampulha? Nunca houve uma percepção de que os métodos utilizados não demonstram muita eficácia uma vez que a causa dos problemas não são atacadas diretamente?

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** Não. Não é a minha área de atuação, não participei do processo de elaboração do contrato, então não me julgo competente para responder.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** perguntou quem que atribui, no momento que o contrato é feito, que a sua gerência deva participar da guia de liberação de medição se esses temas não vinham diretamente ao setor do Senhor?

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** respondeu que é uma questão institucional e não sabe dizer quem.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** é uma ordem de cima que diz “olha, essa estrutura vai seguir assim e vocês passam a cumpri-la?”

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** respondeu que sim.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Indagou se após passar pouco tempo já mudam de novamente.

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** respondeu que não sabe dizer.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

425. O Presidente da CPI, Professor Juliano Lopes, questionou se o Maurício participa de trabalhos de campo na Pampulha. Se sim, perguntou desde quando. O subsecretário respondeu que sim, mas esporadicamente, desde que iniciou no departamento de obras da SUDECAP.

426. O Presidente da CPI, Professor Juliano Lopes, questionou, ainda, se o subsecretário esteve presente quando houve a formação de cortina de leucenas (as cortinas de leucenas adentraram na oitiva, pois foram consideradas barreiras para que a população não veja o alto nível de degradação da lagoa). Em caso de resposta positiva, perguntou se saberia em que ano foram plantadas ou começaram a aparecer. Questionou quem plantou.

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** “eu sei que existem, são espécies invasoras, mas desconheço qualquer participação da prefeitura nesse processo”

**Pergunta (Professor Juliano Lopes - Presidente da CPI):** efetuou um silogismo diante da resposta de que o depoente afirmou que tem ciência que as leucenas são plantas invasoras e que não fazem parte do projeto paisagístico tombado.

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** sim. O Presidente da CPI, Professor Juliano Lopes, informou que na convicção dele as leucenas foram plantadas no local, para se formar uma cortina e impedir que as pessoas enxerguem a poluição na Lagoa da Pampulha. Ainda nesse sentido, informou que da forma como encontram, enfileiradas e com distância semelhantes, gera-se essa desconfiança.

427. O Vereador Braulio Lara, Relator da CPI, complementou no mesmo sentido e comparou os depoentes à presidente Dilma que nada sabia sobre a Petrobrás. Acrescentou que a Lagoa da Pampulha já consumiu 1,4 BILHÃO de reais e que todos informam que nada sabem. Aduziu ainda que o Parque Ecológico foi um crime cometido contra a Pampulha e que a ANDRADE GUTIERREZ devia ter retirado a areia do local e não deixado no local de modo a aca-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

bar com o espelho d'água. Após 80 anos de Lagoa, próximo do zoológico a Lagoa está aterrada e que se continuar assim perderá todos os seus braços.

428. O Vereador Braulio Lara, Relator da CPI, para finalizar a oitiva do Sr. Maurício Cangussu, apresentou o slide nº 15, mostrando que houve processo de representação do MPMG - Ministério Público de Minas Gerais ao TCE contra a SUDECAP referente ao contrato em discussão. Com base na representação perguntou o que se segue:

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** perguntou como o senhor Maurício viu essa decisão do TCE que comprovou o descaso com o patrimônio da Pampulha, demonstrando inclusive que a área citada nos autos foi utilizada como bota espera (canteiro de obras).

**Resposta (Maurício Cangussu - Subsecretário de Zeladoria Urbana):** respondeu que irá passar para o jurídico da SMOB.

429. Encerrada a oitiva do Sr. Maurício Cangussu.

430. Após intervalo de 10 (dez) minutos, iniciou-se a oitiva do Sr. Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP.

**Pergunta (Professor Juliano Lopes - Presidente da CPI):** questionou quando o Sr. Mauro Lúcio começou na PBH.

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** informou que é formado em técnico de estradas pelo CEFET, em engenharia e mencionou todo o seu currículo. Informou que prestou concurso na PBH (SUDECAP) e DER, como já estava na SUDECAP há um tempo, preferiu continuar. Entrou em 2008, e foi convidado a ocupar algumas gerências. Salientou que foi cedido para SMOB para nova subsecretaria, que é a SUZURB, onde se encontra atualmente.

**Pergunta (Professor Juliano Lopes - Presidente da CPI):** indagou se em relação a lagoa da Pampulha tem contratos.

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** respondeu que sim, que a diretoria trabalha com manutenção e dentre



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

os contratos de manutenção existem vários relacionados a pampulha, inclusive para recuperar o espelho d'água.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** apresentou o slide 12 e mostrou que nos contratos tinham assinaturas de quatro pessoas e a última era a do diretor, ora depoente. Com base nos parâmetros do contrato para tratar ambiente aquático para garantir classe 3, pontuando que alguns parâmetros de medição foram alterados, questionou qual era o papel do diretor assinando o AJ 57/2018.

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** respondeu que a atribuição do seu cargo é de liberação das guias de medições, uma vez que ela já foi feita pelo contrato, citou que foi aferida no próprio contrato e cita o nome de Renato Gonçalves. Informou que existem visitas constantes, e que uma vez atestada pelo chefe de departamento e pelo fiscal do contrato, ele enquanto diretor autoriza um encaminhamento da guia de liberação da medição para ser emitida a nota fiscal.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** na sua posição como diretor, operacionalmente falando, cabe a você alguma validação desse processo ou o fato das três assinaturas anteriores já terem sido feitas o senhor encaminha adiante?

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** respondeu que avalia se a memória chega completa e se tem relatórios técnicos com memória de medição. Analisou, no contrato específico, se tinha os relatórios técnicos e memórias de medição assinados pela engenheira Ana Paula e pelo engenheiro Ricardo Aroeira, que eram anexados e seguiam com a memória de medição. Respondeu que seguia o decreto de encaminhar essas guias dando anuência.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Aduziu que no contrato, chega um determinado momento que as assinaturas mudam. Questionou o porquê houve alteração nas assinaturas, passando de 4 (quatro) para apenas duas - Ana Paula e Ricardo Aroeira - no lugar do diretor. Perguntou porque isso aconteceu.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** informou que foi a seu pedido, haja vista que o contrato anterior foi conduzido pelo Marcelo Orvalho e que por ter mão de obra restrita para a quantidade de demandas, como o Marcelo estava sobrecarregado com o contrato da Pampulha, ele procurou o superintendente Henrique Castilho e solicitou uma pessoa capacitada que elaborasse relatórios. Uma vez que o contrato foi transferido, foi para outra diretoria assinar.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** perguntou se foi uma demanda que veio de baixo, do Sr. Marcelo, por exemplo, ou foi uma constatação do Mauro sobre a sobrecarga.

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** respondeu que foi uma constatação dele.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** na ocasião, como diretor da Sudecap, não havia uma incompatibilidade e conflito de atribuições, sobre quem deveria fazer a gestão do contrato ?

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** disse que o contrato continha SMOB, que os recursos destinados para esse contrato também eram da SMOB, então não vê problema em entregar o contrato, que já era sancionado pelos dois técnicos para que os mesmos o conduzissem.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** esclarece que é necessário elucidar o que foi dito, porque os principais responsáveis pelas obras da Pampulha são Ricardo Aroeira e Ana Paula como técnica responsável. Após quatro medições é estranho que seja atribuído aos próprios a fiscalização deles mesmos.

431. Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP disse que quando solicitou a transferência, não sabia que iriam para as mãos da Ana Paula e Ricardo, mas tão somente solicitou a transferência. Entendiam que como os relatórios técnicos saíam de lá nada mais inteligente que enviar para manter tudo em um setor só.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

432. O Vereador Braulio Lara, Relator da CPI, mencionou o que foi dito pelo diretor sobre quem ficava acima dele: o superintendente Henrique Castilho. Nessa linha, segundo ele, os engenheiros estavam sobrecarregados - na época Marcelo e Renato - sendo assim, remeteu o contrato para DGAU. Indagou se a decisão foi dele ou do Henrique Castilho?

433. Mauro Lúcio Ribeiro da Silva respondeu que foi do Henrique Castilho.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** questionou quem era o secretário na época.

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** respondeu que era o Sr. Josué Valadão.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** perguntou por que não foi remetido para outro setor ou outra equipe técnica e sim para DGAU.

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** respondeu que pelo fato do relatório ser feito na DGAU, ele mesmo sugeriu que fosse conduzido lá. O Henrique Castilho entendeu e comunicou o secretário e assim foi feito.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** elucidou que o que estão tentando entender é que tendo em vista os responsáveis pela execução do contrato, e o contrato garantia o padrão classe 3, recapitulou a história citando o chamamento em 2010, onde apareceram 10 propostas de tecnologia, em 2013 iniciou-se o processo de licitação, porém houve uma pausa nas licitações nessa época e somente veio a ser concluído em 2015 (SCO 033). Em 2015 o consórcio selecionado foi o Pampulha Viva, em 2018 mesmo com todas as irregularidades e ineficácia de resultados, houve novo processo licitatório só que sem concorrência e sim com inexigibilidade, indicando o C.P.V como único capaz de realizar os trabalhos. Houve relatório da Ana Paula, assinado e validado pelo Ricardo Aroeira, e isso vai adiante. E vocês são fiscais. Lá no início quem tomou a decisão técnica não era quem estava fiscalizando. E de repente há um retorno para quem atesta a inexigibilidade fiscalizar. Foi o secretário que tomou essa decisão?





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** acredito que sim.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** questionou se em nenhum momento questionaram o método utilizado na Lagoa da Pampulha apesar dos relatórios demonstrarem que não estava resolvendo.

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** respondeu que perceberam a melhora da lagoa, mas não sabia quando isso ia evoluir ainda mais.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** a questão do contrato de desassoreamento ter andado junto com a limpeza das águas não gera conflito entre os próprios objetos?

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** é possível, porque pode sim gerar estranheza nos resultados.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** e estranheza nos pagamentos, porque mistura os materiais na água. O contrato que estava em vigor era garantir classe 3 e nenhum momento "lançar material, remédio..."

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** acredito que já tenha sido dito aqui, mas algumas vezes foi atingido padrão classe 3 e quando não atingido houve glosas.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** mesmo não atendidos houve pagamento. Surpreenderia?

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** não surpreenderia.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** esse é o ponto. Quem estava fiscalizando? Ricardo Aroeira e Ana Paula? Ninguém mais fazendo crivo?

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** Talvez a fundação Cristiano Ottoni.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** "bem, pelo que entendo a Fundação Cristiano Ottoni apresenta relatórios auxiliares e não estrutura que autoriza pagamentos."



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** respondeu que a fundação fornece balizadores que permitem fazer o comparativo e o double check dos ensaios. A empresa Pampulha Viva apresentava suas medições que eram o material que Ana Paula e Ricardo faziam seus relatórios e encaminhavam para fazer parte da memória de medição.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** o que chama a atenção é que quem propôs a tecnologia também estava gerenciando a execução. Tinham quatro pessoas diferentes que não eram as mesmas para fazer a validação, e essas pessoas saem de cena. Depois, foi possível observar relatórios da própria Fundação Otoni mostrando que não foi atingido o padrão classe 3. O problema grave é que o contrato não estava sendo atendido. As glosas que o Sr. referenciou, já levantamos essa informação aqui e o contrato foi 100% pago.

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** informou que quando se fala que a equipe saiu do "atesto" das medições, a partir desse momento o contrato não passa mais pelo crivo da diretoria dele e, portanto, não saberia lhe falar.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** aduziu que por isso que foi feita a pergunta do momento que o senhor Mauro era diretor. Indagou se isso entrou nas pautas de reuniões dos engenheiros, se entrou para o questionamento, porque o contrato já está indo para o quinto aditivo, então seria o momento de um novo levantamento. O de desassoreamento foi suspenso. Então, pergunta-se: se a PBH tem excelentes técnicos esses assuntos foram tratados por essas pessoas? E qual foi o encaminhamento? Manter tudo como está?

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** respondeu que o encaminhamento dado foi da DGAU. Informou que coube à DGAU, que as orientações recebidas sobre tratamento de mananciais e qualidade da água sempre vieram da DGAU.

434. O Vereador Juliano Lopes adentrou no sentido de expor que entende que pelo que foi dito até então pelo Sr. Mauro e Sr. Maurício Canguçu é que os grandes responsáveis pelo insucesso do tratamento são os senhores Ricardo Aroeira e Sra Ana Paula. Está claro. Se não atingiu a classe 3, a grande res-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ponsável é a Sra Ana Paula. Informou que ela mesma afirmou isso durante reuniões da CPI. Aduziu que para ele está claro que se a água não chegou ao padrão classe 3 a Sra. Ana Paula é a grande responsável.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI):** indagou quando que o Sr. Mauro Lúcio passou a ter contato com a Lagoa da Pampulha.

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** a partir de 2018.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI):** durante esse período, o senhor tem algo a dizer sobre as leucenas?

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** respondeu que a semente por ser leve o vento consegue transportá-la em distâncias muito grandes e por isso é uma espécie invasora. Não é uma árvore plantada pela PBH, inclusive não é nem passível de recuperação ambiental quando é suprimida. Aduziu que se buscar no google earth é possível visualizar quando a Andrade Gutierrez atuou no local e que os tapumes inseridos ali podem ter contribuído para a disposição das árvores enfileiradas. A leucena causa problemas, há bacias de contenção feitas com gabião e elas nascem entre o gabião e podem acabar destruindo-o. Quando estão maiores temos que utilizar motosserra.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI):** perguntou por que não foi feito isso lá.

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** aduziu que elas acabam atuando como cortinas e protegendo de certa forma a Lagoa da Pampulha da operação do desassoreamento da lagoa da Pampulha.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI):** aduziu que essa é a questão: qual o papel das leucenas ali. Ao seu ver torna o ambiente maculado e a PBH não tomou nenhuma providência.

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro da Silva - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** informou que não tem nenhum contrato para supressão das leucenas hoje e que deve haver um critério para retirá-las.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** O secretário em nenhum momento tomou alguma medida?

435. Mauro Lúcio Ribeiro da Silva aduziu que essa pergunta deveria ser feita a ele. As plantações na Pampulha seguem a Fundação de Parques e Jardins.

436. O Vereador Braulio Lara, Relator da CPI, informou sobre o movimento Reage Pampulha, e que houve uma caminhada do movimento em prol da Lagoa da Pampulha no aniversário de 80 anos do patrimônio histórico. Informou que foi possível observar entupimento na ETAF. Com isso, questionou quem é o articulador de organizar todos os esforços para manter os trabalhos do consórcio em perfeito funcionamento.

437. Mauro Lúcio Ribeiro da Silva respondeu que os fiscais trabalham dentro de uma periodicidade todo ano e que na ETAF, o material que passa e asso-reia, há um contrato específico de gestão de bacia que a retroescavadeira entra e limpa com certa periodicidade. Informou que há um diálogo mantido com a COPASA. Disse que a constatação de lixos sobrenadantes sempre tem e sempre estão removendo.

438. O Vereador Braulio Lara, Relator da CPI, aproveitou para solicitar publicamente ao Diretor Mauro Lúcio a remoção dos resíduos da Lagoa, próximo à Ressaca do Sarandi.

439. Mauro Lúcio Ribeiro da Silva informou que a COPASA que é responsável pela limpeza na foz, desse material.

440. O Vereador Braulio Lara, ressaltou que a constatação foi feita no último sábado anterior àquela presente reunião de terça, e que a própria COPASA informou que é de responsabilidade da Prefeitura. Manifestou sua indignação com a alternância de atribuições com que repassam uns aos outros.

441. Mauro Lúcio Ribeiro da Silva informou que o serviço é feito pela COPASA, e somente a retirada que é feita mecanicamente é feita pela SUDECAP.

442. O Vereador Braulio Lara, Relator da CPI, informou que faria um requerimento, bem como convidou os demais vereadores para irem ao local a fim de solucionar o impasse. Perguntou quem de fato faz a apuração das vezes que é



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

necessário a remoção desses resíduos que chegam até a Pampulha e a poluem. Porque o resíduo está no local e ninguém retira.

443. Mauro Lúcio Ribeiro da Silva informou que o responsável é o gerente de manutenção de bacias, o Sr. Jaime. Informou que ele trabalha na sede e esporadicamente dá manutenções em bacias quando precisa.

444. O Vereador Braulio Lara, Relator da CPI, aduziu que farão essa solicitação para que todos que constaram e visualizaram pessoalmente os resíduos no local tenham respostas.

445. O Vereador Wagner Ferreira realizou as seguintes perguntas: "O senhor sabe dizer se na estrutura da DGAU há o cargo de gerente, em caso positivo quem ocupa esse cargo?"

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro - Diretor de Manutenção da SUDECAP):**

"não conheço a estrutura da DGAU"

"É usual que quem participe da fase interna da licitação seja designada fiscal do contrato, isso ocorre na sua diretoria?"

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro - Diretor de Manutenção da SUDECAP):**

"não a fase interna da licitação é da comissão de licitação e a Comissão de Licitação é permanente.

"O Fiscal do contrato fiscaliza o contrato ou é a diretoria que ele está inserido?"

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** "o

fiscal fiscaliza e o gestor gerencia administrativamente o contrato"

"O senhor participou pessoalmente de alguma reunião com o secretário de obras em que ele deu ordem para mudança do fiscal?"

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro - Diretor de Manutenção da SUDECAP):**  
não.

"Havia aplicação dos produtos de biorremediação na área que o desassoreamento estava sendo realizado?"

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro - Diretor de Manutenção da SUDECAP):**  
sim.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** acerca do slide nº 15, que contém a representação feita pelo Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas de Minas Gerais endereçada à SUDECAP mencionando o



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Sr. Mauro Lúcio como um dos responsáveis pela suspensão do processo licitatório do pregão eletrônico nº 22 de 2022. Essa decisão tratou a Pampulha como tombamento cultural e todo o perímetro da orla deveria respeitar o tombamento. Na determinação está vedada no âmbito do município de Belo Horizonte a utilização da área da enseada do zoológico como ponto de apoio para resíduos do desassoreamento. A partir desse momento o uso da enseada do zoológico foi de fato suspensão e como enxergou essa questão na época?

**Resposta (Mauro Lúcio Ribeiro - Diretor de Manutenção da SUDECAP):** informou que todo melhoramento da Lagoa da Pampulha, do espaço tombado, é bem-vindo, porque tem funcionários de carreira que vão continuar na PBH por 10, 20, 30 anos. Aduziu que nos estudos que estão sendo feitos haverá a remoção dos diques e haverá a implantação de mantas de rejeitos. Após encerrar as perguntas a palavra foi entregue para o Sr. Mauro Lúcio Ribeiro, para que ele pudesse fazer suas considerações finais. Sendo assim, informou que o incomodou a insistência da CPI em abordar sobre os custos do contrato de limpeza do espelho d'água. Aduziu que é um contrato de 3 (três) milhões de reais por ano, é um contrato continuado e é renovado se houver vantagem conforme prevê a lei 8.666. Nos 220 (duzentos e vinte) mil reais por mês estão inclusos os serviços de roçada, limpeza do material sobrenadante, substituição, quebra de passeio, despraguejamento, caminhões pipas, plantio de gramas, totens para quem pratica esportes, pintura e manutenção das pistas de caminhadas, bocas de lobo e dissipadores de energia e taludes. Informou que há três barcos, duas balsas que têm o custo mensal de em torno de 22 (vinte e dois) mil reais por mês. A balsa, a gasolina e o oficial e os ajudantes que operam estão inclusos nesses gastos e 40 (quarenta) funcionários. Segundo o Diretor o serviço que é executado não é percebido pela população.

446. Diante das considerações feitas pelo Sr. Mauro Lúcio, Diretor de Manutenção da SUDECAP, o vereador Braulio Lara, Relator da CPI, questionou se a foz do ressaca do sarandi, antes do quebra-mola, está incluída nessas despesas mencionadas (contrato DJ 24/2021), haja vista diversos materiais e resíduos já mencionados durante a reunião.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

447. O Sr. Mauro Lúcio Ribeiro informou que a retirada desse material está abarcado pelo contrato de manutenção de bacias de detenção, mediante escavadeira hidráulica, e que o contrato DJ 24/2021 retira os materiais sobrenadantes.

448. O vereador Braulio Lara, Relator da CPI, frisou que o contrato DJ 24/2021 e seus aditivos em termos de percentuais não é o maior em volume de recursos financeiros despendidos na Lagoa da Pampulha. Informou que a Prefeitura sempre que aborda sobre a lagoa da pampulha na mídia se utiliza do termo “tonelada” de resíduo que é retirada, porém, para quem é do ramo sabe que não ultrapassa um caminhão e que o que se discute na reunião é o desafio da manutenção em manter o local limpo, e, por isso, frisou a respeito de quem é responsável pela gerência.

449. Encerrada a reunião pelo Vereador Juliano Lopes - Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha.

### **III.19 DA 19ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA - PARTICIPAÇÃO DO SR. ILDER MIRANDA, ESPECIALISTA EM PATRIMÔNIO PÚBLICO, FMC E SR. CARLOS HENRIQUE BICALHO DO IEPHA**

450. A décima nona reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada no dia 23 de maio de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes, deu início sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes e contou com a presença do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara. Estavam presentes também a Vereadora Flávia Borja e os vereadores Jorge Santos e Rubão.

451. A reunião teve como finalidade intimar o Sr. Ilder Miranda, especialista em patrimônio público, mediante Requerimento nº 1359/2023, a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte - FMC, Requerimento nº 1256/2023, e o Sr. Carlos Henrique Bicalho, servidor do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA,, Requerimento de Comissão nº 1257/2023.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

452. Antes das mencionadas oitivas, o Presidente da Comissão colocou em votação a inversão da pauta, tendo sido a inversão aprovada. Por conseguinte, fez a leitura dos seguintes Requerimentos, que foram discutidos e votados:

- I - Requerimento de Comissão 1359/2023 para solicitar a realização de oitiva e intimar o Sr. Ilder Miranda para prestar informações na CPI, no dia 23 de maio de 2023 às 10:00h, no Plenário Helvécio Arantes, de autoria do Ver.(a) Braulio Lara.

453. Os membros da CPI tomaram ciência dos seguintes ofícios de resposta aos Requerimentos de Comissão:

REQUERIMENTOS	RESPOSTAS
Requerimento de Comissão n° 989/2023	N° 120/2023 - DOP
Requerimento de Comissão n° 1052/23	OF. SMGO/DALE N° 341/2023
Requerimento de Comissão n° 1067/2023	OF. SMGO/DALE N° 360/2023
Requerimento de Comissão n° 1068/2023	RESPOSTA: S/N° - OFÍCIO

454. O Presidente da Comissão, também deu ciência aos membros da CPI o recebimento dos seguintes documentos:

REQUERIMENTOS	RESPOSTAS
Requerimentos de comissão n° 1172, 1173 e 1175/2023 - pt 2870/2023	DOCUMENTO PROT. N° 002870/2023



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimentos de Comissão nº 1174/2023	Ofício SUPGF-BI Nº 6/23 - DOCUMENTO PROT. Nº 002874/2023
---	--

455. O Presidente da Comissão, Vereador Juliano Lopes, chamou à mesa o Sr. Carlos Henrique Bicalho representando o IEPHA. Registrou-se a presença do Vereador Wagner Ferreira, que chegou após o início da abertura da Reunião.

### **Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):**

“Hoje vamos escutar os órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural. Cuidar do patrimônio é imprescindível para resguardar a identidade da cidade. Traz a noção de pertencimento às pessoas, significado à vida dos moradores, mais união e força à cidade, gera trabalho e renda e proporciona qualidade de vida. Nossa Constituição é enfática em seu art. 216:

*“Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*

*I - as formas de expressão;*

*II - os modos de criar, fazer e viver;*

*III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*

*IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;*

*V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”*

Como vamos observar a proteção à Lagoa da Pampulha vai muito além de suas águas, sendo o Conjunto Arquitetônico da Pampulha protegido como um todo, englobando os edifícios e jardins do Cassino (atual Museu de Arte da Pampulha), da Casa do Baile (atual Centro de Referência em Urbanismo, Arquitetura e Design), do Iate Golfe Clube (atual Iate Tênis Clube), da Igreja de S. Francisco de Assis, o espelho d'água e a orla da Lagoa no trecho que os articula. Os problemas de poluição e de descaracterização da beleza do conjunto



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

arquitetônico da Pampulha são registrados por diversas décadas, não obstante o próprio reconhecimento da necessidade de sua proteção, que não é matéria hodierna. Desde 1984 é reconhecida sua importância, quando ocorreu o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha, incluindo a orla, o espelho d'água da lagoa, a Igreja de São Francisco de Assis, o Museu de Arte da Pampulha (antigo Cassino), a Casa do Baile e o Iate Tênis Clube pelo IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Por isso, vamos começar nossa oitiva de hoje pelo Carlos, que compõem seu quadro de servidores Primeiro peça para você me contar de seu histórico no IEPHA e quais trabalhos você já fez diretamente com a Lagoa da Pampulha.”

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho, servidor do IEPHA):** “Eu trabalho no IEPHA desde 2019, apesar de ter passado pelo IEPHA em 1999 durante um pequeno período, eu trabalho na parte de na gerência de projetos e obras, então toda nova edificação, toda intervenção que vai acontecer na Pampulha tem que passar por essa gerência.”

456. O Presidente da Comissão, Vereador Juliano Lopes, indagou se ele era concursado. Carlos Henrique respondeu que é comissionado. Então, o Sr. Carlos Henrique Bicalho, servidor do IEPHA, acrescentou que é arquiteto restaurador. Aduziu que o tombamento é de 84, um tombamento mais antigo e que existem diretrizes que eles têm que seguir para fazer essas análises de novas edificações naqueles lotes dentro do perímetro protegido da Lagoa da Pampulha, além das intervenções nos edifícios projetados por Oscar Niemeyer.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** “O decreto n.º 23.646 de 26 de junho de 1984, já registrava todo o conjunto arquitetônico da Lagoa da Pampulha como tombado. Como podemos observar há diversas ofensas ao espelho d'água da Lagoa, em especial do aterro no zoológico e a construção de estradas de serviço dentro de um bem tombado. Como o IEPHA atua perante esse fato?”



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho, servidor do IEPHA):** Aduziu que em 2003 teve o licenciamento do Parque Ecológico e nessa ocasião a Enseada do zoológico já tinha um processo de assoreamento, informou que o parque ecológico já estava completamente assoreado e os respectivos conselhos do IEPHA entenderam que o parque ia ser um ganho para cidade. Logo, dentro do poder discricionário daquele órgão eles entenderam que seria um ganho para a cidade, mas coloca como condicionante o desassoreamento da península da enseada.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** perguntou no sentido de confirmar se o desassoreamento é uma condicionante.

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho, servidor do IEPHA):** Informou que o licenciamento do Parque passou pelo IEPHA e o IEPHA colocou essas condicionantes.

457. Nesse sentido, o Vereador Juliano Lopes solicitou que fossem encaminhados à CPI os documentos atinentes ao licenciamento e condicionantes. O Sr Carlos Henrique disse que irá reportar à Presidência do IEPHA para fins de encaminhamento.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Em âmbito federal, o bem cultural ESPELHO D'ÁGUA DA LAGOA DA PAMPULHA está, integralmente, ou seja, do vertedouro, na extremidade leste, até a fóz do Córrego Braúnas, na extremidade oeste, protegido por tombamento?

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho, servidor do IEPHA):** respondeu que não pode responder por órgão federal. No âmbito estadual tudo que está no entorno da avenida Otacílio Negrão de Lima está abrangido pela competência do IEPHA e está tombado. Aduziu, ainda, que existe uma área de entorno criada, em que todas as novas edificações têm que ser tombadas pelo IEPHA para garantir o paisagismo, até na avenida Portugal. Para entrar com processo na prefeitura tem que ter sido aprovado no IEPHA, com parecer positivo do IEPHA, e ressaltou que é um volume grande de trabalho.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI):** as obras públicas então estão dentro dessa situação?

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho, servidor do IEPHA):** sim.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI):** perguntou se ao longo dos quase 20 km da Avenida Otacílio Negrão de Lima e margeando e contendo todo o espelho d'água é protegido por tombamento.

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho, servidor do IEPHA):** sim.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI):** Diante das imagens apresentadas por slide (número 4) da enseada do zoológico, indagou: "então essas intervenções (slide 4) dos aterros e diques que estão sendo feitos dentro da Lagoa, que podemos dizer que nitidamente destruiu a Enseada do Zoológico e mutilou o espelho d'água da Lagoa da Pampulha teve a anuência do IEPHA? Há alguma autorização do IEPHA para essas modificações no patrimônio tombado?"

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho, servidor do IEPHA):** respondeu que não se lembra do documento solicitando a execução do canal, mas disse que faz parte de várias intervenções que davam apoio ao desassoreamento da lagoa da Pampulha.

458. O Vereador Bráulio Lara aproveitou para traçar considerações acerca da fala do Sr. Carlos Henrique no sentido de pontuar que é necessário um detalhamento sobre as informações a respeito do desassoreamento. Indagou qual o nível de detalhamento da metodologia que o pedido sobre os diques e estradas chegaram ao IEPHA e se foram objeto de autorização.

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho, servidor do IEPHA):** respondeu que acredita que não - graficamente. Disse que a solicitaram a área da enseada como local de bota espera até 2020 e o IEPHA negou. O IEPHA entendia que estava em um processo e que ia lograr sucesso em algum momento, porém aduziu que não é o que parece.

**Perguntas (Vereadores Juliano Lopes - Presidente da CPI e Bráulio Lara - Relator da CPI):** indagou sobre as leucenas ao entorno da orla da Lagoa da Pampulha. Ao longo de toda a orla da Lagoa da Pampulha, verificam-se exem-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

plares da vegetação Leucena (**slide 5**), que é uma planta invasora, de alto poder de dispersão, utilizada na orla da Pampulha como cortina vegetal, dadas as características de plantio ordenado. O IEPHA foi consultado previamente e concedeu autorização para o plantio de Leucenas na orla da Lagoa da Pampulha e nas enseadas?

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho, servidor do IEPHA):** respondeu que a situação atual é um pouco diferente e que em relação ao IEPHA existe pedido para retirar as leucenas. Informou que não sabe como elas apareceram porque não é da área, mas atesta que não houve nenhum pedido do IEPHA para que fossem plantadas - em resposta aos vereadores.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI):** Dada a relevância do tombamento pela esfera federal e do reconhecimento como patrimônio mundial com o título conferido pela UNESCO, como o IEPHA procede à fiscalização das intervenções realizadas no Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Pampulha? Com que frequência ou periodicidade ocorrem as fiscalizações?

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho, servidor do IEPHA):** informou que infelizmente é reativa por conta do corpo técnico ser minúsculo. No caso da enseada, esta não muda, aduziu que talvez estejam sendo enganados pelas leucenas, porque continua ruim todas as vezes que os técnicos do IEPHA vão.

459. O Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI, acrescentou que ao passar pela região a pergunta que vem à mente da maioria da população é: onde andam os órgãos de patrimônio? A ideia que se tem é que os órgãos veem, porém não procedem com medidas.

460. O Vereador Jorge Santos sugeriu que já que não está sendo possível encontrar o responsável pelas leucenas, que seja, então, feito requerimento para retirá-las.

**Pergunta (Vereador Rubão):** Em 20 de outubro de 1997, a União resolveu, por meio da Portaria nº 188, I, "homologar, para os efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha, com área correspondente à poligonal de tombamen-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

to descrita às fls. 197 e 198 do Processo nº 1.341 - T - 94". Lado outro, esse decreto prevê que "as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado." Quem mutila o patrimônio cultural de forma deliberada deve responder civil e penalmente por isso?

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho, servidor do IEPHA):** respondeu que deve. Aduziu que já participou de reuniões no Ministério Público.

O **Vereador Braulio Lara** acrescentou perguntando se o IEPHA incentiva a abertura de processos nesse sentido e se tem conhecimento de multas.

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho, servidor do IEPHA):** respondeu que sim e que pelo menos 1 (uma) vez por semana estão no MP defendendo o patrimônio.

**Pergunta (Vereador Juliano Lopes - Presidente da CPI):** Na nota técnica 212/2021 do IEPHA, foi relatada dificuldade do órgão na fiscalização da Lagoa Pampulha (**slide 6**). Você não acha um absurdo a prefeitura estar dificultando um trabalho tão importante para assegurar a conservação de um patrimônio cultural?

Ressalta-se que a nota técnica constou dificuldades, inclusive acesso a contratos, que atrapalha o trabalho do IEPHA.

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho - servidor do IEPHA):** no sentido de contextualizar o assunto, apontou que o IEPHA não analisa contrato, e que isso foi fruto de um ofício que chegou ao IEPHA... (explicação confusa e incompleta).

**Pergunta (Vereador Juliano Lopes - Presidente da CPI):** Em 2003 o IEPHA estipulou condicionantes para aprovação de novos projetos da PBH no conjunto arquitetônico da Pampulha. Nele fixou-se que a enseada do zoológico deveria ser retirada e ter a recuperação do espelho d'água entre outros que não foram atendidos (**slide 7**). O IEPHA não acompanha essas condicionantes porque? Você considera um desrespeito à sua instituição a atuação da prefeitura





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que ignora descaradamente as recomendações do IEPHA? Qual papel do IEPHA?

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho - servidor do IEPHA):** respondeu que essas condicionantes foram colocadas em 2003, mas elas tinham um prazo para serem executadas - até 2012 - porém teve uma dilação de prazo para 2013 e depois foi criada uma comissão que já foi citada - comissão de acompanhamento das ações - que durou até a negativa do IEPHA em 2021 para uso da enseada como bota espera.

461. O Vereador Braulio Lara explicou que o processo de resolução ao invés de ir para linha resolutiva foi entregue nas mãos do Consórcio Pampulha Viva e o contrato de desassoreamento foi iniciado justamente em 2013 e foram sendo deixados diques, bota espera.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** O IEPHA enquanto Instituição do Patrimônio - 10 anos após esse limite temporal - como enxergou esse processo? Quem deveria fazer? Era seu setor?

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho - servidor do IEPHA):** Em 2013 iniciou o processo com estudos pela prefeitura de Belo Horizonte com a participação do IEPHA e do IPHAM para candidatura da Pampulha como Patrimônio Mundial

**Pergunta (Vereador Wagner Ferreira):** "Sobre a condicionante do desassoreamento da enseada do zoológico que foi solicitada pelo IEPHA no processo de licenciamento ambiental do parque ecológico foi acolhida pelo órgão que era o comando?"

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho - servidor do IEPHA):** essa é a questão. Ela não foi acolhida pelo órgão de meio ambiente da prefeitura, mas o órgão - COMAM - ele não tem o condão de dizer o que o IEPHA deve ou não solicitar como contrapartida/condicionante."

**Pergunta (Vereador Wagner Ferreira):** indagou se o senhor Carlos tem ciência do arquivamento do Inquérito Civil 0024 06000793-7 pelo Ministério Público de MG ? Que investigava a razão de não ter sido desassoreado o zoológico.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho - servidor do IEPHA):** respondeu que não tem conhecimento.

**Pergunta (Vereador Wagner Ferreira):** perguntou ao Sr. Carlos Henrique, enquanto servidor público na área do patrimônio público, no tocante ao decreto lei 25/1937, seu art. 5º, em que data o IEPHA notificou o município sobre o tombamento da lagoa para que ele começasse a produzir seus efeitos?

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho - servidor do IEPHA):** disse que não tem conhecimento. Aduziu que no início existia a figura do ex-officio, mas há muitos anos que não existe mais essa figura.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** “Qual a sua percepção de fato sobre a situação, como cidadão, sobre o tombamento da Lagoa da Pampulha. Falhamos?”

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho - servidor do IEPHA):** respondeu que tentaram, que são muitos atores e que entende a dificuldade do serviço público.

**Pergunta (Vereador Sérgio Pinho):** Questionou se o município corre o risco de ter algum prejuízo com relação ao título que recebeu, por conta da Pampulha, título internacional de patrimônio mundial.

**Resposta (Sr. Carlos Henrique Bicalho - servidor do IEPHA):** em sua opinião, pontuou que o IPHAN poderá responder com propriedade, mas que acredita que o risco existe sim. A qualidade da água foi considerada pela UNESCO. Quando o título foi enviado não foi considerado só o conjunto arquitetônico, mas a Lagoa também.

462. Após encerrar a oitiva do Sr. Carlos Henrique Bicalho, servidor do IEPHA, deu-se início à oitiva do Sr. Ilder Miranda, Bacharel em Engenharia e Direito, ambos pela Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG, com Mestrado e Doutorado em Direito pela UFMG, Especialista em Gestão do Patrimônio Cultural pela Pontifícia Universidade Católica — PUC Minas.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** mormente, solicitou que fosse feita uma breve apresentação sobre sua experiência profissional na área



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de patrimônio cultural, que estuda o tema há muito tempo e sobre o bem tombado e como deve ser protegido.

**Resposta (Ilder Miranda - Especialista em patrimônio público):** iniciou sua fala pontuando que foi bem lembrado pelo Sr. Carlos Henrique a respeito da Pampulha ser tratada como patrimônio mundial pela Unesco, cujo tombamento inclui ponto por ponto, inclusive a Lagoa da Pampulha.

463. Pontuou, ainda, que é importante apontar que o patrimônio cultural ambiental está no topo da hierarquia de patrimônio e é regido pelo princípio da prevenção. Informou que não se trata apenas da condicionante de desassorear, mas havia também a proibição de construir ou plantar qualquer espécie na enseada do zoológico.

464. Além disso, destacou que é importante para a Unesco o espelho d'água e conjunto paisagístico da orla, independente das condicionantes terem sido prorrogadas ou não, pois foi a primeira paisagem urbana incluída mundialmente no patrimônio cultural.

465. Ilder Miranda, especialista em patrimônio público, solicitou a exposição da sua apresentação em slides sobre a Lagoa da Pampulha.

466. Nesse sentido, explicou sobre o conceito de bem cultural segundo o IPHAN, sendo um dos elementos o valor social e a identidade. Hoje, à luz da Constituição, a Pampulha se enquadraria no art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil no inciso V.

467. Nesse diapasão, enfatizou que a lagoa, ou melhor, o espelho d'água, além de toda a estrutura física e conjunto arquitetônico, também faz parte do bem tombado e reconhecido pela Unesco. Quando se fala na lagoa, fala-se em cartão postal e principalmente, identidade e sentimento de pertencimento que gira em torno da criação de um imaginário para quem não é de Belo Horizonte, assim como é o calçadão de Copacabana.

468. Portanto, sucintamente, a Lagoa da Pampulha não pode permanecer no estado lastimável que está, visto que isso é um vilipêndio e mutilação não só do bem público, mas de toda a identidade de uma população local.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

469. Em seguida, o senhor Ilder Miranda conta um pouco da história da Lagoa da Pampulha e destaca a sua importância na vida diária do belo-horizontino. Destaca as benesses da Lagoa que foram construídas na época, visando o desenvolvimento turístico. Justifica a preservação desse bem em cima dessa finalidade turística.

470. Em sua exposição, faz um apontamento que, nas extremidade oeste da Lagoa, foram feitas algumas intervenções, como o canal e os dicks na enseada da ABB e da Olhos d'água e, existe também, uma área assoreada gigantesca na margem norte da extremidade oeste.

471. Por fim, faz menção ao Decreto-Lei n. 25/1937 em seu artigo 18 que proíbe a construção sem prévia autorização, na vizinhança da coisa tombada, que lhe impeça ou reduza a visibilidade sob pena de ser mandada destruir a obra. Com isso aduz que as intervenções feitas dentro do próprio espelho d'água da Lagoa, fere diretamente esse artigo.

472. Após a sua apresentação, seguiu com as perguntas dos vereadores. O vereador Sérgio Fernando perguntou sobre o currículo do senhor Ilder. Esse aduz, ser formado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais; É empreendedor; Foi responsável por instalar o forno de tijolo de sílica refratária na Belgo-Mineira e na Cerâmica São Caetano; Também formado em Direito, sendo Bacharel, Mestre e Doutor pela UFMG; E especialista em patrimônio cultural pela PUC.

473. Por último, o vereador Braulio Lara pergunta ao senhor Ilder quem deveria ser responsável para garantir os tombamentos e, qual seria a percepção desse ao cenário atual que nada foi feito. Ilder Miranda aduz que a primeira medida deveria ser é acrescentar ao mecanismo de interpretação da Lagoa através do olhar das ciências sociais, para que isso gere um ampliamiento da visão sobre o tema, levando a preservação do valor que ela representa

474. O vereador Wagner Ferreira questiona se o senhor Ilder já teria prestado algum serviço para o Ministério Público de Minas Gerais. Ilder responde que pela sua atuação de especialista o levou ao Tribunal de Contas e não especificamente ao Ministério Público de Contas e, hoje, ajuda na investigação promovida pelo Tribunal de Contas por meio de seu ministério.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

475. Não havendo mais perguntas, se encerrou a oitiva de Ilder Miranda - especialista em patrimônio público

476. Em seguida se deu início, a oitiva da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte - FMC, através das suas representantes, a senhora Janaína França Costa, gerente do conjunto moderno da Pampulha e a senhora Luciana Rocha Ferres, presidente da Fundação. As duas se comprometeram nos termos do art. 203 do CPP, sob pena de incorrer em crime de falso testemunho. Após isso se deu início as perguntas com o vereador Braulio Lara

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Primeiro, gostaria de abrir o espaço para senhora se apresentar e falar um pouquinho do seu histórico perante a Fundação Municipal de Cultura. Quais são os trabalhos vinculados ao tema que a senhora já vem desenvolvendo?

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** Meu ingresso na Fundação Municipal de Cultura se iniciou em julho do ano passado. Assumi a presidência da Fundação em conjunto com a Secretária Municipal de Cultura, Eliane Parreiras, nós duas tomamos posse juntas em julho do ano passado. Antes disso, teve uma passagem prévia para pela Fundação municipal de cultura no período de 2013 a 2016, inicialmente como diretora de políticas museológicas que posteriormente essa diretoria se desdobrou em Diretoria de Museus e Centros de Referência. Após o processo de candidatura do conjunto moderno da Pampulha a patrimônio mundial, do qual eu participei da comissão executiva como coordenadora. Na Fundação Municipal de Cultura tivemos a diretoria do conjunto moderno da Pampulha que foi criada a partir de 2015 quando a gente teve o estabelecimento de um comitê gestor. Em 2016 solicitei minha exoneração por causa do meu doutorado.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** O decreto n.º 23.646 de 26 de junho de 1984 (slide 2), já registrava todo o conjunto arquitetônico da Lagoa da Pampulha como tombado. Como podemos observar há diversas ofensas ao espelho d'água da Lagoa, em especial do aterro no zoológico e a construção de estradas de serviço dentro de um bem tombado (slide 3). Como a FMC atua perante esse fato?



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** O tombamento por parte do município ocorreu em 2003. Naquele momento, houve um processo de licenciamento do parque ecológico Francisco Lins do Rego. Esse processo foi feito junto ao órgão Estadual que era o IEPHA, uma vez que a diretoria de patrimônio, o conselho deliberativo do patrimônio cultural do município se deu somente em 2003.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** no âmbito Municipal, mesmo não havendo naquela época ainda um reconhecimento no nível do município mas já havia tombamento a nível estadual e federal. Dentro da estrutura do município qual era o órgão que era responsável por garantir essa proteção ao bem cultural ?

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** Já era a Fundação Municipal de Cultura, só não estou certa da nomenclatura da diretoria responsável à época. A senhora Janaína França Costa, gerente do conjunto moderno da Pampulha, faz uma ponderação ao assunto reiterando as falas da Luciana Rocha e acrescentando que não havia proteção municipal ainda no ano de 2003, então não havia motivação legal para que a Fundação Municipal de Cultura ou Órgão de Cultura e de Patrimônio fizesse acompanhamento de licenciamento do processo de implantação do Parque Ecológico então não há nos registros de nenhuma diretoria, nenhum processo relativo a esse processo e destaca que o acompanhamento feito em relação a área do parque é a partir da proteção.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Mas mesmo não tendo o tombamento Municipal, vocês não entendem que o município dentro do seu setores vinculados à proteção da cultura, o patrimônio tombado da cidade ele não deveria fazer nenhum tipo de gestão?

**Resposta (Janaína França, gerente do conjunto moderno da Pampulha):** A gente não tinha nenhuma atribuição, não deveria se manifestar, não precisávamos ser consultados. Era uma atribuição estadual e federal.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Mas o município em si, fazendo a gestão proativa então ele não deveria fiscalizar nenhum tipo de interação dentro do patrimônio tombado da Lagoa da Pampulha, é isso?



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Janaína França, gerente do conjunto moderno da Pampulha):**

Eu entendo que a gente atua a partir da proteção. Este bem não era tutelado pelo município, então, não tínhamos atribuição.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Em 2003 o IEPHA estipulou condicionantes para aprovação de novos projetos da PBH no conjunto arquitetônico da Pampulha. Nele fixou-se que a enseada do zoológico deveria ser retirada e ter a recuperação do espelho d'água entre outros que não foram atendidos (slide 7). Esse documento tinha como objetivo, definir as condicionantes justamente quando o parque ecológico estava para ser licenciado, que foi em 2003. A prefeitura, enquanto entidade, foi notificada. A FMC deveria ou tinha como atribuição gerenciar esse processo ao longo dessa finalização de condicionantes e liberação do Parque Ecológico que se deu praticamente concomitância com tombamento municipal?

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** Não era atribuição da FMC naquele momento, tanto que o documento foi encaminhado a uma outra secretaria.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Eu quero entender como que o setor da Cultura foi chamado à baila desses assuntos em específico que estavam chegando para discussão da cidade naquele momento. Então entendo que de fato, o ofício foi para prefeitura por meio de outra secretaria, mas a gente quer entender contextualmente, porque afinal de contas hoje a gente sabe que uma das atribuições da Fundação Municipal de Cultura é defender o patrimônio tombado.

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** Naquele momento não havia responsabilidade da fundação em relação a essa ao que foi colocado nesse documento.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Eu vou fazer uma pergunta objetiva e espero da senhora, uma resposta objetiva. O espelho d'água da Lagoa da Pampulha está integralmente, ou seja, da extremidade Leste até a foz do Córrego Braúnas na extremidade Oeste, protegido por tombamento cultural?





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** nós temos uma situação ali de uma sobreposição de proteções legais. Então nós temos a proteção Federal, a proteção Estadual, a proteção Municipal e nós temos também o patrimônio Mundial, com perímetros que são diferentes entre si.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Sabemos que existem modificações do perímetro, só que no quesito espelho d'água, nosso entendimento é que não. Eu queria saber se no entendimento de vocês o espelho d'água está protegido.

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** Ele faz parte. Nós temos na descrição desses processos de tombamento, a inclusão do perímetro da Lagoa.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Faço a mesma pergunta para a questão da orla da Lagoa.

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** Há algumas diferenças entre esses perímetros de tombamentos, mas está tombado e protegido nas 3 instâncias.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Então essas intervenções (slide 4) dos aterros e diques que estão sendo feitos dentro da Lagoa, que podemos dizer que nitidamente destruiu a Enseada do Zoológico e mutilou o espelho d'água da Lagoa da Pampulha teve a anuência do FMC?

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** Todos os processos de intervenção passam por um processo de licenciamento ambiental, licença de operação e, todas essas licenças passam pelo crivo de todos os órgãos responsáveis. Na prefeitura de Belo Horizonte, isso tudo é aprovado nas secretarias de meio ambiente, de obras, a SUDECAP. É importante ressaltar aqui que, todas as intervenções feitas com intuito de promover essa melhora na qualidade da água da Lagoa da Pampulha apresentam um caráter de reversibilidade e foram aprovadas pelos órgãos de licenciamento ambiental e pelos órgãos de patrimônio que foram consultados previamente. Ainda que tenhamos hoje uma configuração que difere da configuração original, isso tudo pode ser revertido.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Nosso principal questionamento são sobre os fatos do município. Queremos encontrar com quem de



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

fato gera essa questão. Nesse aspecto a gente quer tratar das questões que envolvem o tombamento cultural e, entender a percepção do órgão municipal para lutar por isso. Sobre a questão da reversibilidade, isso me deixa uma série de indagações: se é reversível, vai ser reversível quando? A FMC enxerga que temos que fazer intervenções na Lagoa? nós vamos reverter todos esses itens que ocorreram dentro do perímetro tombado?

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** Durante a solenidade 80 anos do conjunto arquitetônico da Lagoa da Pampulha, o prefeito Fuad Noman assinou ali um decreto que cria uma comissão de gestão integrada que terá esse papel exatamente de reunir todas as secretarias que tem a possibilidade de intervenção nesse bem cultural buscando soluções adequadas e, também tínhamos a criação de um comitê que era presidido pelo IPHAN que foi criado em 2015 e dissolvido em 2019 pela própria entidade. Destaco que o IPHAN tem a atribuição, como órgão federal, de preservação do patrimônio e de orquestrar essas ações sobre um bem que, hoje, é Patrimônio Mundial. Esse comitê geral tem uma proposta de recriação da atual gestão do IPHAN. No que tange a nossa atuação, a gente ressalta que esse tombamento municipal aconteceu em 2003, e não há no dossiê de tombamento municipal, nenhuma condicionante de intervenção nesses locais citados.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** De 2003 para frente, já passaram contratos milionários propondo soluções para a Lagoa e uma série de serviços foram prestados nessa última década e, dentro dessa percepção da última década, nós não conseguimos entender o papel da Fundação Municipal de Cultura de pautar esses aspectos de resgate do patrimônio. O que que a Fundação Municipal de Cultura tem de fato a apresentar para pauta do município, como sendo o órgão que tem conhecimento pelo tombamento e que pela gestão de patrimônio na cidade, para que o próprio Poder Executivo estruture seu planejamento?

477. Registra-se que o vereador Juliano Lopes acrescenta na pergunta do vereador Braulio, questionando qual tem sido o papel da FMC na Lagoa da Pampulha.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** A Fundação Municipal de Cultura não tem papel de fiscalizar. Com relação a contratos de licitação, eu realmente não tenho como responder, pois não estava na prefeitura nesse período mencionado pelos senhores e não é a minha área. Desse período que o senhor se referiu de 2013, temos que pensar que tínhamos uma comissão que se reunia com os três órgãos (IEPHA, IPHAN E FMC) na qual eram debatidas questões referentes ao conjunto moderno da Pampulha, que era candidato ao patrimônio mundial. As questões ambientais eram apresentadas pelos órgãos competentes, uma vez que não é nossa atribuição responder à questão da qualidade da água.

**Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes - Presidente da CPI):** E respondem às questões de que na Lagoa da Pampulha?

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** A questão cultural da proteção como um bem cultural e área de diretrizes especiais, que é uma proteção legal do patrimônio.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Eu quero entender é porque houve várias reuniões no comitês. Esses tópicos do tombamento da orla, do espelho d'água nunca entraram em pauta? Eu abro essa pergunta para a senhora e para a senhora Janaina.

**Resposta (Janaína França, gerente do conjunto moderno da Pampulha):** Eu vou então complementar a fala da Luciana, porque eu fiz a secretaria executiva do processo de candidatura. A Luciana coordenava a comissão executiva. Sim, foi discutido a questão da importância do trabalho que tinha que ser feito na Lagoa para a sua despoluição, e desassoreamento, tanto que essas ações entraram na nossa matriz de responsabilidade. Além desses compromissos que estão pautados na matriz de responsabilidades, temos os compromissos que são indicados como ações contínuas de acompanhamento das ações desenvolvidas na manutenção da Lagoa da Pampulha, mas sempre ressaltando que os planos de gestão e monitoramento do conjunto moderno da Pampulha, mantém as atribuições e as competências específicas de cada secretaria. Janaina segue explicando as atribuições específicas do órgão, ressaltando a



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

gestão dos museus e a Casa de Baile, acompanhamento das atividades artísticas naturais formativas, a igrejinha, gestão das praças e jardins públicos ao entorno da orla. Ressaltou que fornecem relatórios à Unesco para reforçar esse acompanhamento. Por fim, diz que a Fundação tem esse papel articulador mas respeita a função específica de cada órgão.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Pois é, essas atribuições específicas de cada órgão da forma que vocês estão manifestando, parece que a Fundação Municipal de Cultura não tem o dever de cuidar, não tenho dever de zelar. Eu tenho certeza que vocês têm esse dever, por isso estamos perguntando. Nós estamos aqui questionando sobre a atribuição da Fundação Municipal de Cultura em pautar esses problemas da Lagoa da Pampulha. Só para deixar bem claro que a gente não está aqui não entendendo que existem outras esferas, que existem outros problemas, mas na própria matriz de responsabilidade do conjunto arquitetônico que foi submetido a Unesco por ocasião do reconhecimento mundial não afasta nenhuma vírgula da legislação que nós temos no nosso país, no nosso estado e no nosso município. Ainda que não fosse um bem reconhecido mundialmente, a gente tinha deveres com ele. A gente precisa entender é: foi pautado? ou esses assuntos incomodam a Fundação Municipal de Cultura?

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** Eu acho que as secretarias têm se reunido e enfrentado os problemas. Isso é fato e a Prefeitura de Belo Horizonte tem envidado esforços com relação a Lagoa da Pampulha com uma gestão que busca a integração entre todos os entes envolvidos. A FMC, a diretoria de patrimônio cultural, a gerência do conjunto moderno da Pampulha tem, sim, grandes responsabilidades na manutenção, na preservação e no monitoramento do bem.

**Pergunta (Vereador Rubão):** Ao longo de toda a orla da Lagoa da Pampulha, verificam-se exemplares da vegetação Leucena (slide 5), que é uma planta invasora, de alto poder de dispersão, utilizada na orla da Pampulha como cortina vegetal, dadas as características de plantio ordenado. O FMC foi consultado previamente e concedeu autorização para o plantio de Leucenas na orla da Lagoa da Pampulha e nas enseadas?



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** Eu não tenho conhecimento.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** No carnaval deste ano, a prefeitura divulgou nas suas redes sociais plantios de mudas como se fosse uma contrapartida ambiental, dentro da orla da Lagoa. A Orla é tombada. A Fundação Municipal de Cultura foi consultada em algum momento sobre esse assunto?

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** Sobre esse assunto, nós fizemos até uma visita ao local com os outros órgãos também de preservação, fizemos uma visita técnica que eu compareci com a gerente Janaína, representantes do IEPHA e IPHAN e representantes da secretaria do meio ambiente e se foi discutido ali essa questão do plantio e os órgãos manifestaram que não havia ali nenhuma descaracterização da paisagem da forma que esse plantio foi realizado

478. O vereador Braulio Lara indaga se poderia fazer uma solicitação via CPI para que a senhora Luciana pudesse enviar esse documento com o conjunto de autorizações. Com isso, a gerente do conjunto moderno da Pampulha, Janaína França, aduz que o material foi protocolado posteriormente após a visita técnica, mas sob solicitação por escrito, ela entende que pode compartilhar com os vereadores. O vereador Braulio então diz que irá fazer a solicitação por escrito para ter acesso a toda essa documentação que autorizou o plantio de espécimes vegetais dentro da Orla da Lagoa da Pampulha.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** eles estão de acordo com o Paisagismo estabelecido pelo Burle Marx?

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** Não. Nesse local não há paisagismo de Burle Max. O projeto original não prevê plantio em determinados locais.

**Pergunta (Vereador Sérgio Fernando):** nesse momento da visita técnica ninguém suscitou a possibilidade do cometimento de uma ilegalidade? Porque se o bem tombado há uma proteção legal, aí é uma questão judicial.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** A gente não tem ainda manifestação dos órgãos competentes em relação a esse plantio. Não houve uma licença prévia, uma anuência prévia. Foi realizada uma visita técnica posterior. Então não há essa documentação.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI):** Se não houve autorização prévia, houve uma ilegalidade por parte dos outros setores da prefeitura? Porque eu entendo que o setor que conhece, que sabe, que defende o patrimônio cultural deveria ter no mínimo ser consultado. Vocês entendem que houve uma um bypass e passaram por cima da Fundação?

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** Não, eu acho que a gente teve até esse momento da visita técnica exatamente para avaliar isso e não há uma interferência. Há um diálogo constante, inclusive, com os outros órgãos de preservação que compareceram para se manifestarem.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI):** A senhora falou que de fato, não faziam parte dos Jardins de Burle Marx as espécimes, mas quais são então? Pois se a senhora afirma que elas não interferem na paisagem, a gente não sabe quais são e quais são os impactos delas quando elas tiverem maiores. A senhora saberia dizer se existe essa análise dos técnicos da Fundação Municipal de Cultura sobre esses espécimes vegetais daqui 10 anos?

**Resposta (Luciana Rocha, presidente da FMC):** Não. Esse estudo tem que ser feito e os outros órgãos de preservação também vão se manifestar a esse respeito.

**Resposta (Janaína França, gerente do conjunto moderno da Pampulha):** Só fazendo uma complementação, a partir do protocolo da Secretaria de Meio Ambiente, nós recebemos e a documentação foi encaminhada para uma arquiteta da Diretoria de Patrimônio que está fazendo a avaliação técnica sobre o impacto ou não do plantio, sobre o ponto de vista da preservação do patrimônio e aí agente vai responder a Secretaria de Meio Ambiente e, também destacando que como a Luciana já disse em relação a outras questões que são tratadas na Pampulha, esta questão do plantio ela também é reversível e isso foi tratado lá durante a visita técnica a Secretaria de Meio Ambiente e chegou ao resultado que se os órgãos de proteção ao patrimônio entendessem que não era





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

adequado que a gente mantivesse aquelas árvores, eles iriam fazer a supressão, mas a gente está num processo de análise, então isso ainda está internamente sendo tratado tecnicamente. É comum no manejo da orla que você tenha podas e reposição de espécies. Na visita técnica, o que foi ponderado é que pela localização em que o plantio foi feito, não havia impacto na visibilidade dos bens do conjunto moderno que estão na outra margem da Lagoa. Então, preliminarmente em avaliação *in locu* nós tivemos esse entendimento.

479. Após a explicação da senhora Janaína, o vereador Wagner Ferreira pediu a palavra e fez uma pergunta sobre os órgãos de patrimônio cultural em processo de licenciamento ambiental. Ele faz a citação ao artigo 13 §1º da Lei complementar 140/2011 que estabelece que quando um ente federativo diferente do órgão licenciador se manifesta no licenciamento ambiental essa manifestação é de maneira não vinculante.

480. Questiona que, se considerando que o IEPHA é um órgão estadual, a manifestação deles no licenciamento ambiental municipal seria não vinculante. A senhora Luciana aduz que não tem a competência necessária para responder tal questionamento, mas entende que naquele caso estavam tratando das três esferas de poder e que constantemente, e que havia o diálogo e cooperação e, em relação ao licenciamento do Parque, entende que o órgão estadual colocou determinadas condicionantes para as quais, o COMAM não concordou.

481. O vereador Wagner Ferreira destacou a questão do plantio de mudas na orla, enfatizando a questão da preservação ambiental, salientando que a arborização da cidade é importante. Nesse momento, o vereador Braulio Lara ressalta que aqueles plantios não podem ficar naquela área, pois é um bem tombado. Aduz que essas plantações não podiam ter sido feitas antes de uma manifestação formal dos Órgãos de Defesa do Patrimônio como a Fundação Municipal de Cultura e o restabelecimento do bem tombado tem que ser feito de forma imediata. Acrescenta que todas as perguntas feitas para a FMC era para tentar enxergar o grau da gestão que está sendo executada sobre o tombamento da Lagoa e o que se percebe, é uma desarticulação interna no poder público municipal, pois esses itens acontecem à margem do respeito ao patrimônio





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

nio cultural. Sobre a questão do plantio, o vereador argumenta que quando se permite que uma outra árvore de outra espécie, se forma barreiras vegetais que tiram da percepção do tombamento, a percepção de visada e, isso é percebido pelos documentos onde há manifestações dos órgãos de patrimônio, especialistas que já vieram na CPI para falar sobre esses assuntos, e em meio a tudo isso, o município está inerte. Conclui dizendo que a FMC tem muitas perguntas para serem respondidas, porque os técnicos que vão defender o patrimônio da cidade, não se pode deixar passar esses detalhes que não estão sendo observados.

482. O vereador Sérgio Fernando também discorda radicalmente da fala do vereador Wagner Ferreira e argumenta que se assusta com o fato que esse plantio tenha sido uma ação da própria Prefeitura, através da Secretaria de Meio Ambiente. O vereador Braulio Lara complementou com um slide em tela na qual é apresentado um procedimento de manifestação de interesse que foi publicado para se criar o parque Veredas, um parque que consuma o aterramento da enseada do zoológico, proposto pela Prefeitura. O vereador coloca esperanças na FMC para impedir esse projeto e exalta o tom vergonhoso desse projeto que mutila o patrimônio tombado.

483. Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, o vereador Professor Juliano Lopes, presidente da CPI se deu encerrada essa reunião às 12 horas e 40 minutos e marcando a próxima reunião extraordinária para o dia seguinte às 11 horas para a aprovação de requerimentos.

### **III.20 DA 20ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA**

484. A vigésima Reunião, em caráter extraordinário, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha, que ocorreria no Plenário Helvécio Arantes, foi realizada dia 24 de maio de 2023, às 11h03min, porém os Membros da Comissão participaram de forma remota através de videoconferência. O início se deu sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes, do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara, dos Vereadores Jorge Santos, Sérgio Fernando Pinho Tavares, Rubão e da Vereadora Flávia Borja.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

485. Registre-se que houve a participação do Vereador Bruno Miranda, que se encontrava no Plenário Helvécio Arantes.

486. A Reunião teve como finalidade a discussão e votação dos seguintes Requerimentos:

- I. Requerimento de Comissão nº 1377/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação da Engenheira da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas da Prefeitura, Ana Paula Fernandes Viana Furtado, para prestar, na qualidade de investigada, informações que serão de suma relevância para os trabalhos da Comissão. Oitiva a ser realizada no dia 30 de maio de 2023, às 10h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver. (a) Braulio Lara, Iran Melo, Jorge Santos, Professor Juliano Lopes, Rubão, Sérgio Fernando Pinho Tavares.

487. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.

488. Registre-se que antes da deliberação e votação do Requerimento, o Vereador Bruno Miranda solicitou a palavra e falou sobre os critérios de intimação de servidores públicos. Sobre esta temática, o Vereador Bruno Miranda fez menção do art. 27 da Lei Federal nº 13.869/2019, que popularmente é conhecida como a Lei de Abuso do Poder, o Vereador ressaltou que o Requerimento não possui a justificativa das possíveis irregularidades que foram cometidas pela servidora, deste modo os indícios destas irregularidades deveriam constar no Requerimento em tela.

489. Após a explanação acima mencionada o Relator da Comissão, Vereador Braulio Lara, pediu a palavra e citou que em oitiva realizada anteriormente o Procurador Municipal aventou a possibilidade do Sr. Ricardo de Miranda Aroeira e da Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado, serem tratados como investigados. O Relator ressaltou que a introdução de informações nos Requerimentos que seriam deliberados, e votados, poderia significar uma antecipação de



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

conclusões e de uma espécie de juízo de valor, não sendo a intenção desta Comissão.

490. O Vereador Braulio Lara informou aos demais membros da CPI, que foram apresentados alguns Requerimentos com semelhante teor, porém com datas distintas, para que os trabalhos da Comissão tivessem uma previsibilidade e também o tempo necessário para o melhor esclarecimento dos questionamentos que seriam apresentados pela CPI.

491. Antes de proferir o seu voto, o Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares ressaltou que os investigados, durante a realização das oitivas, poderiam optar pelo silêncio ao serem questionados pelos membros da Comissão.

- II. Requerimento de Comissão nº 1378/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação de Ricardo de Miranda Aroeira, Diretor de Gestão de Águas Urbanas da Prefeitura de Belo Horizonte, para comparecer, na qualidade de investigado, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, para prestar informações que serão de suma relevância para os trabalhos desta Comissão. Oitiva a ser realizada no dia 30 de maio de 2023, às 10h00, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver. (a) Braulio Lara, Irlan Melo, Jorge Santos, Professor Juliano Lopes, Rubão, Sérgio Fernando Pinho Tavares. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.
- III. Requerimento de Comissão nº 1379/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade convidar o Secretário Municipal de Governo, Josué Valadão, para comparecer a Câmara Municipal de Belo Horizonte, para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão. Oitiva a ser realizada no dia 30 de maio de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver. (a) Braulio Lara, Irlan Melo, Jorge Santos, Professor Juliano Lopes, Rubão, Sérgio Fernando Pinho



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tavares. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.

- IV. Requerimento de Comissão nº 1383/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade convidar Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura da SMOBI, para comparecer na Câmara Municipal de Belo Horizonte, tendo como finalidade a prestação de informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão. Oitiva a ser realizada no dia 30 de maio de 2023, às 10h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara, Professor Juliano Lopes. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.

492. Registre-se que antes da votação e a pedido do Vereador Braulio Lara, o horário da oitiva do Requerimento nº 1383/2023 foi modificado para às 11h00.

- V. Requerimento de Comissão nº 1384/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação de Ricardo de Miranda Aroeira, Diretor de Gestão de Águas Urbanas da Prefeitura de Belo Horizonte, para comparecer, na qualidade de investigado, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, para prestar informações que serão de suma relevância para os trabalhos desta Comissão. Oitiva a ser realizada no dia 06 de junho de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver. (a) Braulio Lara, Professor Juliano Lopes. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.
- VI. Requerimento de Comissão nº 1385/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação da Engenheira da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas da



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Prefeitura, Ana Paula Fernandes Viana Furtado, para prestar, na qualidade de investigada, informações que serão de suma relevância para os trabalhos da Comissão. Oitiva a ser realizada no dia 06 de junho de 2023, às 10h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver. (a) Braulio Lara, Professor Juliano Lopes. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.

493. Em relação às respostas a requerimentos e indicações da Comissão, os membros da CPI tomaram ciência dos seguintes Ofícios/Documentos:

OFÍCIO EM RESPOSTA	RESPOSTA
Requerimento de Comissão nº 1179/2023	Nº 127/2023 DOP
Pt 3216/2023	DOCUMENTO PROT. Nº 003216/2023

494. Após esta resposta o Presidente da Comissão, Vereador Professor Juliano Lopes, agradeceu a presença de todos e informou o encerramento da Reunião.

495. Sem nada mais a tratar, a Reunião encerrou-se às 11h25min.

### **III.21 DA 21ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA - OITIVA DA CNT AMBIENTAL E HYDROSCIENCE**

496. A vigésima primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada no dia 26 de maio de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes, deu início sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes e contou com a presença do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara. Estavam presentes também a Vereadora Flávia Borja e os vereadores Jorge Santos, Rubão, Sérgio Pinho e Irlan Melo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

497. A reunião teve como finalidade intimar o Consórcio Pampulha Viva, mediante Requerimento nº 996/2023 e intimar a CNT Ambiental LTDA, por meio do Requerimento nº 1258/2023.

498. Antes das mencionadas oitivas, o Presidente da Comissão colocou em votação a inversão da pauta, tendo sido a inversão aprovada. Por conseguinte, fez a leitura do seguinte Requerimento, que foi discutido e votado:

- I. Requerimento de Comissão 1420/2023 - Solicitação: Pedido de informação destinado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) com a finalidade de obter informações acerca da notificação do Município de Belo Horizonte sobre o tombamento da Lagoa da Pampulha para que o tombamento começasse a produzir seus efeitos, nos termos do que dispõe o artigo 5º do Decreto-Lei nº 25/1937, requerendo a apresentação da data e, se possível, da cópia da notificação.

Autoria: Wagner Ferreira.

499. O Vereador Braulio Lara, enquanto relator, expôs sobre a desnecessidade do Requerimento, cujo objetivo é protelatório, haja vista que a CPI já possui tais informações. Nesse sentido, e de modo a acompanhar o relator, os demais vereadores votaram pela rejeição.

500. Ato contínuo, o Vereador Braulio Lara, Relator da CPI, agradeceu ao representante da CNT Ambiental e seu advogado Bady Curi Neto pela presença. Assim, deu início à oitiva.

501. Antes, o Sr. Marco Antônio de Rezende, representante da CNT Ambiental LTDA, solicitou que pudesse ler breve texto se apresentando, com exposição do seu currículo e narrando sua versão resumida dos fatos atinentes à Lagoa da Pampulha.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** indagou a respeito do chamamento público de 2011, especificamente sobre o credenciamento de empresas que tinham interesse de prestar serviço para tratamento da lagoa. Perguntou sobre o relatório de avaliação de respostas, em que o CPV participou



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

apresentando o Enzilimp, sendo que em 2013 o cenário foi diferente, questionou como se deu esse processo e como a CNT entrou no consórcio.

**Resposta (Marco Antônio de Rezende, representante da CNT Ambiental LTDA):** explicou que a CNT existe desde 1999 para tratamento de efluentes domésticos e o biorremediador é usado. O chamamento público foi uma oportunidade. Respondeu que o produto tinha resultados satisfatórios. Em um congresso no RS decidiram atuar juntos, assim foi formado o consórcio - antes de 2013.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** a questão é se a CNT e a Millenium já tinham outras parcerias em atividade e se a CNT participou de outros chamamentos em 2011.

**Resposta (Marco Antônio de Rezende, representante da CNT Ambiental LTDA):** sim. Quanto aos chamamentos aduziu que foi o primeiro em relação a Pampulha.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Questionou se é comum a CNT se habilitar sozinha no chamamento e depois integrada a um consórcio.

**Resposta (Marco Antônio de Rezende, representante da CNT Ambiental LTDA):** sim, porque vai da liberdade das empresas elas somarem forças para se habilitarem a uma licitação.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** ressaltou que a pergunta se deu porque a CNT apresentou uma tecnologia e depois o consórcio englobou outras situações.

“Sobre o documento que consta as informações da empresa, encaminhado à PBH em 2011, observa-se no Item 5 algumas obrigações da PBH: 1 - Fornecer dados e esclarecimentos necessários à execução dos serviços; 2 - Expedir determinações e comunicações relativas à execução dos serviços; 3 - Fiscalizar a execução dos serviços (**SLIDE 5**). Tais obrigações são comuns quando falamos sobre a celebração de contratos entre a Administração Pública e organizações privadas. Em relação ao contrato AJ032/2015, como, e de que forma, eram cumpridas estas obrigações pela PBH?”

**Resposta (Marco Antônio de Rezende, representante da CNT Ambiental LTDA):** informou que não tem essas informações tão claras.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Juntou-se os melhores profissionais no Brasil nessa área de lagos, em um processo inovador e desafiador, visto que estão na vanguarda da área, na parte biorremediadores, e a comissão que o Eduardo Huga está poderá explanar melhor essa questão.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** pontuou que reconhece que era um desafio, mas perguntou qual era a relação e interação com o senhor Ricardo Aroeira.

**Resposta (Marco Antônio de Rezende, representante da CNT Ambiental LTDA):** respondeu que estritamente técnico e que não o conhecia antes, passou a conhecer após o processo por ele ser servidor da prefeitura.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** indagou a respeito do processo licitatório que antecedeu o contrato AJ - 032/2015, em que o consórcio Pampulha Viva apresentou uma técnica descrita como única e inovadora, a combinação de dois remediadores: Phoslock e Enzilimp. Questionou quais estudos foram realizados e quem os realizou, para garantir a eficácia/eficiência dessa nova técnica, determinando assim que seria a mais adequada para a Lagoa da Pampulha.

**Resposta (Marco Antônio de Rezende, representante da CNT Ambiental LTDA):** respondeu que o Eduardo e Tiago, ambos presentes, saberiam explicar melhor.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** em algum momento alguém ia ter que atestar que ia funcionar. Quem e em que momento?

**Resposta (Marco Antônio de Rezende, representante da CNT Ambiental LTDA):** respondeu que a Phoslock seria explicado da melhor forma pelo Tiago.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** questionou sobre o enzilimp, já que o Sr. Marco Antônio relatou que já tinha experiência com essa tecnologia. Como chegaram a essas informações, no sentido de que as tecnologias juntas funcionariam melhor, para fins de compor o consórcio? O Enzilimp era o cargo chefe e o Phoslock para complementar? Quantas toneladas eram despejadas?

**Resposta (Marco Antônio de Rezende, representante da CNT Ambiental LTDA):** respondeu que sim por ser um produto altamente agressivo, mas adu-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ziu que transferiria as perguntas para os colegas do consórcio por terem propriedade.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** A CNT foi o pivô?

**Resposta (Marco Antônio de Rezende, representante da CNT Ambiental LTDA):** não... Respondeu que a associação dos dois produtos iria surtir efeito.

A partir do momento que se reuniram é que decidiram.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Por ser o senhor que se apresentou ao chamamento não é natural que tivesse sido o senhor que os chamou para compor?

**Resposta (Marco Antônio de Rezende, representante da CNT Ambiental LTDA):** do ponto de vista de relacionamento empresarial que é normal as empresas formarem um conglomerado para atender a uma demanda.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** "Por que o consórcio escolheu um laboratório que não era acreditado para alguns dos parâmetros, alguns deles de extrema relevância como o fósforo? Se um dos produtos utilizados têm como foco o sequestro de fósforo, faz sentido escolher um laboratório sem acreditação (certificação) para esse parâmetro?"

**Resposta (Marco Antônio de Rezende, representante da CNT Ambiental LTDA):** respondeu que é uma empresa contratada, e para o credenciamento existem alguns procedimentos e todos os procedimentos são rastreáveis. Era a melhor empresa que se tinha em MG para resolver.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** se um dos produtos de grande relevância como o fósforo, faz sentido contratar um laboratório que não tem certificação para esse parâmetro?

**Resposta (Marco Antônio de Rezende, representante da CNT Ambiental LTDA):** tornou a destacar que era o melhor laboratório, mas que não é técnico e que não iria entrar nessas questões, porém acreditavam ser o melhor.

502. Após perceber que as respostas destoavam das perguntas, o Vereador Braulio Lara - Relator da CPI - optou por dar sequência na oitiva.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Conta no Relatório Técnico N° 067/2018, que coube a contratada, no caso o Consórcio Pampulha Viva, a caracterização de um diagnóstico inicial, denominado "Marco Zero", para verificação dos possíveis avanços alcançados ao longo do serviço (SLIDE 8). Tal documento foi utilizado para a mensuração dos resultados obtidos durante a execução do contrato AJ 032/2015. Não seria correto uma prévia definição do Marco Zero sem que ocorresse a participação da contratada?

**Resposta (Marco Antônio de Rezende, representante da CNT Ambiental LTDA) -** proferiu a seguinte resposta: "os representantes do consórcio que estão presentes aqui podem, de fato, representar melhor essa pergunta."

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Questionou quem dirige o Consórcio Pampulha Viva.

**Resposta (Marco Antônio de Rezende, representante da CNT Ambiental LTDA):** Informou que a função é da CNT, mas que os demais membros iam explicar. Porém, informou que ele que exerce esse papel sim.

**Pergunta (Juliano Lopes - Presidente da CPI):** indagou se o Sr. Marco Antonio tinha algum relacionamento com a Sra. Ana Paula.

**Resposta (Marco Antônio de Rezende, representante da CNT Ambiental LTDA):** respondeu que não, que foi conhecer no primeiro contrato de 2018 a partir de 2019. Pontuou o apreço pelo trabalho dela.

503. Haja vista as condições de saúde do Sr. Marco Antonio de Rezende, o relator encerrou suas perguntas e o presidente, Vereador Juliano Lopes também. Sendo assim, agradeceram pela participação na CPI e desejaram pronta recuperação. A reunião ficou suspensa por 5 (cinco) minutos.

504. Com o retorno do intervalo, deu-se início à oitava da Millennium Tecnologia Ambiental LTDA na pessoa do seu representante, Senhor Eduardo Ruga.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** O enzilimp é uma linha de produtos biorremediadores que é produzida pela empresa Millenium Tecnologia. Pediu para explicar de forma objetiva qual a dinâmica de aplicação do químico e como é realizada a aplicação conjunta com o Phoslock.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Eduardo Ruga – Millenniun Tecnologia Ambiental LTDA):** pontuou que gostaria, primeiramente, de situar e explicar o papel da Millennium no consórcio. Ressaltou que tem produtos dos mais variados, desde produtos para as donas de casa até produtos para áreas degradadas, para corpos hídricos entre outros. Destacou que fizeram ensaios com os dois produtos para ver como se daria. Nunca tinham atuado em corpos hídricos com extensão de 17 km, e após a Pampulha começaram a participar de processos maiores como o das Marina Glória, a fim de reduzir a carga orgânica e aumentar o oxigênio. No caso da Pampulha, pontuaram que outras empresas participaram e pensaram como iriam fazer para serem escolhidas. Em um Congresso em Porto Alegre conheceu o Sr. Tiago da Hidroscience e decidiram unir esforços por conta do fósforo. Por fim, pontuou que resolveu se manter com a presença do Marco Antônio que era uma pessoa com familiaridade com a Pampulha.

505. Após a explanação, o advogado Dr. Bady Curi solicitou a juntada sobre a acreditação do laboratório no tocante ao fósforo. O Vereador Braulio ressaltou que a acreditação foi após o processo. Nesse sentido, deu sequência aos trabalhos.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** indagou sobre a tecnologia que era usada na época, se era a mesma que utilizam hoje.

**Resposta (Eduardo Ruga – Millenniun Tecnologia Ambiental LTDA):** respondeu que sim, que é o mesmo, que é um produto registrado no Ibama há anos.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** acerca da classe 3 (três) perguntou sobre os parâmetros, se eram cinco porque a prefeitura definiu ou se de fato era condição da classe.

**Resposta (Eduardo Ruga – Millenniun Tecnologia Ambiental LTDA):** respondeu que o técnico da empresa, o Tiago, saberia responder melhor sobre, mas que não analisam somente os cinco parâmetros e sim outros que estão relacionados. Faz parte do acompanhamento e diagnóstico avaliar os parâmetros para melhora dos produtos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI):** Questionou o que significa “eliminar o mau cheiro na fonte”, haja vista que é possível verificar, no site, que o Enzilimp elimina o mau cheiro na fonte e afasta insetos nocivos. Indagou se de fato, esse agente químico possui tal capacidade e por que isso não ocorre na Lagoa da Pampulha. Questionou, ainda, o seguinte: “O fato de ainda haver um carreamento de materiais e poluentes para o interior da Lagoa, pode explicar a ineficiência do produto para estes problemas?”

**Resposta (Eduardo Ruga – Millenniun Tecnologia Ambiental LTDA):** Explicou que “tratar na fonte” é para lares domésticos. Existe sintonia entre as empresas e o grande problema da lagoa está na matéria orgânica e o phoslock atua nisso: no momento que tem contato com essas moléculas inorgânicas de fósforo ele realiza a absorção e a sedimentação dele.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI):** solicitou para que explicasse como funciona a gestão do consórcio e atuação das empresas.

**Resposta (Eduardo Ruga – Millenniun Tecnologia Ambiental LTDA):** informou que a CNT Ambiental junto com as empresas do Sul possuem equipes que fazem esse monitoramento para coleta de temperatura da água, por exemplo, e com diálogo com a prefeitura.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI):** Questionou se o serviço de desassoreamento atrapalha o contrato.

**Resposta (Eduardo Ruga – Millenniun Tecnologia Ambiental LTDA):** respondeu que sim, que piora o contrato e paralisações na ETAF atrapalham o trabalho do consórcio. Mas que antes era pior e que atualmente as pessoas até pescam carpas na lagoa.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI):** se o contrato prezou por garantir classe 3 na Lagoa, como o consórcio gerencia - em quantidade de produto - para garantir a classe 3?

**Resposta (Eduardo Ruga – Millenniun Tecnologia Ambiental LTDA):** aduziu que todo início de contrato são analisados os balizadores, ou seja, a quantidade de carga que entra na lagoa para, assim, mensurar o tratamento.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

506. O vereador Professor Juliano Lopes enfatiza que a população belo-horizontina cobra melhorias na Lagoa da Pampulha. O vereador ainda faz menção ao compromisso firmado pela COPASA de reduzir em 5 anos a quantidade de esgoto que deságua na Lagoa.

507. Em seguida, o vereador Braulio Lara finaliza questionando sobre inconsistências apresentadas. O vereador argumenta em cima da questão dos aportes de matéria orgânica que continuam na Lagoa, que desse modo traria dificuldades aos trabalhos da empresa. Por fim, conclui que não tem como se garantir o objetivo de tratar a Lagoa, se continua mantendo a causa dos problemas.

508. A diante se deu início a oitiva do senhor Tiago Finkler Ferreira, representante da empresa Hidroscience Consultoria e Restauração Ambiental LTDA, a empresa detentora do Phoslock. Antes de iniciar a oitiva, o presidente da CPI, vereador Juliano Lopes, solicitou que o Sr. Tiago prestasse compromisso em observância ao disposto no art. 203 do Código de Processo Penal. Tiago confirmou que estava de acordo e ciente. Após cumprimentos, o vereador Braulio Lara, Relator desta CPI, deu início às perguntas.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Gostaria de perguntar ao senhor em cima da perspectiva da Hidroscience chegar a esse projeto, principalmente porque o produto é importado de fora. O senhor pode nos contar como foi essa aproximação e trazer essa tecnologia de fora.

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Tiago fez uma breve apresentação do seu currículo, enfatizando que além de empresário, ele é pesquisador. Durante seu doutorado na Holanda, entrou em contato com o produto, sendo uma inovação à época e que, hoje, está consagrado mundialmente. Após seu doutorado, começou a representar o produto. O produto, segundo Tiago, é uma argila modificada e que foi patenteada, por isso ele é exclusivo e não há similar no mundo. Explica que durante o chamamento de 2011, as empresas tinham que apresentar tecnologia que atingissem os 5 parâmetros necessários da Resolução do CONAMA à época da licitação.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** A Resolução do CONAMA traz 60 parâmetros e todos os termos dos contratos falam em atendimento



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

da resolução do CONAMA. O senhor, como pesquisador da área, pode nos passar referência científica onde os cinco são eleitos dentro dos 68 elencados?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** A gente pode juntar os documentos. Há vários parâmetros, mas esses viraram os mais clássicos pela literatura científica. Em seguida explica em termos técnicos cada um dos 5 parâmetros e aduz que alguns desse parâmetros até chegam a atingir a classe 2. Argumenta também que a maioria dos parâmetros não previstos estão sendo monitorados, mas que no edital, foi preciso determinar aqueles 5 parâmetros, porque são os mais desafiadores. Finaliza dizendo, que o CONAMA precisou realmente colocar todos os parâmetros que devem ser analisados, mas que não são os mais importantes para certos ambientes.

509. O vereador Braulio Lara contra argumenta que se há 68 parâmetros, obviamente os 68 têm que ser validado pelo laboratório que irá fazer o acompanhamento do corpo d'água. Se na modelagem matemática está usando três, quatro ou cinco, a grande questão é que na hora que chegar o laudo do laboratório, é necessário atender todos os requisitos previstos pela resolução do CONAMA para se ter o enquadramento de classe 3. Entendemos que o que está escrito é que deve-se garantir classe 3, conforme a resolução do CONAMA.

510. Em seguida, o representante da Hidroscience, em conformidade ao já falado anteriormente pela engenheira Ana Paula, explicou que monitoram 22 parâmetros do CONAMA e aduz que para alcançar a meta, esses demais são mais fáceis do que os 5 previstos. Esses cinco, que são os principais na literatura acadêmica.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** No processo licitatório que antecedeu o contrato AJ - 032/2015, o Consórcio Pampulha Viva apresentou uma técnica descrita como única e inovadora, a combinação de dois reagentes: Phoslock e Enzilimp. Quais estudos foram realizados e quem os realizou, para garantir a eficácia/eficiência dessa nova técnica, determinando assim que seria a mais adequada para a Lagoa da Pampulha?





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** O Phoslock é consagrado mundialmente, é o único produto indicado pela comissão europeia de qualidade da água para uso em lagos naturais. Ele aplicado sozinho não daria conta dos parâmetros, mas ele também atua indiretamente sobre os outros parâmetros e também vai reestruturar a cadeia trófica, desde de que se reduza o fósforo. Há também uma vasta bibliografia científica e testes que embasam isso. Então, nós temos a convicção sobre o produto e que ele é capaz de atender o principal problema que é o fósforo. A questão é que as cargas que entram ainda são muito grandes. Essas cargas têm aplicações de phoslock que duram 10 a 20 anos na Europa, onde não entra mais carga. Infelizmente o nosso cenário não é esse. Em cada ambiente, se tem suas cargas externas específicas. E para isso a gente modela o ambiente aquático, a gente faz uma série de análises de diagnósticos e ainda usa modelagem matemática que também é um carro-chefe da nossa empresa.

**Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes - Presidente da CPI):** Nas diversas cidades em que você já prestou serviço pelo país, o senhor conheceu algum lago, alguma região, até mesmo fora do país que fez um tratamento semelhante ao da Pampulha ?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Sim. Em Guandu, no Rio de Janeiro, é um caso muito similar em que as cargas que entram são absurdas.

**Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes - Presidente da CPI):** E lá você ganhou a licitação de que forma?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Por inexigibilidade.

511. O vereador Braulio Lara argumenta que entende que o fato da Hidroscience ter um produto exclusivo e patenteado, implica na dispensa de concorrência, todavia ao se juntar a um consórcio, a empresa não tem um caráter único junto com seus pares que possuem concorrentes.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Você atua em alguma outra linha de frente em outros ambientes fazendo composição com outros produtos, ou você só faz com Enzilimp?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Nós criamos uma sinergia entre os produtos que era necessária para o cenário da situação. Em outros ambientes, os problemas estão relacionados apenas às cianobactérias. Aqui a demanda era maior era para também atuar na relação a DBO e coliformes. Então criou-se essa complementação e fizemos testes com os dois produtos, unindo as tecnologias que se mostraram eficientes. Essa sinergia se tornou um método exclusivo nosso para a lagoa da Pampulha.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Mas e lá no Guandu, por exemplo, vocês entram junto com a Enzilimp?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Não, lá a questão era só fósforo e cianobactéria porque essa bactéria produz cianotoxinas que afeta o abastecimento público. Então todos esses casos as cargas são externas, é a realidade do ambiente brasileiro, infelizmente. Enquanto o saneamento não chegar em níveis muito melhores, deve haver remediadores e cada ambiente tem que ser estudado como ele merece. Cada ambiente é diferente, então a gente integra várias ferramentas para ter um entendimento total aqui. Foi dedicado muito esforço amostral. Mesmo com muito esforço, conseguimos alcançar as metas ainda, mas não podemos parar com esse processo.

**Pergunta (Vereador Wanderley Porto):** A sua empresa já foi contratada por contratação direta antes? Se sim, por quais?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Sim. A CEDAE, EMBASA, CORSAN por mais de uma vez.

512. Em seguida, o vereador Wanderley Porto pede para que o convidado possa compartilhar com essa CPI, todos esses contratos que levaram a essa contratação direta por dispensa de licitação.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Então você atua com a Enzilimp apenas aqui na Lagoa da Pampulha e, vocês entendem que não ca-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

beria uma decomposição desses serviços, porque eles têm que andar juntos. Em qual momento, a Lagoa deixaria de precisar do Phoslock?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Eu gostaria muito que as cargas tivessem sido reduzidas. A gente sempre teve reuniões com a COPASA, pedindo que fossem feitas várias melhorias, e foram feitas gradualmente. Mas mesmo se chegasse a 100% de esgoto, ainda haveria ligações clandestinas. No entanto, reduziria o excesso de carga externa. Ainda assim, o sedimento passivo que existe no sedimento da Lagoa da Pampulha de décadas ali existem, várias formas de fósforo. É um ambiente muito eutrofizado, em comparação a outros que a gente faz trabalho. Então, o passivo ambiental ali, ao longo de décadas, precisa ser tratado por mais algum tempo até imobilizar completamente essa forma interna de fósforo, essa fonte interna de eutrofização que existe no sedimento. Em algum tempo, tratado toda essa carga, deveria-se reduzir a quantidade de phoslock em função da redução de carga. Porém, com chuva, as cargas são sempre elevadas. A tendência com o saneamento e a dosagem para as cargas sejam menores, mas ainda deve continuar o tratamento do sedimento que ainda não acabou.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Como foi definida a quantidade de phoslock e enzilimp que seria utilizada na Lagoa? Quantas toneladas eram jogadas mensalmente na Lagoa e quantas toneladas já foram jogadas ao todo na Lagoa? Sem uma variação grande entre as aplicações?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Sim, é controlado. Há uma variação mas depende sempre dos fatores externos. Então a gente pode ter rompimento de uma rede, que pode levar a mais aplicação do produto, a questão de chuva, da estiagem, a dragagem. Nunca é uma quantidade exatamente igual, mas há um projeto sim de um básico para aquele ano, mas infelizmente nenhum ano tem sido igual, então há variações.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Quando vocês entraram no início, não havia nenhum serviço ativo de desassoreamento. Porém, quando foi renovada a inelegibilidade, o segundo contrato, aí sim entra o desassorea-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

mento. Entre os parâmetros do primeiro contrato e do segundo contrato, vocês tiveram que aumentar a carga?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Sim.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Isso gerou prejuízos ao contrato? diminui a lucratividade? ou teve que aumentar valores?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Eu teria que avaliar o que aconteceu. Em tese seria, mas o quanto afetou de fato, eu sei que foi muito mais desafiador para alcançar as metas. Tínhamos que fazer outras estratégias, mas qual foi o impacto de fato e lucratividade, isso eu nunca avaliei. O nosso foco era intensificar as aplicações para contingenciar essas suspensões de sedimentos.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** E era uma responsabilidade sua já assumida no contrato?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Sim.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Não houve necessidade de pleitear aditivos ou coisa nesse sentido?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Não, já sabíamos que isso aconteceria.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Então isso já foi uma condição posta. A questão que eu queria acabar de elucidar dentro dessas questões de phoslock e enzilimp utilizadas na Lagoa. Dentro do consórcio, a participação de cada um de vocês influenciava ao longo da própria distribuição de resultados? Tinha algum momento que o phoslock era mais demandado dentro dessa composição? E vocês dividiam a distribuição entre vocês?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** A divisão era igualitária entre as partes, pois os custos são de todos do consórcio. A divisão de lucros é igual entre as empresas.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Então o phoslock não foi sobrecarregado nesse momento?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Não.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** O Relatório Técnico 067/2018 foi o documento utilizado para justificar a contratação por Inexigibili-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

dade de Licitação dos serviços de recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha. Tal ato resultou na celebração do contrato AJ057/2018, mantendo o Consórcio Pampulha Viva como prestadora dos serviços. Uma das justificativas era a exclusividade de representação do produto Phoslock no Brasil (SLIDE 15). Como foi o processo para se constituir um consórcio para participar no processo SCO 33/2013? Qual empresa e quem teve essa ideia e abordou as demais para fazer o consórcio?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Eu não me recordo. Não foi um articulador específico. Isso foi em conjunto, pois a gente já tinha um trabalho de sucesso.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI):** Eu estou entendendo o sucesso do phoslock da sua empresa, mas foi a primeira vez que vocês se organizaram em consórcio para um desafio. Eu quero entender de fato quem articulou isso, porque inclusive na sociedade de vocês se dividiram a carga em três partes iguais. A sociedade conforme consta pra gente, a limitada que se constituíram, o consórcio Pampulha Viva, ela é um terço para cada um. Então imagino que um terço dos trabalhos, ele pesa sobre cada um dos parceiros ou dos sócios em si e o pós-lock pelo que nós estudamos e entendemos, foi o principal agente químico dentro dessa composição.

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Mas isso foi acordado desde o início, que seria assim. Foi um acordo para a gente se unir.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI):** Essa articulação partiu só de vocês ou tinha alguma ponte com poder público para fazer essa composição?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Não, de forma alguma, o compromisso das questões percentuais de cada empresa foi uma questão interna nossa.

**Pergunta (Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI):** Se o senhor tivesse sido chamado para fornecer o phoslock independentemente, era viável você se apresentar como um fornecedor habilitado para que aí sim ter a justificativa da inelegibilidade? você entraria sozinho?



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Com essas metas a serem alcançadas, não. Eu não teria condições de alcançar as metas previstas no edital. Atenderia 60%, que seria a questão do fósforo, cianobactérias, clorofila a mas o DBO e coliformes eu não teria condições.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Se a licitação ao invés de ter como objeto garantir o padrão classe 3 da água, tivesse sido aplicação do biorremediador Phoslock na quantidade x, aplicada por um valor x por tonelada de produto, você estaria apto a participar desta licitação?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Sim.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** O professor José Fernandes Bezerra Neto, que esteve aqui nesta CPI, apresentou um relatório com dados do IGAM no qual os resultados observados é que houve uma diminuição relativa em sua concentração de fósforo, em relação aos dados anteriores ao tratamento. Por outro lado, as concentrações de carbono atingiram valores expressivos nos meses após aplicação, seguindo o padrão semelhante ao encontrado nos Córregos. Ele traz nessas observações, que o resultado que foi aferido mostra que tratamento realizado no reservatório da Pampulha, produziu alguns efeitos da qualidade da água mas não o suficiente para atingir classe 3, esperada pelos tomadores de decisão ou para melhorar os valores anteriores do tratamento e alterar a influência dos córregos. No entanto, eles percebem que as concentrações encontradas no reservatório não foram estatisticamente diferentes dos córregos, considerando cada vez cada um deles individualmente, indicando um forte controle de afluentes do reservatório. Ou seja, aferição dentro da Lagoa e aferição no córrego, de modo que ao chegar na lagoa aplicou o biorremediador, então esperava ter diferenciações. Por isso ele questiona os resultados e a Fundação Christiano Ottoni, que é uma entidade vinculada à UFMG e que também foi contratada para emitir relatórios. Esses relatórios também apontam que em vários momentos não se atingiu a classe 3 em vários pontos da lagoa, levantando o seguinte questionamento: está funcionando de fato, a biorremediação? Eu gostaria de entender o seguinte: essas informações da Fundação Christiano Ottoni, implicou em contramedidas? Como você interpreta isso, durante o contrato?



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Bom, o fato é que nós atingimos a classe 3 plenamente no primeiro contrato na grande maioria dos momentos. Mas nós tivemos várias interferências, por exemplo, quando chove, as cargas que entram, você precisa de um tempo para poder agir os produtos para poder retornar classe 3. Esse trabalho particularmente eu desconheço, tenho outros papers que confirmam a redução de fósforo, o relatório do IGAM confirma isso e endossa a manutenção. É normal ter variações, mas sempre que essas variações ocorrem, a gente consegue fazer um contingenciamento.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Então eu faço uma pergunta dentro desse ponto. A entrada de poluentes complica a situação. Por que nunca se pautou o bloqueio dessa entrada de poluentes nos efluentes, principalmente nos momentos mais fáceis de resolver que é o período de seca, onde há menor vazão?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** A questão é que durante as chuvas, mesmo que tivesse outros elementos como ETAFs, não se há um controle durante a chuva. Vai ter carga entrando, e essa carga vai se acumular no sedimento novamente e terá que se fazer um trabalho insípido de qualquer maneira. Anualmente, mesmo que se tenha um controle em estiagem, vai ter que fazer o trabalho anual para controlar as cargas que acabaram entrando. A solução de longo prazo é o saneamento.

513. O vereador Braulio Lara aduz que o objeto do contrato de tratamento da Lagoa é garantir o padrão classe 3 da Resolução do Conama, mas para isso, é necessário estancar a causa do problema e não apenas remediar e o vereador questiona o fato de em nenhum momento isso ter sido abordado. Por fim, destaca o relatório da Fundação Christiano Ottoni que sugeria em 2020, que a prefeitura de Belo Horizonte estabelecesse um Marco Zero representativo das variações temporais das variáveis de qualidade da água no reservatório e questiona o fato de fazerem essa avaliação em 2020. Para Tiago Finkler, essa questão faz sentido, porque é uma sazonalidade. Então é necessário entender que em certos períodos, a Lagoa vai sofrer uma piora pelo período chuvoso e argu-





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

menta que somente em 2020 que isso foi levado em consideração pois a Lagoa nunca havia sido modelada do jeito em que fizeram e se tinha pouca informação em relação a hidrodinâmica.

514. O vereador Braulio Lara também aponta o fato do relatório demonstrar que os resultados da aplicação do "phoslock" propicia o atingimento das metas de classe 3 em alguns períodos do ano em certos pontos de coleta e para algumas variáveis. Sobre isso, o representante da Hidroscience, Tiago Finkler discorda argumentando que eles têm menos pontos de coleta e que os pontos de coleta da própria empresa são muito mais complexos, possuem um mapa astral de muitos mais pontos e diferentes profundidades na Lagoa. Thiago apresenta um gráfico com dados demonstrando uma redução expressiva de fósforo desde 2016 e atribui à dificuldade a dragagem.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Houve glosa no contrato depois dessa situação?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Em alguns momentos, houve glosa.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Os resultados da aplicação do produto Enzilimp mostraram-se pouco evidentes. Uma variável potencialmente relacionada a sua aplicação que exibiu alguma alteração foi a densidade de bactérias termotolerantes mas, essencialmente na fase inicial nos pontos p3 e p6 da Lagoa. As respostas esperadas a partir da utilização do Enzilimp para os parâmetros como DBO, DQO e OD não foram observados, indicando pouca efetividade desse tratamento. Obviamente, o phoslock combinado com o Enzilimp, o phoslock responde a três dos cinco parâmetros, o enzilimp teria que responder aos outros dois. O relatório de 2019 indica isso. Então, o objeto não foi alterado, a inelegibilidade não foi adequada a essa carga de conhecimento que o senhor cita, mas ao mesmo tempo era garantir a classe 3. A pergunta é: conseguiram garantir a classe 3?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Sim, nós conseguimos garantir a classe 3. Há momentos em que se perde efemeramente por-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que há cargas entrando, há um rompimento de uma rede, há um derramamento de um caminhão de piche. Nós vimos vários pontos que tinham entrada de esgoto que foram corrigidos ao longo do tempo porque nós estamos diariamente dentro da Lagoa, inclusive, vasculhando ponto. Hoje, há vários pontos que não entram mais carga, mas os arroios ainda trazem uma carga grande, principalmente, o Ressaca/Sarandi e mais o Água Funda. Enfim, o que acontece é que esse parâmetro tem efetividade sim, quando a chuva, a carga, as densidades de coliformes aumentam, o Enzilimp faz esse trabalho. Ele atua quando há esses picos, nós fazemos o contingenciamento conforme se demonstra pelos gráficos.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** O senhor entende que a formatação dessa prestação de serviço a Belo Horizonte deveria ser diferente?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** Não sei responder isso agora, eu teria que pensar. Mas enfim, essa é a melhor técnica já conhecida já estabelecida no Brasil no tratamento de um corpo hídrico urbano altamente eutrofizado.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Se tivesse outras formas ou apoio de outras tecnologias para potencializar o seu resultado, você como especialista, já viu implementações em vários lugares, o que está faltando?

**Resposta (Tiago Finkler, representante da Hidroscience):** O que está faltando é a gente conseguir estancar mais as cargas pelo saneamento e principalmente período chuvoso e, continuar o tratamento desse passivo ambiental que não pode parar.

515. Após isso, os vereadores agradeceram a participação do representante da Hidroscience e se deu encerrada essa oitiva. Em seguida, o Presidente da CPI, vereador Professor Juliano Lopes convida os professores e pesquisadores da Fundação Christiano Ottoni: a professora Alessandra Giani, a professora Talita Silva e o professor Nilo Nascimento que estavam presentes de forma remota nessa reunião para apresentar seu material.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

516. Os pesquisadores fizeram uma apresentação técnica, em slides, sobre os trabalhos do grupo de trabalho da FCO e da UFMG, para análise da qualidade da água da Lagoa da Pampulha. O professor Nilo Nascimento destacou que esse é um estudo encomendado pela prefeitura de Belo Horizonte, portanto remuneratório. O professor apresenta as dificuldades para o controle da poluição difusa e as ações atualmente realizadas na Bacia da Pampulha. Destacou que não há uma solução única, sendo preciso associar várias ações. Explicou os desafios existentes no tratamento da Lagoa da Pampulha. Detalhou que soluções de tratamento de esgoto e ETAFs não alcançam a poluição difusa. Apon- tou que o tratamento de esgoto é importante, mas não pode ficar só nisso, por causa dos períodos de chuva. Falou sobre jardins de chuva, que estão sendo implantados na capital.

517. Alessandra Giani apresentou os dados de monitoramento do trabalho feito na Lagoa da Pampulha. Apontou que foram escolhidos três pontos princi- pais de monitoramento. Falou sobre os parâmetros fósforo total, clorofila "a" e cianobactérias, considerados marcadores da eutrofia de um sistema. Apresen- tou dados sobre o aporte de fósforo em 1996 e nos anos de 2010 e 2011. Infor- mou que há um aumento progressivo de entrada de fósforo na Lagoa da Pam- pulha, bem como aumento da dominância de cianobactérias, diretamente rela- cionado ao aporte de fósforo. Destacou a urgência de uma medida para frear o aporte de fósforo na lagoa. Mencionou que as medidas foram superiores ao pa- drão classe 3, mas o aporte de nutrientes que chegam pelos córregos é eleva- do. Disse que o objetivo deve ser ter baixa concentração de nutrientes nos pon- tos próximos às entradas dos córregos, o que é complexo e demanda alto in- vestimento. Apontou que, durante o tratamento da lagoa, houve momentos em que o fósforo esteve em níveis inferiores ou próximos ao limite da resolução do Conama, o que não acontecia antes. Destacou o que deve ser levado em con- sideração no tratamento de um ambiente como a Lagoa da Pampulha. Regis- trou que o tratamento atual funciona em alguns momentos e, em outros, não. Apresentou que houve queda da clorofila "a" a níveis inferiores ao índice pre- visto do Conama e explicou a importância disso.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

518. Após as explicações, e não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, o vereador Professor Juliano Lopes, presidente da CPI, se deu encerrada essa reunião às 12 horas e 43 minutos.

### **III.22 DA 22ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA - OITIVA DO SR. JOSUÉ VALADÃO - SEC. MUNICIPAL DE GOVERNO**

519. A vigésima segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada no dia 30 de maio de 2023, às 09h43min, no Plenário Helvécio Arantes, deu início sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes e contou com a presença do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara. Estavam presentes também os Vereadores Jorge Santos; Rubão; Irlan Melo e a Vereadora Flávia Borja. De forma remota, através de videoconferência, houve as participações do Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares e da Vereadora Fernanda Pereira Altoé.

520. Registre-se a presença dos Vereadores Wanderley Porto, Bruno Miranda, Wagner Ferreira, Cláudio do Mundo Novo, Miltinho CGE, Wesley e Reinaldo Gomes Preto Sacolão.

521. A reunião teve como finalidade colher depoimentos que estavam previstos para ocorrerem da seguinte forma: oitiva, às 09h30, do Secretário Municipal de Governo, Josué Valadão; oitiva, às 10h, do Diretor de Gestão de Águas Urbanas da Prefeitura de Belo Horizonte, Ricardo de Miranda Aroeira; oitiva, às 10h30, da Engenheira da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas da Prefeitura de Belo Horizonte, Ana Paula Fernandes Viana Furtado; oitiva, às 11h, do Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura da SMOBI, Leandro César Pereira.

522. O Presidente da CPI solicitou a inversão da pauta, deste modo os Requerimentos seriam apresentados e votados e a Comissão tomaria ciência das respostas aos Requerimentos e outros documentos direcionados à CPI. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação da inversão da pauta.

523. Dando continuidade aos trabalhos, foram discutidos e votados os seguintes Requerimentos:



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- I. Requerimento de Comissão nº 1437/2023. Solicitação de pedido de informação à Hidroscience Consultoria e Restauração Ambiental LTDA, tendo como finalidade a obtenção das informações sobre os questionamentos a seguir, requerendo-se o envio de cópias dos relatórios mencionados: 1. Ao longo da vigência dos Contratos AJ032/2015 e AJ057/2018, ambos celebrados com a Prefeitura de Belo Horizonte, através da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, quais foram as quantidades utilizadas do biorremediador Phoslock? 2. Como foram desenvolvidos os relatórios de monitoramento, aplicação e avaliação dos resultados? Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo para resposta será de 5 dias úteis a contar da data de recebimento pelo destinatário.
- II. Requerimento de Comissão nº 1438/2023. Solicitação de pedido de informação à Millenniun Tecnologia Ambiental LTDA, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1. Ao longo da vigência dos Contratos AJ032/2015 e AJ057/2018, ambos celebrados com a Prefeitura de Belo Horizonte, através da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, quais foram as quantidades utilizadas do biorremediador Enzilimp? 2. Como foram desenvolvidos os relatórios de monitoramento, aplicação e avaliação dos resultados? Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo para resposta será de 5 dias úteis a contar da data de recebimento pelo destinatário.
- III. Requerimento de Comissão nº 1446/2023. Solicitação de pedido de informação ao Fundo Municipal de Saneamento,



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tendo como finalidade a obtenção das informações referentes aos valores que foram gastos na execução de obras e serviços na Bacia Hidrográfica da Pampulha no período de 2003 até o presente momento. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo para resposta será de 5 dias úteis a contar da data de recebimento pelo destinatário.

524. Em relação às respostas a requerimentos e indicações da Comissão, os membros da CPI tomaram ciência dos seguintes Ofícios:

OFÍCIO EM RESPOSTA	RESPOSTA
Requerimento de Comissão nº 1247/2023	OF. SMGO/DALE Nº 435/2023
Vinculado ao Requerimento de Comissão nº 267/2022	DOCUMENTO PROT. Nº 003285/2023

525. O Vereador Professor Juliano Lopes informou que a oitiva com o Sr. Josué Valadão seria iniciada, deste modo o Presidente da Comissão solicitou à testemunha que a mesma prestasse o compromisso de dizer a verdade em relação aos questionamentos que seriam realizados pelos membros da CPI, conforme disposição do art. 203/CPP combinado com art. 342/CP. Após a prestação do referido compromisso, o Sr. Josué Valadão solicitou a palavra e enfatizou a importância dos trabalhos da Comissão, disse que a história ligada a Lagoa da Pampulha teve um início, meio e precisa ter um fim, um horizonte a ser alcançado.

526. Registre-se que a testemunha estava acompanhada/assistida pelo Procurador Municipal, Sr. Fernando Couto Garcia.

527. Dando continuidade aos trabalhos da CPI, foram apresentadas as seguintes perguntas:



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Professor Juliano Lopes, Presidente da CPI da Lagoa da Pampulha):** Nos informe, de forma sucinta, sobre o seu histórico profissional e as atividades/funções que foram exercidas por você na PBH. Peço também para destacar quais foram as principais ações na Lagoa da Pampulha que foram desempenhadas por você.

**Resposta (Josué Valadão):** Informou que em 2009, após o convite do então Prefeito Marcio Lacerda, ingressou nos quadros da Prefeitura de Belo Horizonte na função de Secretário Municipal de Governo, cargo que ocupou até o início de 2015. Em meados de 2017 assumiu a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, cargo que ocupou até meados de 2022. Ainda em 2022 recebeu o convite para assumir o cargo de Secretário Municipal de Governo, função que exerce até a presente data.

528. Após a resposta, o Vereador Braulio Lara solicitou a palavra e perguntou à testemunha sobre a sua atuação/trabalho especificamente na Lagoa da Pampulha. Em resposta o Sr. Josué Valadão informou que na qualidade de Secretário Municipal, juntamente com sua equipe, desenvolveram um arcabouço de medidas que contemplavam não somente a execução de obras, mas também a implementação de políticas de preservação do Conjunto Paisagístico da Lagoa. Ressaltou que tais medidas obrigatoriamente deveriam passar por um crivo do setor técnico e da Secretaria Municipal de Cultura. Informou que começou a desenvolver o seu trabalho na Lagoa da Pampulha em 2015 e que há época este bem tombado já apresentava vários problemas, porém ressaltou que a Prefeitura de Belo Horizonte já havia recebido uma determinada quantia resultante de um empréstimo feito junto a um banco do exterior, o valor do empréstimo havia sido de US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares), e este valor já estava sendo usado para custear as obras e serviços na Lagoa.

529. A testemunha fez menção da depressão econômica, que ocorreu em 2015, e da dificuldade na destinação dos recursos para atender as inúmeras demandas que existiam em Belo Horizonte, ressaltando que diversas obras tiveram o cronograma afetado e até a insuficiência de recursos para iniciar de-





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

terminadas obras que estavam previstas. Esta situação também afetou os serviços que estavam sendo prestados na Lagoa da Pampulha, porém no início de 2017 o cenário econômico começou a mudar e a Prefeitura retomou determinadas obras que estavam praticamente paradas. Na retomada das obras, em um cenário pós crise econômica, o Sr. Josué Valadão citou as inúmeras obras de saneamento e sistemas de escoamento pluvial que foram implementadas na Bacia Hidrográfica da Pampulha, e que estão localizadas na circunscrição do município de Belo Horizonte.

530. O Sr. Josué Valadão também citou a importância do Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha – PROPAM, que foi criado no final da década de 1990 e em 2005, através de Lei Municipal, foi instituído um plano de ação com as atribuições e as ações que seriam implementadas pelo referido Programa, porém em 2019 a Lei Municipal foi revogada em decorrência da aprovação do novo Plano Diretor. A testemunha ressaltou que o PROPAM teve papel fundamental na implementação de políticas de preservação e levantamento das informações que foram utilizadas para a execução das obras na Bacia Hidrográfica da Pampulha.

**Pergunta (Vereador Irlan Melo, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Como você trata o tombamento da Lagoa da Pampulha? Pergunto isso, porque o que estamos vendo nessa CPI é um completo descaso com o tombamento da Lagoa da Pampulha e a ausência de comunicação entre os setores de cultura, meio ambiente e obras. Os atos de cada área são tomados sem a ciência dos demais, e o resultado é o que vemos da situação atual da Lagoa. Um local assoreado, sem a preocupação de preservação do espelho d'água, com a plantação de espécies invasoras que não estavam previstas no projeto paisagístico de Burle Marx, criação de obstáculos às visadas da margem da Lagoa, criação de aterros dentro da Lagoa entre outros. Isso não é uma completa afronta ao patrimônio tombado? Como você deixou isso acontecer?

**Resposta (Josué Valadão):** Disse que as medidas implementadas na Lagoa devem obedecer a uma estrutura organizacional da Prefeitura, deste modo existem as secretarias de linha e as secretarias executoras, cada qual com a



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sua competência e a (in)capacidade de tomada de decisão. Enfatizou que há uma relação de troca de informações de um órgão para outro, porém a depender do grau de especificidade de uma demanda não há necessidade de um órgão tomar ciência da atuação de outro órgão. Ressaltou que todos os setores envolvidos com as demandas da Lagoa da Pampulha trabalham de forma uniforme, porém devido a estrutura organizacional do Poder Público e a burocracia existente determinados processos ocorrem de forma morosa, dificultando a implementação mais célere de algumas medidas. Sobre o tombamento, informou que atualmente existem cerca de 1.700 processos de tombamento em curso na Fundação Municipal de Cultura, ou seja, o Conjunto Arquitetônico da Pampulha é detentor de relevante atenção, mas existem outras demandas que devem ser atendidas e analisadas.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Em 2011, a PBH promoveu um Chamamento Público para o credenciamento de empresas que há época tinham interesses em apresentar propostas para o trabalho de recuperação da qualidade da água na Lagoa da Pampulha. Entendendo que o chamamento ocorreu justamente para a Administração Pública receber o maior número possível de soluções para a Lagoa da Pampulha, o que posteriormente não se concretizou, tanto que atualmente vocês fazem a contratação por inexigibilidade, o que deixa de fora qualquer outra empresa que queira apresentar soluções. Você acompanhou os desdobramentos deste Chamamento? Quais mecanismos e análises foram aplicados pela Administração Pública para verificar e validar os documentos enviados à PBH?

**Resposta (Josué Valadão):** Informou que não acompanhou este Chamamento Público, ressaltando que lembra vagamente dos trâmites ligados a este processo, porém afirmou ter participado de algumas reuniões que tratavam do tema.

531. O Relator da CPI, Vereador Braulio Lara, ressaltou que há época do Chamamento Público, que ocorreu em 2011, cerca de 10 empresas apresentaram tecnologias/métodos que tinham como objetivo a melhoria da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, porém em 2013 apenas 3 empresas participaram do processo licitatório que resultou na celebração contratual ocorrida em 2015.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O Relator enfatizou que a empresa vencedora do referido certame, o Consórcio Pampulha Viva, desenvolveu as suas atividades, de recuperação da qualidade da água da Lagoa até meados de 2018, ano do término do contrato celebrado anteriormente. Porém em vários momentos o padrão de Classe 3 da Resolução nº 357/2005 do CONAMA não foi atingido, sendo que este critério era fundamental para a realização dos pagamentos previstos no contrato. O Vereador Braulio Lara ainda ressaltou que em 2018 o Consórcio Pampulha Viva continuou a sua prestação de serviços, já que, a Prefeitura de Belo Horizonte realizou a contratação por inexigibilidade (contratação direta, sem ampla concorrência no processo licitatório), deste modo outras empresas não puderam apresentar as suas propostas e consequentemente não houve uma maior discussão sobre a possibilidade de implementação de outras técnicas para mitigar os problemas de qualidade da água na Lagoa da Pampulha.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Os contratos AJ032/2015 e AJ049/2018, celebrados com o Consórcio Pampulha Viva, não deveriam ter sido encerrados após o descumprimento do objetivo que era a recuperação e manutenção da qualidade das águas da Lagoa da Pampulha no Padrão de Classe 3, conforme Resolução CONAMA 357/2005, uma vez que o objeto e razão de sua existência foi o atingimento desse padrão?

**Resposta (Josué Valadão):** Informou que durante a sua gestão, à frente da Secretaria Municipal de Governo, já assinou cerca de 500 contratos e não teria condições de dar explicações específicas dos contratos acima mencionados. Sobre a recuperação e manutenção da qualidade das águas da Lagoa da Pampulha, disse que não possuía conhecimento técnico para responder a tais questionamentos. Ressaltou que o Departamento de Gestão de Águas Urbanas – DGAU também realiza os estudos relacionados aos aspectos que envolvem a Bacia Hidrográfica da Pampulha, bem como as informações ligadas a gestão de saneamento, a preservação dos recursos hídricos e a diminuição dos riscos de inundações. A testemunha afirmou que a DGAU tem papel fundamental nas políticas que são desenvolvidas e implementadas na Lagoa, ressaltando que o mencionado departamento possui uma equipe técnica que desen-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

volve relatórios, pareceres e estudos que darão embasamento para a tomada de decisão da Administração Pública.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Sobre o Relatório Técnico 067/2018, assinado por Ana Paula Fernandes Viana Furtado, e que deu respaldo para inexigibilidade de licitação resultando na celebração do contrato AJ 057/2018, mantendo o Consórcio Pampulha Viva como prestador de serviço, e cujo o valor inicial foi de 16 milhões de reais, foram levantadas por esta CPI algumas inconsistências no referido relatório. Deste modo não teria sido mais prudente uma discussão mais ampla, e com maior teor técnico, sobre a possibilidade de aplicação da modalidade de inexigibilidade de licitação neste caso em tela?

**Resposta (Josué Valadão):** Informou que não possuía conhecimento técnico para falar sobre o mencionado relatório técnico e a celebração do supradito contrato. Ressaltou que as decisões tomadas pelas secretarias são embasadas por informações técnicas apresentadas pelas equipes de trabalho, que possuem conhecimento para analisarem um determinado tema.

532. Após esta resposta, o Relator da CPI indagou sobre a decisão da Prefeitura de Belo Horizonte de realizar uma contratação por inexigibilidade, sendo que haveria a possibilidade de outras empresas participarem de um eventual certame. Acrescentou que neste sentido, caso o Relatório Técnico nº 067/2018 apresentasse alguma inconsistência de informação, e mesmo assim este relatório fosse utilizado para justificar uma contratação direta, a responsabilidade de um possível erro poderia recair sobre os profissionais que foram os responsáveis pela elaboração deste documento. Sobre este questionamento a testemunha informou que estes profissionais poderiam ser responsabilizados. O Vereador Braulio Lara fez menção dos nomes do Sr. Ricardo de Miranda Aroeira e da Sra. Ana Paula Fernandes, já que, ambos assinaram o Relatório Técnico nº 067/2018, enfatizando que o referido relatório embasou uma contratação direta, contratação esta que também é objeto de análise da Comissão. Dito isto, o relator perguntou ao Sr. Josué Valadão se o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira e a Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado seriam os responsáveis por possí-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

veis erros na celebração do Contrato AJ057/2018, e dos ineficientes resultados dos serviços prestados, e que foram oriundos desta celebração contratual. Em resposta, a testemunha afirmou que ambos poderiam ser responsabilizados por possíveis erros cometidos e pela ineficiência dos resultados obtidos.

533. O Vereador Jorge Santos pediu a palavra e explanou sobre o fato de o Sr. Josué Valadão ter participado das decisões tomadas pela Prefeitura durante as gestões dos ex-prefeitos Marcio Lacerda, Alexandre Kalil e atualmente do prefeito Fuad Noman. Nesta temática, o integrante da CPI, criticou os altos valores gastos com a Lagoa da Pampulha e os ineficientes resultados apresentados. Ressaltou também o conteúdo de uma matéria jornalística sobre os gastos de aproximadamente R\$ 330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de reais) com os serviços de despoluição e manutenção da Lagoa, enfatizando que ao longo dos anos a prefeitura manteve o discurso de resolução definitiva dos problemas sendo que as causas da poluição e assoreamento não foram sanadas. Em resposta, a testemunha afirmou que a Lagoa da Pampulha vem apresentando durante os anos um quadro de melhora, porém ressaltou os problemas ligados ao esgotamento sanitário, já que, atualmente, cerca de 30 mil pessoas despejam esgoto na Lagoa da Pampulha.

534. Dentro desta temática, o Relator da Comissão fez menção ao Chamamento Público de 2011, momento este que a prefeitura municipal deveria fomentar a discussão e a apresentação de técnicas que teriam como principal objetivo a mitigação e a resolução definitiva das causas que ocasionam os problemas de poluição na Lagoa da Pampulha.

**Pergunta (Vereadora Flávia Borja, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha):** Em meados de 2003, a ETAF-Pampulha entrou em operação. Quais órgãos foram responsáveis pela sua concepção? De onde vieram os recursos financeiros necessários para a sua construção? Considerando o seu grau de eficiência, seria possível e viável a construção de outras estações de tratamento nos demais córregos que deságuam na Lagoa da Pampulha?

**Resposta (Josué Valadão):** Informou que a referida estação de tratamento foi construída pela Andrade Gutierrez, que há época já prestava serviços para a



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

prefeitura. O aporte financeiro, de aproximadamente R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), foi realizado pela COPASA. Em relação à construção de outras estações, disse que tal iniciativa depende de avaliação técnica e dos profissionais de engenharia sanitária.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Um ponto questionável, e que demonstra uma espécie indução do "Chamamento Público", seguido pelo certame SCO 033/2013 é que apesar de aberto em 2013, houve uma paralisação do certame, e, somente em 2015 a Prefeitura pediu novas informações, solicitando exclusivamente para a DT Engenharia a proposta de qualidade de água para Classe 2. Coincidentemente, a única proposta remanescente habilitada, que não foi induzida a erro ou desclassificada, foi a empresa que até hoje está contratada por inexigibilidade, o Consórcio Pampulha Viva. Essa indução do processo, e manutenção dos ineficazes contratos, seja o AJ032/2015 e o AJ057/2018 realizado pelo método da inexigibilidade, não nos leva a crer que alguém obteve alguma vantagem nesse cenário?

**Resposta (Josué Valadão):** Disse que estas questões foram analisadas no processo judicial e também pelo Tribunal de Contas, sendo que não foram constatadas quaisquer irregularidades no processo licitatório.

535. Registre-se que após a resposta o Procurador Municipal, Sr. Fernando Couto Garcia, solicitou a palavra e ressaltou que não houve a desclassificação das empresas no certame em tela, já que, as empresas não prorrogaram as suas propostas apresentadas, deste modo apenas o Consórcio Pampulha Viva manteve a proposta inicialmente apresentada.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Verificamos a Ata da 2ª Sessão de Abertura das Propostas de Preços referente a Licitação SCO-033/2013, datada de 22/09/2015. Na referida Ata, podemos mencionar uma série de questionamentos feitos por uma das participantes, a DT Engenharia. Nos chama atenção o Item 3, no qual faz menção sobre um e-mail enviado pelo Sr. Ricardo de Miranda Aroeira diretamente à empresa participante. Diante de tais informações, questiona-se: Em um processo licitatório, as mensagens são enviadas por e-mail pessoal ou institucional? Houve reuni-





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ões para tratar deste assunto? Quais servidores tinham ciência e responsabilidade para sanar tais problemas?

**Resposta (Josué Valadão):** Informou que o e-mail tratava apenas de uma verificação sobre a possibilidade de modificação do objeto da licitação que se tratava do padrão da qualidade da água. Ressaltou que o e-mail não teve influência no direcionamento do certame.

536. O Vereador Braulio Lara apresentou um e-mail datado de 27 de abril de 2015, enviado pelo Sr. Ricardo de Miranda Aroeira com cópia para o Sr. Josué Valadão e encaminhado para o Sr. João Carlos, representante da DT Engenharia, tendo como conteúdo a solicitação à DT Engenharia para que a mesma enviasse uma documentação que justificasse e instrísse a montagem de eventual processo de contratação por inexigibilidade e a solicitação da possibilidade de atendimento aos parâmetros de qualidade Classe 2. Ainda sobre o tema, o Relator da CPI enfatizou que o e-mail foi enviado durante o certame SCO 033/2013, inclusive com um pedido de modificação do parâmetro previsto no edital, que era o padrão da qualidade da água na Lagoa da Pampulha. Dando continuidade ao seu questionamento o Vereador Braulio Lara deu seguimento na leitura de outro e-mail, datado de 22 de abril de 2015, enviado pelo representante da DT Engenharia, Sr. João Carlos, para o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira, e que tratava de um pedido de agradecimento pela atenção prestada no dia de uma determinada reunião na qual houve também a participação do então prefeito, Sr. Marcio Lacerda. Deste modo foi questionado ao Sr. Josué Valadão se estas reuniões, com as empresas participantes de um certame, são comuns durante um processo licitatório. Em resposta, a testemunha informou que os e-mails passaram por uma análise no processo judicial e que não foram considerados irregulares.

537. Ainda sobre a temática, o Relator da Comissão perguntou à testemunha se ela classificaria como normal a realização de uma reunião com o prefeito à época, Sr. Marcio Lacerda, levando em consideração que havia um certame em curso e a reunião foi realizada com o representante de uma das participantes. O Sr. Josué Valadão afirmou que estas reuniões são comuns, e em deter-





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

minadas situações as empresas apresentam métodos e tecnologias que poderão apresentar um grau de maior assertividade frente às demandas existentes. Enfatizou que estas reuniões não afetam os trâmites de um processo licitatório em curso.

538. O Relator da Comissão ressaltou que os resultados obtidos durante a vigência do contrato AJ032/2015, que teve como finalidade a melhoria da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, não foram eficientes, já que, em diferentes momentos o padrão de qualidade da água não atingiu a Classe 3. Mesmo após tais constatações, em 2018 a prefeitura realizou uma contratação direta, por inexigibilidade, que manteve a mesma empresa prestadora dos serviços, no caso o Consórcio Pampulha Viva. O Vereador Braulio Lara concluiu informando que a CPI tem buscado um maior entendimento sobre o trâmite, e uma possível negociata, que resultou na celebração do contrato AJ057/2018, que teve a contratação por inexigibilidade.

539. O Procurador Municipal, Sr. Fernando Couto Garcia, enfatizou que o Relator da CPI utilizou o termo negociata, deste modo o Vereador Braulio Lara foi questionado sobre o fato de a Comissão já ter antecipado as conclusões afirmando que houve irregularidades tanto no processo licitatório ocorrido entre os anos de 2013 e 2015 quanto na contratação por inexigibilidade ocorrida em 2018. Em resposta, o Relator ressaltou que o objetivo da Comissão é compreender todas as decisões que foram tomadas e que estão diretamente ligadas a Lagoa da Pampulha, já que, nos últimos 10 anos os recursos empreendidos na Lagoa foram consideráveis e os resultados obtidos ainda estão longe do ideal. O Vereador Braulio Lara afirmou que a CPI não tem a intenção de antecipar conclusões e muito menos de fazer um juízo de valor de forma precipitada.

### **Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Mesmo depois de tantos questionamentos a respeito dos valores dos contratos firmados, e a ineficiência dos serviços prestados, por que a PBH nunca realizou auditorias buscando verificar possíveis irregularidades? Temos que destacar que foram muitas notificações do Ministério Público, reportagens e denúncias apresentadas. Porque tanta insistência em algo que não está dando certo?



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Vale lembrar que o único levantamento feito pela PBH não é imparcial, uma vez que os documentos produzidos pela Fundação Christiano Ottoni tiveram a participação dos próprios servidores e ex-servidores da Prefeitura.

**Resposta (Josué Valadão):** Sobre a realização de auditorias, informou que a Prefeitura de Belo Horizonte não tem evidências de possíveis irregularidades e eventual ineficiência dos serviços executados na Lagoa da Pampulha. Enfatizou que houve auditorias técnicas no corpo operacional objetivando analisar a dinâmica dos trabalhos que estavam sendo executados na Lagoa. Sobre as notificações do Ministério Público e as inúmeras reportagens sobre os problemas existentes na Lagoa da Pampulha e a ineficiência dos resultados alcançados, informou que os resultados foram satisfatórios e que a prefeitura teve o embasamento técnico que comprovou a eficácia dos métodos aplicados na Lagoa.

540. Após a resposta, o Relator da Comissão perguntou à testemunha qual seria a competência do Secretário Municipal. Em resposta, o Sr. Josué Valadão informou que a competência está prevista na Lei Orgânica e que basicamente a sua função é avaliar, coordenar, acompanhar e ter ciência dos resultados obtidos com a implementação das políticas públicas municipais que estejam vinculadas a sua secretaria.

541. O Presidente da CPI, Vereador Professor Juliano Lopes, perguntou à testemunha quantos contratos foram assinados por ela. Em resposta, o Sr. Josué Valadão disse que foram cerca de 500 contratos.

**Pergunta (Vereador Irlan Melo, integrante da CPI da Lagoa da Pampulha):** Quando presente nesta CPI, o Sr. Ricardo Aroeira mencionou o acordo, referente ao Plano de Ação do Sistema de Esgotamento Sanitário, homologado em março de 2023 pela Justiça Federal e que foi celebrado entre os municípios de Belo Horizonte, Contagem e a COPASA. O objetivo principal do referido acordo é a eliminação por completo das redes de esgoto que são direcionadas para a Lagoa. Sobre isso, qual tem sido a ação da PBH até o momento?

**Resposta (Josué Valadão):** Informou que deverão ocorrer uma série de ações conjuntas entre Belo Horizonte e Contagem. Em relação ao município de Con-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tagem disse que este ente deverá realizar, em diferentes regiões, um conjunto de obras de urbanização e desocupação de áreas que foram ocupadas de forma irregular. Sobre este tema, ressaltou que o processo de desocupação em determinados pontos ocorre de forma morosa devido ao seu grau de complexidade, já que, envolve aspectos sociais, econômicos e do próprio processo de ocupação urbana que vem ocorrendo nos últimos anos, esta muitas vezes de forma desordenada e a margem do Poder Público. Sobre as ações implementadas por Belo Horizonte, informou que o município executou obras de urbanização e esgotamento sanitário na comunidade Dandara, atuação que foi fundamental para o atingimento das metas que foram estabelecidas no Plano de Trabalho da COPASA que envolve o acordo entre a referida companhia e os municípios de Belo Horizonte e Contagem. Ainda sobre esta temática, fez menção da atuação da Vigilância Sanitária que possui Poder de Polícia e consequentemente tem a capacidade de intervir nos imóveis que foram notificados e não realizaram a ligação do esgoto com a rede da COPASA.

542. Após a resposta, o Vereador Braulio Lara perguntou à testemunha se a interação da COPASA com os mencionados municípios está funcionando. Em resposta, o Sr. Josué Valadão disse que há uma interação entre a companhia e os entes municipais, porém esta relação deve ser melhorada. A testemunha enfatizou que a troca de informações e a atuação conjunta entre as partes deve ocorrer de forma mais efetiva, deste modo o tempo de execução das obras previstas para o cumprimento do acordo homologado deverá ocorrer de forma mais célere. O Sr. Josué Valadão também fez menção das ligações factíveis, que deverão ser resolvidas em caráter de prioridade.

543. Sobre as ligações factíveis, onde há existência da rede e o proprietário do imóvel não realiza a ligação com o sistema da COPASA, atualmente existem cerca de 2.000 (dois mil) imóveis que estão nesta condição. Deste modo o Relator da Comissão cobrou uma atitude mais enérgica e eficaz por parte do Poder Público para que esta situação seja resolvida o mais rápido possível.

544. O Vereador Irlan Melo, perguntou à testemunha se são aplicadas multas para àqueles proprietários dos imóveis que se encontram na situação de liga-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ção factível. Em resposta, o Sr. Josué Valadão informou que atualmente este problema foi detectado em 228 imóveis localizados em Belo Horizonte e 1.322 em Contagem. Em todos estes casos houve notificações e em situações pontuais houve a aplicação de multa.

545. Registre-se que o Presidente da CPI, Vereador Professor Juliano Lopes, às 11h30, comunicou que devido aos questionamentos que ainda seriam feitos ao Sr. Josué Valadão, e em respeito ao tempo regimental da reunião, os Srs. Ricardo de Miranda Aroeira e Leandro César Pereira juntamente com a Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado seriam dispensados e consequentemente não foram ouvidos nesta reunião.

546. Após o mencionado comunicado, o Presidente da Comissão suspendeu a reunião por 5 minutos.

547. Dando continuidade aos trabalhos da CPI e após a referida comunicação, e suspensão da reunião, as perguntas foram retomadas.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):** Por qual motivo a Lagoa da Pampulha foi agredida com o aterramento que hoje é chamado de Enseada do zoológico? Por que lá está sendo utilizado como “bota espera” de forma indeterminada?

**Resposta (Josué Valadão):** Informou que o Plano Diretor, aprovado em 2019, restituiu a orla e consequentemente o espelho d’água na região denominada Enseada do Zoológico. Ressaltou que em 2005, ano de instituição do Plano de Ação referente ao Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha, previa a recuperação ambiental das ilhas e da Enseada do Zoológico por meio de construção de parques ecológicos. Deste modo houve uma incoerência do arcabouço legal do tombamento, que previa a proteção do espelho d’água e da orla, e do texto legal que instituiu o Plano de Ação. A testemunha ressaltou que após a aprovação do novo Plano Diretor o município deverá desenvolver as ações necessárias para o desassoreamento da mencionada área. Ainda sobre o tema, a testemunha disse que a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, está desenvolvendo os termos contratuais



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

para a efetiva realização da contratação para a execução dos serviços de desassoreamento do local.

548. O Relator da Comissão enfatizou que os problemas existentes no local são evidentes, já que, a Enseada do Zoológico ao longo dos anos foi utilizada como bota-espera dos resíduos que eram retirados no interior da Lagoa. Deste modo, não houve respeito ao grau de proteção que é conferido aos bens tomados. Ainda sobre esta temática, o Vereador Braulio Lara ressaltou que em diferentes áreas da Lagoa da Pampulha também apresentam um alto grau de assoreamento. Citou o popularmente conhecido Parque Ecológico como símbolo do descaso do Poder Municipal, pois este parque, onde deveria haver o espelho d'água, foi resultado de um aterramento paulatino que ocorreu no local ao longo dos anos.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Na oitiva realizada em 16/05/23, o Sr. Mauro Lúcio Ribeiro da Silva nos informou que durante a vigência e execução do contrato AJ-057/2018, a partir de um determinado momento as Guias de Liberação de Medição - GLM passaram a ser assinadas somente pelo Sr. Ricardo de Miranda Aroeira e Ana Paula Fernandes Viana Furtado. Ressalta-se que as primeiras guias eram assinadas pelos Srs. Marcelo Cardoso Lovalho, Renato Gonçalves de Melo, Maurício Cangussu, Mauro Lúcio Ribeiro da Silva. A referida mudança é comum na Administração Pública? Explique.

**Resposta (Josué Valadão):** Informou que a referida mudança foi realizada devido a uma modificação que ocorreu na estrutura organizacional da prefeitura, como os servidores da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas estavam diretamente ligados aos serviços que eram executados na Lagoa eles também assumiram a função de fiscalização. Ainda sobre o tema, a testemunha disse que houve um Decreto Municipal determinando que os gestores e fiscais dos contratos deveriam ter conhecimento técnico relacionado ao objeto contratual e a prestação dos serviços que estavam sendo executados, deste modo tanto o Sr.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ricardo de Miranda Aroeira quanto a Sra. Ana Paula possuía conhecimento para assumirem a qualidade de fiscais do contrato.

549. Após a resposta, o Vereador Braulio Lara fez um questionamento relacionado a execução simultânea dos contratos de desassoreamento e recuperação da qualidade da água. O Relator enfatizou que a execução do serviço de desassoreamento causa um impacto no fundo da Lagoa, deste modo as partículas depositadas no fundo são removidas e afetam a qualidade da água. Ou seja, o atingimento do padrão de Classe 3 da qualidade da água torna-se mais custoso. Em resposta, o Sr. Josué Valadão informou que este assunto foi discutido entre a equipe técnica da prefeitura e das empresas prestadoras dos serviços. Ressaltou que a Andrade Gutierrez tentou realizar o desassoreamento pelo método de sucção dos resíduos, já que, esta técnica provoca um menor impacto no interior da Lagoa, porém houve vários problemas relacionados ao entupimento dos dispositivos que realizavam a sucção. A testemunha afirmou que infelizmente a execução simultânea dos serviços de recuperação da qualidade da água e desassoreamento apresentam aspectos conflitantes.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara, Relator da CPI da Lagoa da Pampulha):**

Por que o objetivo é tratar o interior da Lagoa da Pampulha e não combater as causas? Por que remediar e não tratar as causas do alto nível de poluição e assoreamento?

**Resposta (Josué Valadão):** Disse que até o presente momento não existe uma solução técnica para sanar as causas da poluição e assoreamento na Lagoa.

550. O Presidente da CPI, Vereador Professor Juliano Lopes, comunicou o término das perguntas feitas pelos membros da Comissão e concedeu a palavra para os demais vereadores presentes.

551. O Vereador Bruno Miranda disse que conheceu o Sr. Josué Valadão em meados de 2009 e elogiou a conduta da testemunha no desenvolvimento das suas funções junto a Prefeitura de Belo Horizonte. Ressaltou que a prefeitura



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

deve manter os serviços na Lagoa da Pampulha e a COPASA tem o dever de fazer a sua parte de forma efetiva. O Vereador Wagner Ferreira agradeceu a presença do Sr. Josué Valadão e elogiou o seu empenho na resolução das demandas existentes no município. O Vereador Wanderley Porto disse que conheceu o Sr. Josué Valadão em 2009 e também ressaltou a sua competência, e comprometimento, no desempenho das suas funções como Secretário Municipal. O Vereador Wesley também fez elogios à testemunha e parabenizou a Câmara, e a Comissão, pela iniciativa e pelos trabalhos apresentados em relação a Lagoa da Pampulha.

552. O Vereador Irlan Melo perguntou ao Sr. Josué Valadão se o mesmo havia auferido algum lucro pessoal resultante da sua atuação em algum processo licitatório ou durante a atuação de alguma empresa prestadora de serviço na Lagoa. Em resposta, a testemunha afirmou que não recebeu nenhum valor desta natureza.

553. O Vereador Braulio Lara solicitou a palavra e fez menção da importância dos trabalhos da CPI e a relevância que a Lagoa da Pampulha tem para a capital mineira.

554. O Presidente da Comissão agradeceu a presença do Sr. Josué Valadão e comunicou o encerramento da reunião.

555. Sem nada mais a tratar, a reunião encerrou-se às 12h17min.

### **III.23 DA 23ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA**

556. A vigésima terceira Reunião, em caráter extraordinário, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha, que ocorreria no Plenário Helvécio Arantes, foi realizada dia 31 de maio de 2023, às 09h01min, porém os Membros da Comissão participaram de forma remota, através de videoconferência. O início se deu sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes, do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara, dos Vereadores Jorge Santos, Sérgio Fernando Pinho Tavares, Irlan Melo e da Vereadora Flávia Borja.

557. A Reunião teve como finalidade a discussão e votação dos seguintes Requerimentos:





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- I. Requerimento de Comissão nº 1456/2023, vinculado ao Requerimento de Comissão nº 1384/2023. Solicitação de alteração de horário de oitiva, que será realizada às 10h15, tendo como finalidade a intimação do Diretor de Gestão de Águas Urbanas da Prefeitura, Ricardo de Miranda Aroeira, para prestar, na qualidade de investigado, informações que serão de suma relevância para os trabalhos da Comissão. Autoria: Ver. (a) Braulio Lara, Professor Juliano Lopes. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.
- II. Requerimento de Comissão nº 1457/2023, vinculado ao Requerimento de Comissão nº 1385/2023. Solicitação de alteração de horário de oitiva, que será realizada às 10h45, tendo como finalidade a intimação da Engenheira da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas da Prefeitura, Ana Paula Fernandes Viana Furtado, para prestar, na qualidade de investigada, informações que serão de suma relevância para os trabalhos da Comissão. Autoria: Ver. (a) Braulio Lara, Professor Juliano Lopes. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.
- III. Requerimento de Comissão nº 1458/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade convidar o Ex-Chefe do Poder Executivo de Belo Horizonte, Marcio Araújo de Lacerda, para comparecer a Câmara Municipal de Belo Horizonte, tendo como objetivo a prestação de informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão. A oitiva será realizada no dia 06 de junho de 2023, às 09h45, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Ver. (a) Braulio Lara, Professor Juliano Lopes. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

558. Em relação às respostas a requerimentos e indicações da Comissão, os membros da CPI tomaram ciência dos seguinte Ofício/Documento:

OFÍCIO EM RESPOSTA	RESPOSTA
Pt 3325/2023	DOCUMENTO PROT. N° 003325/2023

559. O Presidente da Comissão, Vereador Professor Juliano Lopes, agradeceu a presença dos membros da CPI e comunicou o encerramento da reunião.

560. Sem nada mais a tratar, a Reunião encerrou-se às 09h05min.

### **III.24 DA 24ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA - OITIVA DO SR. RICARDO MIRANDA AROEIRA E ANA PAULA FURTADO**

561. A vigésima quarta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada no dia 06/06/2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes, deu início sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes e contou com a presença do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara. Estavam presentes também a Vereadora Flávia Borja e os vereadores Bruno Miranda, Irlan Melo, Jorge Santos, Rubão, Sérgio Fernando Pinho Tavares, Wagner Ferreira e Wanderley Porto.

562. A reunião teve como finalidade convidar o Ex-chefe do Poder Executivo de Belo Horizonte, Márcio Araújo de Lacerda, para comparecer à Câmara Municipal de Belo Horizonte, tendo como finalidade a prestação de informações e intimar o diretor de Gestão de Águas Urbanas da Prefeitura, Ricardo de Miranda Aroeira, e a engenheira da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas da Prefeitura, Ana Paula Fernandes Viana Furtado, para prestarem, na qualidade de investigados, informações relevantes para os trabalhos da Comissão.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

563. Registra-se que o senhor Márcio Lacerda não compareceu à oitiva, tendo solicitado adiamento para fins de dilação do prazo para análise dos documentos e processo. A oitiva foi remarcada para o dia 20/06/2023.

564. Iniciou-se, assim, as oitivas do Sr. Ricardo Aroeira e Ana Paula Furtado. O Relator da CPI, Ver. Braulio Lara, deu início às perguntas.

**Pergunta - Vereador Braulio Lara - Relator da CPI:** indagou sobre a ata da segunda sessão de abertura das propostas de preços, nos seguintes termos: “Na última oitiva realizada com o senhor, esta Comissão mostrou as informações contidas na Ata da 2ª Sessão de Abertura das Propostas de Preços (SLIDE 10). Podemos verificar a informação do envio de e-mail solicitando uma nova proposta técnica. Como se deu a sua interação com as empresas participantes.”

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** respondeu que a questão já foi esclarecida e que o e-mail não guardava qualquer relação de favorecimento ou com o processo licitatório. Era apenas para conversar sobre a possibilidade de eventual contratação por inexigibilidade de licitação da DT Engenharia.

565. O vereador Braulio Lara acrescentou que a situação não está clara e pediu esclarecimentos.

**Resposta Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** explicou que a reunião foi a pedido do prefeito para fins da DT conversar com a PBH sobre eventuais melhorias na proposta para fins de uma possível inelegibilidade.

**Pergunta - Vereador Braulio Lara - Relator da CPI:** questionou sobre se foi a pedido do prefeito esse e-mail.

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** “fui convocado para participar da reunião”

**Pergunta - Vereador Juliano Lopes - Presidente da CPI:** Já foi dito que a técnica das ETAF’S foi desclassificada por não resolver o problema do passivo ambiental na Lagoa, pelo acúmulo de anos de matéria orgânica e fósforo no



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

fundo da Lagoa. Por qual motivo então, houve o envio do email para a empresa DT Engenharia relativo a alteração da meta de classe da água a ser atendida(classe 2) e em relação aos documentos a serem enviados, no caso de contratação por inexigibilidade?

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** “Porque foi solicitado pelo prefeito que fosse encaminhado e-mail.” Respondeu que como servidor tinha que cumprir a obrigação.

**Pergunta - Vereador Braulio Lara - Relator da CPI:** Perguntou sobre o e-mail, já que pelo corpo do texto dá a entender que modifica o objeto do contrato.

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** Aduziu que era apenas para informar o Sr. João Carlos sobre as informações que o prefeito tinha expectativa de receber, não altera nem modifica o processo, só complementa e atualiza.

566. A DT enviou a documentação, porém não prosperou, por decisão do prefeito Márcio Lacerda.

**Pergunta - Vereador Braulio Lara - Relator da CPI:** “Então foi decisão do prefeito de seguir adiante?”

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** Respondeu que o comando sobreveio de superiores para seguir a licitação, que não se reuniu pessoalmente com o prefeito. A comissão de licitação que seguiu com os atos.

**Pergunta - Vereador Braulio Lara - Relator da CPI:** Perguntou como foi chamado ao processo para validar, haja vista que está confuso a participação do Sr. Ricardo.

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** Respondeu que cabia à Comissão de Licitação e que era acionado pela Comissão de Licitação somente. Informou que receberam os documentos, porém não havia novidade em relação à tecnologia, a qual não era capaz de diminuir o passivo -



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

nas palavras dele - e que não sabe como teria sido se a DT tivesse sido escolhida.

**Pergunta - Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI:** O Vereador Bráulio Lara questionou, segundo as colocações do Sr. Ricardo Aroeira, o porquê então não foi a Comissão que enviou o e-mail.

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** De acordo com ele, ele só enviou o e-mail. Aduziu que só cumpriu ordens.

**Pergunta - Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI:** Com relação ao encaminhamento, tendo em vista a participação do Sr. Ricardo Aroeira na comissão técnica de análise para avaliar as tecnologias que estavam em disputa naquele certame, indagou em que momento então se deu essa análise até a tomada de decisão registrada na ata da segunda sessão da comissão.

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** respondeu que na CPI tem todos os documentos com as datas e que podem ser consultados.

**Pergunta - Vereador Juliano Lopes - Presidente da CPI:** "No Ofício DP-SD/SMOBI N° 161/2015 (SLIDE 12), encaminhado a Josué Costa Valadão, você atesta o prosseguimento do processo licitatório SCO-033/2013, afirmando que tecnicamente tem-se a garantia da sustentabilidade do objeto proposto. Qual arcabouço técnico e documental foi considerado para tal afirmação?"

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** Informou que quando o então prefeito Márcio Lacerda decidiu que a licitação deveria ter seu desfecho postergado em razão da insegurança de a COPASA cumprir suas metas, o que justificaria um processo de licitação para tratamento das águas da lagoa. Caso a Copasa não atuasse a avaliação do Prefeito era de que não valia a pena a contratação para tratamento das águas. Porém, em 2015 a COPASA se comprometeu a atingir a meta em julho de 95% de cobertura da bacia da Pampulha. Tendo em vista o compromisso da Copasa fazia sentido continuar com o processo. Foi uma avaliação técnica.

**Pergunta - Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI:** Questionou a respeito da interação com os licitantes por parte do Sr. Ricardo Aroeira durante o processo licitatório, haja vista que o correto seria a Comissão de licitação atuar.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** Respondeu que houve apenas encaminhamento de e-mail, mas que não houve qualquer interação com quem estava participando do processo, mas sim uma participação técnica da parte dele.

567. O Vereador Bráulio Lara colocou em questão a alteração do objeto no e-mail trocado entre o Sr. Ricardo e uma das empresas participantes do processo. Logo, não é possível inferir se o concorrente queria ou não obter alguma vantagem. Pontuou, ainda, que se fosse ter alguma mudança que tivesse sido lançado então um novo edital.

568. Em resposta o Sr. Ricardo respondeu que recebeu um comando do Sr. Márcio Lacerda. Em suas palavras, ele é um técnico da prefeitura e trabalha sob comando e sob demanda. Além disso, sobre o e-mail, informou que este não tem o condão de mudar o objeto de uma licitação e que o próprio tribunal de contas não achou irregularidades.

569. Todavia, o Vereador Bráulio esclareceu que o processo no Tribunal de Contas do estado de Minas Gerais - TCE - prescreveu e, por isso, não chegou ao fim.

**Pergunta - Vereador Prof. Juliano Lopes - Presidente da CPI:** O Sr. Josué Valadão afirma que constatando-se equívocos nas informações/relatórios técnicos que foram utilizados para a tomada de decisão da Administração Pública, os profissionais do corpo técnico, que forneceram tais dados, são os responsáveis pela ineficiência dos resultados obtidos. Você ratifica as informações que foram transmitidas à Secretaria Municipal de Governo e aos demais órgãos ?  
(Slide 13)

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** respondeu que essa pergunta diz respeito ao trabalho desenvolvido pela colega Ana Paula Furtado, pois não compete a ele a análise de metodologia e nem a fiscalização do contrato, sendo ela a pessoa adequada para responder. A sua responsabilidade, segundo ele, é verificar se há consistência na análise feita. Com base na



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

confiança que tem na Ana Paula e verificando que não há dúvidas endossa a análise feita.

**Pergunta - Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI:** haja vista que a Ana Paula não trabalhou com vocês na primeira licitação, tendo entrado na Prefeitura apenas em 2018, quem é a equipe que o senhor faz menção a todo momento?

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** respondeu que o fiscal era o Sr. Marcelo Vale, havia um assessoramento técnico prestado pela DGAU, através do engenheiro Renato Pires, que faziam a avaliação técnica e os repassava para fins de gestão do contrato.

**Pergunta - Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI:** frisou que diversas liberações tinham a assinatura do Sr. Ricardo.

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** informou que coube à Sudecap e que o Sr. Marcelo do Vale foi substituído pela Sra. Ana Paula Furtado.

**Pergunta - Vereador Juliano Lopes - Presidente da CPI:** “Conforme relatório técnico 7 da Fundação Christiano Ottoni, integram o Grupo de Trabalho: professores da UFMG, servidores da PBH, servidores da COPASA e consultores externos (SLIDE 14, 15). Todos os integrantes desse grupo de trabalho eram remunerados? Os pagamentos aos integrantes do Grupo de Trabalho eram feitos diretamente pela PBH? Ou pela Fundação Christiano Ottoni?”

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** Respondeu que sim, pois todo contrato costuma ser remunerado. Informou que quem fazia o acompanhamento técnico e organizava as reuniões, atividades e trabalhos era o Prof. Nilo.

**Pergunta - Vereador Bráulio Lara - Relator da CPI:** “A PBH se respalda em “recomendações” do Grupo de Trabalho para embasar as decisões adotadas na esfera administrativa. Mas verifica-se que os integrantes do Grupo de Trabalho são os mesmos que tiveram suas ações validadas pelo grupo. Vocês influenciam no relatório? Como essa interação funcionava?”





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** respondeu que não, que era autoral da Fundação e que era um relatório transparente e que a interação era respeitosa.

**Pergunta - Vereador Braulio Lara - Relator da CPI:** Porque a PBH não resolveu o problema das taboas, instaladas sobre o assoreamento entre mirantes?

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** respondeu que a decisão sobre quais áreas seriam desassoreadas não passaram por ele.

**Pergunta - Vereador Juliano Lopes - Presidente da CPI:** Houve menção nesta CPI que o problema seria resolvido no último contrato, suspenso por determinação do Ministério Público e que a PBH decidiu pela revogação da licitação. Já foi providenciada na licença ambiental autorização para a referida intervenção?

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** Informou que não é da alçada dele e quem cuida de meio ambiente e licenciamento é a SU-DECAP ou alguma pasta da Secretaria de Meio Ambiente.

**Pergunta - Vereador Juliano Lopes - Presidente da CPI:** Quem define as regras de intervenção na Lagoa da Pampulha? Praticamente todos que foram ouvidos nesta CPI disseram que o senhor é quem traça as diretrizes. Como se dá este processo?

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** Respondeu que depende. Do ponto de vista técnico a proposição é de quem vai executar e do ponto de vista final passa por uma avaliação que está inserida no processo de licenciamento ambiental, equipe da secretaria eventual discussão e aprovação pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente solicitação de anuência...

**Pergunta - Vereador Juliano Lopes - Presidente da CPI:** Mas estamos chegando no fim da CPI disseram que é o senhor que determina as intervenções na lagoa da Pampulha. Como se dá esse processo então?

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** Disse que estão supervalorizando a participação dele na Prefeitura de Belo Horizonte, visto que ele não é secretário, nem ordenador de despesa, mas tão somente técnico e só manifesta quando é consultado.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta - Vereador Braulio Lara - Relator da CPI:** Questionou sobre quem eram os superiores dele desde 2011 até hoje, considerando que foi dito por ele, em diversos momentos, que ele é apenas subordinado.

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** “Senhor Humberto... não recordo o sobrenome... Senhor Roberto, Ricardo Simões, Sr. Josué Valadão e mais recentemente o Senhor Leandro.”

**Pergunta - Vereador Braulio Lara - Relator da CPI:** DGAU é SMOB ou SUDECAP? Pois no decorrer das reuniões estão tendo incongruências nas falas.

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** SMOB.

**Pergunta - Vereador Braulio Lara - Relator da CPI:** A composição da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas - DGAU foi modificada na gestão do Prefeito Fuad Noman? O que mudou?

**Resposta - Ricardo de Miranda Aroeira - Diretor da DGAU:** respondeu que recentemente foi criada uma gerência nova, para que não fosse centralizado nele todas as decisões e demandas, a pedido dele, para o bem da gestão.

570. O Vereador Braulio Lara ressaltou, assim como o Vereador Juliano Lopes, que as perguntas são pertinentes, haja vista que todos que foram à CPI disseram que o Sr. Ricardo Aroeira era o responsável pela tomada de decisões relacionadas à Lagoa da Pampulha, logo, há uma refutação por parte do Sr. Ricardo ao dizer que é mero subordinado e não tem tanta influência na Pampulha, o que gera dúvidas na CPI, dificultando o entendimento. Agora, ao ser mencionada a criação de nova gerência, fica o questionamento: está aumentando a demanda? Porque a Lagoa continua na mesma situação.

571. O Sr. Ricardo de Miranda Aroeira respondeu que há muitas demandas, que a Lagoa da Pampulha não é a única que requer atenção e não é a prioridade, tendo mencionado diversas questões acompanhadas pela Diretoria a qual ele é titular, e outras participações importantes ao longo dos anos e em outras gestões, como a bacia do Isidoro, esgoto no Onça, construção de discussões sobre disposição de cursos d'água e tratamento de esgoto e que só faz assessoramento técnico na Prefeitura e não toma nenhuma decisão na Prefeitura.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

572. O Vereador Braulio Lara destacou que a Pampulha, no entender dele, deveria ser prioridade, mas pelo que o Sr. Ricardo informou que, infelizmente, não é. Pontuou que diversos documentos estão assinados pelo Sr. Ricardo e por isso a pertinência. Ao final da sua colocação, perguntou “afinal, quem toma conta da Lagoa da Pampulha?”

573. O Sr. Ricardo respondeu que não iria ficar respondendo essa pergunta, não iria responder novamente nem assumir responsabilidades que não são dele. De forma exaltada, respondeu que cuida tão somente de assessoramento técnico e que não iria repetir essa questão.

574. Posto isso, o Vereador Braulio Lara questionou de onde advém os recursos responsáveis pelos cuidados com a Lagoa da Pampulha. O Sr. Ricardo respondeu que os recursos são oriundos do contrato do empréstimo BB 75, mas recentemente, dado o esgotamento desta fonte de recurso, passou-se a utilizar os recursos do fundo municipal de saneamento.

575. Dessa forma, o Vereador Braulio Lara, Relator da CPI, questionou sobre o contrato BB Viena, nos seguintes termos:

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI): (SLIDE 16)** Segundo a segunda cláusula do Contrato BB Viena, os investimentos deveriam ser destinados exclusivamente para a recuperação da Bacia Hidrográfica da Pampulha. Essa cláusula foi respeitada?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Não era da minha responsabilidade definir a fonte de recurso a ser utilizada nos empreendimentos. Essa informação que a gente recebe.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** De onde?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Do setor financeiro da SMOBI. Então a definição de fonte de financiamento, fonte de pagamento de contratos não é uma definição da DEGAU.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Eu faço essa pergunta porque percebemos que houve destinações para obras que não tinham relação direta com o tratamento da Lagoa. Por que houve essas destinações?



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** A gestão do contrato de financiamento BB Viena não era uma gestão da DGAU e ao que eu saiba o objeto contratado por esse financiamento é a Bacia da Pampulha e não a Lagoa da Pampulha, mas eu não posso comentar sobre contratos que eu não tenho absolutamente nenhuma informação.

576. O vereador Braulio Lara destaca alguns dos contratos executados com destinação diversa ao tratamento da Lagoa, na qual destaca-se obra para reforma da praça das aves e do recinto dos mamíferos da Fundação Zoobotânica que teve um custo de R\$394.098,00. Por fim, questiona a Ricardo Aroeira se faltou dinheiro para resolver os problemas da Pampulha.

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** eu não tenho conhecimento deste contrato também.

577. O vereador ainda faz alusão ao contrato SC083 de 2014 que teria como destinação execução de obras de reforma do recinto das aves, dos mamíferos e do borboletário (2ª Etapa) da Fundação Zoobotânica no valor de R\$2.583.142,12 e novamente questiona se esse valor fez falta para o tratamento da Lagoa e também pergunta como era o orçamento da DGAU.

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** A DGAU não tem orçamento. O orçamento é da SMOBI.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Mas a DGAU não faz apontamento de demanda em orçamento ?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Não.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Como os projetos são viabilizados então?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Os projetos são da SMOBI. A DGAU faz gestão técnica de projeto.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Então não tem nenhum projeto gerenciado pela DGAU?



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Tem projeto gerenciado pela DGAU

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Eles não necessitam de orçamento?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Necessitam de recursos normalmente do Fundo Municipal de saneamento mas hoje para a gente não tem nenhum contrato de projeto. A gente não contrata obra, pois essas obras são contratadas, no caso da SMOBI pela zeladoria e no caso da SUDECAP pelas diretorias de obras e projetos.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Dentre as propostas que o senhor nesses anos apresentou para Lagoa da Pampulha, então nunca houve falta de recursos? sempre foram viabilizados?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Os recursos dos empreendimentos definidos pela SMOBI prosseguiram com recursos destinados pela SMOBI com gestão técnica pela DGAU.

**Pergunta (Vereador Wanderley Porto): (DOCUMENTO Nº 5)** Doutor Ricardo, o senhor pode verificar no cabeçalho documento Qual foi o órgão interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que o elaborou?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** 2ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia

**Pergunta (Vereador Wanderley Porto):** O senhor pode verificar no item 1 da página 1 do documento, qual o tema nele tratado?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Tratam os autos de denúncia formulada a essa Corte por DT Engenharia de Empreendimentos Ltda. contra procedimento licitatório deflagrado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Belo Horizonte, Processo Licitatório SCO - 033/ 2013.

**Pergunta (Vereador Wanderley Porto):** Na página 3 vai ter grifada a notícia de que o Tribunal de Contas foi informado de que o município pretendia contratar a remediação a ser aplicada na Lagoa da Pampulha por contratação direta, ou seja por dispensa ou inexigibilidade de licitação?



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Sim, o que está escrito ali é que a denunciante, no caso ai a DT engenharia enviou documentação protocolizada sobre o número 5040310/ 2018 na qual Informa a intenção da Prefeitura de fazer nova contratação, via dispensa de licitação.

**Pergunta (Vereador Wanderley Porto):** Na página 4 também vai ter um trecho grifado a notícia sobre qual o fim deu o Ministério Público do Estado de Minas Gerais ao pedido de instauração deste inquérito pela contratação por dispensa ou inexigibilidade da licitação?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Sim, conforme consta do documento. Por fim, o relator determinou a juntada de documentação enviada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, na qual o MPMG indeferiu o pedido da denunciante para instalação de inquérito quanto à contratação por dispensa de licitação.

**Pergunta (Vereador Wanderley Porto):** Na página 33 há também um trecho grifado em que a coordenadoria de fiscalização de obras e serviços de engenharias do TCE, aponta a inviabilidade de utilizar a ETAF para tratamento na época das cheias?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Sim, está explicitado no documento que esta Unidade Técnica entende que realmente seria inviável a instalação de ETAFs que tratassem os córregos em volumes de cheia, e, nesse sentido, concorda que as estações, como propostas estavam dimensionadas de acordo com as convenções usuais da engenharia.

**Pergunta (Vereador Wanderley Porto):** Na página 34 também no trecho grifado, a quem a coordenadoria de fiscalização de obras e serviços de engenharias do TCE atribuiu a responsabilidade pela despoluição de córregos?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Conforme explicitado, a COPASA. Uma outra situação que não foi tratada é que a despoluição dos córregos deveria, a princípio, ser uma responsabilidade da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA). Inclusive, a ETAF atualmente existente, que trata as águas dos córregos Ressaca e Sarandi, é custeada e operada pela COPASA.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Vereador Wanderley Porto):** Na página 43, a já mencionada Coordenadoria do TSE reconhece que antes da contratação, a Lagoa estava em classe 4 e que seria um objetivo irreal passar da classe 4 diretamente para a classe 2 ?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Sim, o texto diz aí que quando foi iniciada a contratação em comento, a Lagoa da Pampulha enquadrava-se como Classe 4, a pior de todas. Tentar passar direto para a Classe 2 seria um objetivo irreal para uma contratação tão concentrada como esta.

**Pergunta (Vereador Wanderley Porto):** E na mesma página 43. a Coordenadoria aponta que trataram os córregos logo antes do deságue, como propôs a denunciante, não seria suficiente para que se atingisse a classe 2?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Sim. Tratar a água que está na Lagoa ou mesmo tratar os córregos logo antes do deságue (como propôs a denunciante) não seria suficiente para que se atingisse a classe 2 pretendida pela legislação.

578. Para encerrar o vereador Wanderley Porto fez uma fala sobre o ex-prefeito Marcio Lacerda e destacou o seu zelo pela cidade e pela Lagoa da Pampulha. Afirmou também que acredita no caráter do prefeito e que ele esclarecerá todas as dúvidas dessa CPI. Em seguida, o vereador Wagner Ferreira começou suas perguntas para o investigado.

**Pergunta (Vereador Wagner Ferreira): (DOCUMENTO Nº 5)** Na página 46 tem mais um trecho grifado também. A Coordenadoria afirma que por ser a Lagoa da Pampulha um lago artificial urbano “em uma bacia em que parte densamente povoada e em partes está iniciando o processo de urbanização, a questão do assoreamento da Lagoa da Pampulha é algo que provavelmente será um problema *ad eternum*”, ou seja, um problema constante. O senhor concorda com essa avaliação?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Concorde. O processo de assoreamento de todo lago é um processo natural, seja





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ele um lago no meio do nada por ação da erosão dos ventos, das chuvas, o destino de qualquer lago é se extinguir. No meio urbano, o nível de agressão é muito maior, então a chance de chegar lixo, terra, sedimento a um lago urbano é muitas vezes superior a um lago situado no meio do nada. Por isso a necessidade de operações contínuas de desassoreamento. Quanto mais efetivas forem essas ações, a tendência é que a chegada desses sedimentos diminuam ao longo do tempo. O que temos verificado é que há 10 anos atrás, chegavam na Lagoa da Pampulha, volumes da ordem de mais de 400 mil metros cúbicos de sedimentos misturados com lixo e que foram se acumulando no fundo. Hoje, essa taxa de aporte é da ordem de 115 mil. Então há uma perspectiva muito boa para o futuro.

**Pergunta (Vereador Wagner Ferreira):** Na página 52, item 4.10 é referente ao e-mail de 22 de abril de 2015, enviado pelo senhor a DT Engenharia. O senhor pode confirmar se é verdadeiro o relato grifado na página 53?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** A mensagem eletrônica foi decorrência de uma reunião ocorrida em 10 de abril de 2015, solicitada pela DT Engenharia, entre a empresa e o então Prefeito de Belo Horizonte, Sr Marcio Araújo de Lacerda. Nessa reunião foi discutida a possibilidade de contratação da construção das ETAFs por inexigibilidade e o supracitado e-mail, enviado 17 dias depois em 27 de abril de 2015, foi apenas prosseguimento daquela reunião. Eu confirmo esse relato.

**Pergunta (Vereador Wagner Ferreira):** O senhor pode ler nos trechos grifados aí por favor? nas páginas 55, 56.

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** “Pelo exposto, conclui-se que a empresa DT Engenharia Ltda. não cometeu ilegalidade ao solicitar uma reunião e apresentar proposta à Prefeitura e que o servidor Sr. Ricardo de Miranda Aroeira também não cometeu ilegalidade ao enviar um e-mail à DT Engenharia solicitando o envio da proposta, uma vez que essa solicitação foi apenas uma consequência formal desta reunião”

**Pergunta (Vereador Wagner Ferreira):** Então o senhor confirma que a Coordenadoria do TCE considerou que não houve ilegalidade no seu e-mail?



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Perfeitamente.

**Pergunta (Vereador Wagner Ferreira):** Esse entendimento do TCE quanto ao seu e-mail é coerente com entendimento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais em acórdão que foi mostrado em depoimento aqui da DT Engenharia?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Exatamente.

**Pergunta (Vereador Wagner Ferreira):** Por fim, na conclusão da análise da Coordenadoria, grifada na página 58 propõe-se apenas que no futuro o município não faça licitações com peso tão grande para o fator “técnica”. O senhor concorda com essa conclusão?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Concordo.

**Pergunta (Vereador Wagner Ferreira):** O senhor pode verificar no cabeçalho do documento qual foi o órgão Interno do Tribunal de Contas de Minas Gerais?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais

**Pergunta (Vereador Wagner Ferreira):** Se o Ministério Público de Contas concorda integralmente com a coordenadoria de fiscalização de obras e serviços engenharia do TSE. Você pode verificar qual posicionamento analisamos antes?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Sim. O que está colocado no documento é que no caso em análise, após examinar os autos, este Ministério Público de Contas entende que assiste razão à Unidade Técnica.

579. O vereador Wagner Ferreira encerra suas perguntas. Em seguida, o vereador Bruno Miranda faz uma observação questionando o motivo da persistência dos vereadores a respeito do e-mail, fruto de uma reunião do prefeito Marcio Lacerda com a DT Engenharia, e argumenta que não há nenhuma irregularidade em relação a isso. Por fim, a defesa de Ricardo Aroeira, por meio do Procurador do Município, Fernando Couto, faz perguntas a Ricardo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Fernando Couto, defesa de Ricardo Aroeira):** Para conseguir o agendamento da reunião ocorrida em 10 de Abril de 2015 a DT Engenharia contou com auxílio de algum parlamentar para solicitar ao prefeito que a recebesse?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Eu não tenho conhecimento.

**Pergunta (Fernando Couto, defesa de Ricardo Aroeira):** Havia algum parlamentar presente na mencionada reunião?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Eu não tenho condição de afirmar com certeza.

**Pergunta (Fernando Couto, defesa de Ricardo Aroeira):** O senhor conhece o doutor Ilder Miranda Costa, que prestou depoimento recentemente nesta CPI?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Eu já participei de algumas reuniões com esse senhor em que ele compareceu na figura de assessor do Ministério Público de Contas.

**Pergunta (Fernando Couto, defesa de Ricardo Aroeira): (DOCUMENTO 7)** O doutor Ilder se apresentou aqui nesta CPI, como engenheiro civil e advogado. No site do CREA de Minas Gerais, a inscrição do doutor Ilder aparece como interrompida. O senhor pode confirmar se ele deixou de ser inscrito no Conselho Regional de Engenharia?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Não tenho conhecimento.

**Pergunta (Fernando Couto, defesa de Ricardo Aroeira):** O senhor esteve aqui na Câmara Municipal em audiência pública promovida pela comissão de Meio Ambiente político Urbana em 24 de setembro de 2018?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Sim. O vereador Jorge Santos, inclusive, participou dessa reunião.

**Pergunta (Fernando Couto, defesa de Ricardo Aroeira):** Qual era o status do contrato de tratamento das águas da Lagoa nesta data de 24 de setembro de 2018?



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** O contrato de inelegibilidade ainda não tinha se iniciado, ainda estava em processo.

**Pergunta (Fernando Couto, defesa de Ricardo Aroeira):** Nessa audiência pública, algum vereador, que o senhor se lembra, manifestou contra a contratação do consórcio Pampulha Viva por inelegibilidade?

**Resposta (Ricardo Aroeira - Diretor de Gestão de Águas Urbanas):** Não. Inclusive, todas as manifestações foram no sentido de que era importantíssima a continuidade do processo de tratamento. Me lembro, inclusive, que o vereador Jorge Santos estava presente nessa reunião e ressaltou muito corretamente a importância de que a gente não poderia deixar a lagoa se deteriorar, porque houve um intervalo, entre o encerramento do primeiro contrato e início do segundo e, havia uma preocupação muito grande de retomada desse serviço. O próprio vereador se manifestou nesse sentido

580. A defesa apresenta um vídeo com um trecho da referida audiência na qual o vereador Jorge Santo discute a importância do tratamento paliativo continuado para a recuperação da Lagoa. Ricardo Aroeira confirma que se trata do trecho daquela audiência. Após isso, a defesa encerra suas perguntas. o doutor Fernando Couto também afirma não representar mais a defesa da engenheira Ana Paula que constituiu novos advogados.

581. Antes de encerrar, o vereador Jorge Santos endossa o que ele havia dito anteriormente naquele trecho apresentado pela defesa, mas argumenta também que, esteve com Josué Valadão e, naquela oportunidade o havia questionado se continuaria sempre com tratamentos paliativos. A resposta do mesmo foi que a prefeitura gasta milhões tirando e colocando lixo, mas enquanto a COPASA não resolver, vai continuar gastando.

582. Em seguida, o vereador Braulio Lara faz considerações importantes sobre o documento exibido do Tribunal de Contas e sobre a questão trazida pelo referido documento de, se querer ouvir para esclarecimentos, porém houve uma prescrição. Então, aduz, que há mais pontos importantes a serem observados nesses documentos. O vereador Braulio Lara ainda faz uma última pergunta a Ricardo Aroeira sobre qual setor da prefeitura deve ser procurado a



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

respeito de mais problemas que vierem a ter na Lagoa da Pampulha. Ricardo Aroeira diz que depende da natureza do problema, que sob o ponto de vista da execução de contratos, é de responsabilidade da SMOBI; problemas de outra natureza, tem a Secretaria de Fiscalização, Guarda Municipal, Fundação Zoológica, entre outros. O vereador Braulio Lara ainda pergunta qual seriam os problemas de responsabilidade da DGAU. Ricardo Aroeira aduz que problemas afetos a questões ligadas a SMOBI, o que está na responsabilidade da DGAU única e exclusivamente a fiscalização do contrato de tratamento das águas.

583. Por fim, encerra-se a oitiva de Ricardo Aroeira e então é chamada Ana Paula Fernandes Viana Furtado, Engenheira da DGAU. Registra-se que a senhora Ana Paula estava acompanhada de seus 3 advogados: as doutoras Shirley Drummond Cossolosso, Juliana e doutor Oberdan Fernando Magalhães Souza. Antes de iniciar a oitiva, o presidente da CPI, vereador Juliano Lopes, informou que a Sra Ana Paula possui o direito ao silêncio constitucional, em observância ao disposto no art. 5º, inciso XLIII e art. 186 do Código de Processo Penal. Após cumprimentos, o vereador Braulio Lara, Relator desta CPI, deu início às perguntas.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Para uma melhor elucidação dos fatos, o Relatório Técnico N° 067/2018, (SLIDE 19) foi desenvolvido para justificar a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. A inexigibilidade é prevista no art. 25 da Lei 8.666/93. Dispondo:

*Art.25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;*



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Como pode-se atestar uma inexigibilidade sendo que apenas uma das empresas era detentora de um produto que era único?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** Eu expliquei isso em outras oportunidades que eu tive aqui depondo. Esta é uma contratação na qual o produto central e que equivale a maior parte do contrato, que tem o maior peso contratual, é o Phoslock. Ele possui um contrato de exclusividade e os demais elementos desta contratação e das empresas, são elementos acessórios indispensáveis que inclusive na minha justificativa eu falo da impossibilidade da indivisibilidade técnica do objeto. Então, os demais elementos são acessórios indispensáveis para garantir que este elemento central exerça o seu tratamento dentro da Lagoa da Pampulha.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Senhora Ana Paula, nessa percepção de indivisibilidade e considerando como a senhora bem disse agora, que o phoslock era o elemento central, qual é a visão relativa a ter outros produtos que poderiam fazer o papel complementar dentro dessa mesma lógica e outra pergunta complementar para a senhora também, é, se o peso era maior, qual era esse fato o peso dentro do contrato em si porque para a prefeitura?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** Esta informação consta na documentação que deu origem ao contrato, qual que é o peso de cada serviço associado a cada componente do consórcio e para cada uma delas está descrito na documentação. A indivisibilidade do objeto é porque a gente não tá contratando aplicação de produto e sim um tratamento e essa informação consta na documentação técnica que foi encaminhada e que compõem o processo licitatório, do peso de cada componente, de cada serviço deste contrato.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** A senhora tem como evidenciar para a gente, por favor?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** Essas informações estão dentro da documentação técnica que foi enviada a vocês, dentro do relatório 067 com as notas fiscais e toda análise de preço.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** A senhora encaminhou os documentos, a prefeitura também. Por isso, estou fazendo a pergunta só para clarificar e confirmar informações. A senhora quer fazer essa menção de forma direta da matéria em si dos relatórios, ou a senhora prefere não falar?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** Eu já repassei nas reuniões passadas, expliquei caso a caso o papel de cada uma das empresas. O que eu podia falar, o que eu tinha para falar já foi falado e além de eu ter falado, isso foi repassado do mentalmente para esta CPI.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** Ainda sobre o Relatório Técnico N° 067/2018, na Tabela 1 - Comparação entre as Tecnologias de Tratamento, no item Eficiência, você afirma que a ETAF apresenta redução de apenas 30% de fósforo, tendo como embasamento a comprovação por muitos cases nacionais e internacionais, além de publicações científicas. Você ratifica esta informação?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** Essa tabela não deve ser lida isolada no relatório. Cada uma dessas linhas é descrita textualmente e todas as referências bibliográficas e técnicas estão apresentadas no relatório 067 e reitero que essa informação de 30% não foi a justificativa para que a ETAF não fosse selecionada na minha avaliação para o tratamento das águas da Lagoa da Pampulha.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** No 1° Relatório Trimestral - Junho de 2016, sob vigência do Contrato AJ032/2015, pode-se verificar que as concentrações de fósforo total ainda estão acima do limite estabelecido para a obtenção do Padrão Classe 3 da Resolução CONAMA 357/2005. Mesmo com a aplicação do biorremediador Phoslock. Esta constatação também pode ser observada no 1° Relatório Trimestral referente ao contrato AJ 057/2018. Mesmo com as evidências apresentadas, por quê em 2018 a contratação foi realizada por inexigibilidade? Por quê não houve abertura para a verificação de outros métodos?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** (SLIDE 3) Nesse slide, consta na apresentação do senhor, referente ao contrato AJ 057/2018. Este slide apresenta um gráfico que demonstra as barras de análises do fósforo. Es-





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ses dados são mensais, e a gente sabe que tanto para o primeiro contrato quanto para o segundo contrato a gente trabalha com dados trimestrais. A análise não pode ser feita mensalmente pois o tempo médio de resposta da Lagoa em relação ao relatório é trimestralmente. Além disso, a gente deve considerar os períodos críticos da sazonalidade. E ademais, no projeto básico do contrato no qual eu passei a ser fiscal a partir de 2019 é definido lá no item 12 que nos meses de janeiro não é exigida a meta de classe 3, mas uma meta intermediária, fora da vazão de referência que é definida antes do início dos trabalhos. Nós monitoramos 14 pontos mensalmente, 8 afluentes e 6 na Lagoa; 22 amostras em profundidades diferentes, sendo 8 afluentes e 14 na Lagoa; são 27 parâmetros analisados dentro da Lagoa e 17 nos afluentes. Isso totaliza 1542 resultados de análise de água, todos apresentados nesses relatórios através de tabelas, gráficos e em mapas. Assim, como prevê a Resolução CONAMA é necessário se fazer uma análise estatística para conhecer o comportamento da série, se essa série é confiável, se lá na análise laboratorial até no processo de coleta não houve contaminação, valor típico, se houve aumento, estabilidade ou declínio, dispersão, desvios que são conceitos estatísticos, variantes e incertezas. Essas análises estão previstas na resolução e também no projeto básico, bem como a exclusão de pontos no contrato 057/2018 que seriam afetados pelo desassoreamento. Por meio dessa análise é que sabemos se aquele ponto foi afetado ou não pelo desassoreamento através de uma série histórica e, aquele ponto que nunca apresentou aquele comportamento, se durante o período de desassoreamento apresentar um aumento excessivo, ele pode ser excluído da análise. No próximo slide, o gráfico do lado esquerdo é do primeiro contrato. No primeiro ano de contrato não era exigido a classe 3 pois era um ano de tratamento. Os três primeiros trimestres de 2016 não tinham as metas atingidas, mas isso não era contrato e isso era previsto. Com tudo, a partir de 2017, as metas de fósforo foram atendidas. O gráfico do lado direito é do segundo contrato e eu fui fiscal a partir de outubro de 2019. Quando as metas não foram alcançadas em determinados meses, houve glosa no contrato. Essa é a realidade. Em relação ao desassoreamento, foi um momento em que



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tivemos mais dificuldade, mas posso garantir que se o tratamento não tivesse sido feito durante o período de desassoreamento, a Lagoa estaria muito pior.

584. O vereador Braulio Lara solicitou que a senhora Ana Paula compartilhasse essas informações.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** A senhora fez essa explanação aqui. Só reforça por favor, como se atinge cada um dos três: meta intermediária, o que é; meta alcançada, considerando que a senhora está falando de trimestre; e meta glosada, quando acontece a glosa e o que isso gera de efeito prático no contrato.

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** As metas são definidas inicialmente, mesmo aquelas que não são no início, quando eu vou dar ordem de serviço no contrato é a última folha do relatório, para qualquer um, eu defino metas para todos os meses, antes de iniciar o tratamento. As metas intermediárias são discutidas entre a fiscalização e a empresa, as metas não intermediárias são da Resolução CONAMA e as glosas é quando a empresa não atinge as metas da Resolução CONAMA ou as metas intermediárias estabelecidas, sendo a empresa glosada em 20% para cada parâmetro.

**Pergunta (Vereador Professor Juliano Lopes - Presidente da CPI):** Conforme depoimentos anteriores, o produto Phoslock pode ser considerado o principal agente químico para uma possível obtenção do padrão de Classe 3 da água da Lagoa da Pampulha. O fato de ainda haver o carreamento de sedimentos e poluição para o interior da Lagoa pode explicar o não atingimento do padrão de Classe 3? (SLIDE 28)

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** O não atingimento da classe 3 está associado a diversas questões. Para cada uma dessas situações nos relatórios, a gente possui uma justificativa. O carreamento de demais sedimentos atrapalha o tratamento e não apenas a questão do Phoslock.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** A eficácia de uma aplicação de Phoslock pode ser prejudicada se ainda houver altas concentrações de fósforo externo entrando em um corpo d'água. No site do produto Phoslock



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pode-se extrair tal informação. Considerando que ainda tem a entrada de aporte na Lagoa, por que as metodologias que foram postas, não focam em estancar o problema de entrada de material dentro da Lagoa?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** Vereador, essa resposta eu já dei e, eu fui bastante clara de que, esta contratação foi para tratar o corpo lântico da Lagoa da Pampulha. A questão de trabalhar causas, eu não tenho como responder. Eu sei que a PBH possui um plano e esse plano não ficou sob minha responsabilidade. Havia um compromisso de que a COPASA iria fazer reduções de cargas. Por ela não atender esses compromissos, a PBH ajuizou uma ação na Justiça Federal.

**Pergunta (Vereador Braulio Lara - Relator da CPI):** No relatório 67/2018, a CNT Ambiental Ltda., empresa que compõe o Consórcio Pampulha Viva, foi apresentada detentora do "know-how" referente a técnica aplicada na Lagoa para os "Serviços de Recuperação da Qualidade das Águas da Lagoa da Pampulha" (SLIDE 29, 30), no entanto o dirigente da CNT Ambiental quando presente nesta CPI, não soube responder nenhum detalhe referente a técnica aplicada na Lagoa. Sabe nos responder o porquê?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** Eu assisti o depoimento do senhor Marco Antônio e eu acredito que ele esteja bastante debilitado até para prestar as informações de forma clara. Mas ele é a pessoa que mais conhece desse procedimento no dia a dia. As informações que eu presto no relatório, eu ratifico essas informações.

585. Em seguida, o Presidente da CPI, vereador Professor Juliano Lopes abre para as perguntas dos demais vereadores.

**Pergunta (Vereador Wanderley Porto):** Ofício nº 218/2019/LB/PJPP- BH. A senhora pode verificar no cabeçalho do documento, qual foi o órgão interno do MPMG que o elaborou?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** 17º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DA COMARCA DE BELO HORIZONTE



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Vereador Wanderley Porto):** a senhora pode verificar na página 2 do documento no trecho grifado qual o tema nele tratado?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** Trata-se de Notícia de Fato tendo por objeto suposta irregularidade na intenção do Município de Belo Horizonte de retomar os trabalhos de tratamento da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, por meio de "Remediação", valendo-se do instituto da inexigibilidade de licitação.

**Pergunta (Vereador Wanderley Porto):** Página 4, no trecho grifado, o promotor de justiça faz referência a um relatório técnico número 067 de 2018 que seria de sua autoria. Sabe me informar se é o mesmo que conduziu a inexigibilidade da licitação para contratação do consórcio Pampulha Viva?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** Sim, é o mesmo relatório.

**Pergunta (Vereador Wagner Ferreira):** Na página 6, a senhora pode ler o trecho grifado?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte comprovou que a contratação inicial do Consórcio decorre do Processo Licitatório (licitação SCO 033/2013) e a execução deste contrato produziu resultados positivos, tendo em vista que a qualidade da água atingiu a Classe almejada.

**Pergunta (Vereador Wagner Ferreira):** Na página 7, a senhora pode me esclarecer se esse trecho grifado é a conclusão do promotor de que não houve regularidade na contratação por inexigibilidade?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** Sim.

**Pergunta (Vereador Wagner Ferreira):** Na página 10, a senhora pode identificar quem assina a decisão de não instaurar inquérito civil?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** O promotor de justiça Doutor Leonardo Duque Barbabela

586. O vereador Wagner Ferreira destaca que esse é o terceiro inquérito arquivado. Em seguida o vereador Bruno Miranda faz uma menção a uma reunião ocorrida no dia 17 de maio promovida pela Sociedade Mineira de Engenhei-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ros na qual aconteceu um debate técnico a respeito da Pampulha. Afirmar que eles produziram um documento na qual considera importante a leitura, para que conste nos anais desta audiência. Em seguida faz a leitura do documento, onde se destacam algumas soluções e considerações acerca do tratamento da Lagoa.

587. Após a leitura, o vereador Bruno Miranda encerra sua fala e o vereador Braulio Lara afirma que a CPI tem como princípio base, desenvolver solução para os problemas da cidade. Argumenta que o município precisa defender esse patrimônio cultural que faz parte da história da população de Belo Horizonte. Acrescenta que a discussão não pode se voltar apenas à engenharia e que é necessário a integração de diversos esforços e, o pilar principal dessa CPI é saber que o patrimônio cultural precisa de ser defendido e o poder público não pode esquecer que não cabe a ele flexibilizar determinados critérios ou parâmetros. Cabe a ele ser assertivo e executivo dentro das proposições que são colocadas, com toda a responsabilidade obviamente de cada um dos agentes que vão compor essas ações. Destaca também o fato de que em 20 anos, já foram gastos cerca de 1,4 bilhões de reais em tratamentos, mas os problemas persistem. Por fim, traz alguns questionamentos à fala anterior do Bruno Miranda e do documento lido por ele.

588. Após isso, a defesa da senhora Ana Paula solicitou algumas perguntas para a mesma.

**Pergunta (Defesa Ana Paula):** Qual o seu papel e função, no processo de inexigibilidade da licitação para contratação da continuidade do serviço de tratamento de água da Lagoa da Pampulha no ano de 2018?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** Meu papel foi elaborar a documentação técnica para que essa contratação acontecesse.

**Pergunta (Defesa Ana Paula):** A contratação de continuidade do serviço e tratamento das águas da Lagoa da Pampulha se deu após emissão de parecer jurídico?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** Sim.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Defesa Ana Paula):** E esse parecer jurídico é assinado por quem e por quais órgãos da PBH?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** Esse parecer elaborado pela Assessoria Jurídica da SMOBI, depois apreciado pela Procuradoria Geral do Município e neste caso especial pelo procurador-geral do município, à época, Doutor Tomás Aquino.

**Pergunta (Defesa Ana Paula):** A senhora é fiscal do contrato de continuidade do serviço tratamento das águas da Lagoa da Pampulha, firmado em decorrência do processo de inelegibilidade, em qual período?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** O contrato foi iniciado em outubro de 2018, e o meu papel como fiscal só iniciou um ano após, em setembro de 2019 por meio de uma portaria, conforme é exigido, publicada no Diário Oficial do Município.

**Pergunta (Defesa Ana Paula):** Em relação aos pagamentos de continuidade do serviço e tratamento das águas da Lagoa da Pampulha iniciados em 2018. Durante o período em que a senhora é fiscal, foram seguidas todas as cláusulas contratuais, especialmente aquelas relacionadas às condições de pagamento?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** Todas as cláusulas foram seguidas, inclusive, hoje eu apresentei aqui, a questão de como é feito, percentuais, quais pontos são considerados e tudo está previsto no contrato.

**Pergunta (Defesa Ana Paula):** O contrato previa que até certo período, as metas a serem atingidas eram diferenciadas. Na sua visão, isso torna um cálculo de parâmetros por média imprestável como ferramenta avaliação dos pagamentos feitos ao consórcio Pampulha Viva?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** Não, pois a própria Resolução CONAMA prevê que nos períodos de sazonalidade, que são as variações de referência fora da normalidade (final de período seco e início de período chuvoso). Então, as metas intermediárias não fogem da legislação e ela é feita antes da aferição.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Pergunta (Defesa Ana Paula):** Quais as diferenças de precisão entre monitoramento feito pelo IGAM e o feito pela prefeitura de Belo Horizonte? Qual deles tem mais pontos de coleta?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** O IGAM faz um trabalho de monitoramento de qualidade de água dos corpos da água, e no Brasil, são poucos institutos que fazem isso. O monitoramento do IGAM é mais pontual e analisam dentro da Lagoa. Para fins do pagamento e acompanhamento do tratamento, a gente definiu junto com a equipe técnica que era necessário avaliar as colunas da água, por causa da questão de estratificação. Então, o nosso monitoramento para acompanhamento do contrato é muito mais denso, sendo mais indicado que o monitoramento do IGAM que possui outros propósitos.

**Pergunta (Defesa Ana Paula):** Os dados do IGAM, mesmo que importantes para suas próprias finalidades, servem para possibilitar uma verificação sobre a regularidade dos pagamentos do consórcio Pampulha Viva?

**Resposta (Ana Paula Furtado, Engenheira da DGAU):** Não. Esses últimos não são utilizados porque eles são feitos só na superfície, e como sabemos das condições de estratificação dos lagos, a gente precisa avaliar se o tratamento está tendo resultado em todo o corpo da Lagoa da Pampulha, precisamos avaliar superfície, meio e fundo e para um número maior de pontos.

589. A defesa encerra suas perguntas. Em seguida o vereador Braulio Lara faz uma última pergunta sobre o IGAM questionando o porquê de haver divergências entre os dados de medição desse último órgão. A senhora Ana Paula responde dizendo que o IGAM só monitora a superfície em alguns pontos. Aduz que sua equipe faz um trabalho mais denso e mais profundo.

590. O vereador Braulio Lara ainda pergunta quem está fazendo a avaliação da água, se é o Consórcio Pampulha Viva ou se é a Prefeitura através de um laboratório independente. Sobre isso, a senhora Ana Paula responde que é feito por um laboratório acreditado, conforme prevê a legislação. Aduz que na época o Consórcio Pampulha Viva fazia essa avaliação em um laboratório acreditado com o selo da INMETRO e a Prefeitura faz uma outra avaliação também em outro laboratório acreditado para um “double check” recomendado





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pela UFMG. Ana Paula afirma que as informações apontadas pelos laboratórios do IGAM não são consideradas para fins de pagamento, mas sim para análise de tendências. O vereador Braulio Lara finaliza perguntando se o projeto básico foi formatado antes ou depois do processo de licitação e, a senhora Ana Paula responde dizendo que o projeto básico é um elemento da documentação de licitação.

591. Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, o vereador Professor Juliano Lopes, presidente da CPI, se deu encerrada essa reunião às 12 horas e 36 minutos.

### **III.25 DA 25ª REUNIÃO DA 1ª CPI DA LAGOA DA PAMPULHA - AUDIÊNCIA PÚBLICA - DEBATE ACERCA DAS TECNOLOGIAS E SOLUÇÕES PARA TRATAMENTO DA ÁGUA DA LAGOA DA PAMPULHA**

592. A vigésima quinta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da LAGOA DA PAMPULHA foi realizada no dia 13 de junho de 2023, às 09h30min, no Plenário Helvécio Arantes, deu início sob a presidência do Vereador Professor Juliano Lopes e contou com a presença do Relator desta Comissão, Vereador Braulio Lara. Estavam presentes também os Vereadores Rubão, Irlan Melo, Sérgio Fernando Pinho Tavares e a Vereadora Flávia Borja.

593. Registrou-se a presença do Vereador Cleiton Xavier, que acompanhou os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

594. A reunião teve como finalidade a realização de Audiência Pública para realização do debate e apresentação de tecnologias, métodos de trabalho e soluções para a melhoria da qualidade da água, desassoreamento, retenção e retirada de resíduos, bem como de lixo sobrenadante da Lagoa da Pampulha com vistas ao bloqueio de entrada de aportes poluidores.

595. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente da CPI solicitou a inversão da pauta, deste modo os Requerimentos seriam apresentados e votados antes do início da Audiência Pública.

596. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação da inversão da pauta. Foram discutidos e votados os seguintes Requerimentos:



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- I - Requerimento de Comissão nº 1534/2023. Solicitação de pedido de informação à Fundação Christiano Ottoni – FCO, tendo como finalidade a obtenção de informações referentes a todos os pagamentos que foram efetuados aos colaboradores/consultores da Fundação que integraram e/ou participaram do grupo de trabalho responsável pelo desenvolvimento e emissão dos relatórios técnicos, pareceres técnicos, pesquisas e estudos que são oriundos da celebração do Contrato AJ089/2018 com a Prefeitura de Belo Horizonte. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo para resposta será de 5 dias úteis a contar da data de recebimento pelo destinatário.
- II - Requerimento de Comissão nº 1535/2023. Solicitação de pedido de informação à Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das informações referentes a todos os pagamentos que foram efetuados pela PBH à Fundação Christiano Ottoni – FCO, oriundos da celebração do Contrato AJ089/2018. Autoria: Ver.(a) Braulio Lara. Discutido e votado, a Comissão optou pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo para resposta será de 5 dias úteis a contar da data de recebimento pelo destinatário.

597. Dando continuidade aos trabalhos da Comissão, o Presidente informou que seria iniciada a Audiência Pública, deste modo o Diretor de Operações da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, Sr. Eduardo Borges Pereira, que participou de forma remota, através de videoconferência, iniciou a sua explanação enfatizando que vem acompanhando os trabalhos da CPI, e citou um dos pontos levantados pela Comissão, e que possui importante relevância, foi o fato dos vereadores destacarem que os serviços de ma-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

nutrição e melhoria da qualidade da água juntamente com o desassoreamento são fundamentais, porém as causas que ocasionam o alto grau de poluição no interior da Lagoa devem ser resolvidas. O Sr. Eduardo Borges Pereira informou que trabalha na mencionada companhia de saneamento há cerca de 32 anos, ressaltou ainda que trabalhou no projeto de despoluição do Lago Paranoá, em Brasília, sendo que a condição da referida lagoa estava em estado crítico de poluição e assoreada em diversos pontos. Sobre a poluição, o Diretor ressaltou que até meados da década de 1970 houve uma intensa urbanização, e ocupação, na área da bacia hidrográfica no qual o Lago Paranoá está localizado, sendo que parte desta ocupação ocorreu de forma irregular e consequentemente agravou a situação de aumento, e despejo, no da carga de esgoto sem tratamento, resultando em um processo de eutrofização do Lago, e que há época tal situação resultou em um cenário significativo de poluição, atingindo quase 100% de contaminação.

598. No entanto, a partir da década de 1980, a região da bacia hidrográfica do Lago Paranoá, através dos esforços conjuntos do Poder Público e da Companhia de Saneamento, começou a passar por um processo paulatino de recuperação ambiental e a implementação de medidas de saneamento básico e esgotamento sanitário. Tais implementações resultaram em progressos consideráveis na diminuição da poluição que desaguava no Lago. O Sr. Eduardo Borges Pereira enfatizou que vinte anos depois, contados a partir do início da implementação das medidas de saneamento, a poluição no Lago Paranoá praticamente desapareceu, demonstrando a importância de ações efetivas para a preservação e recuperação do Lago.

599. Ainda sobre a temática do processo de despoluição do Lago Paranoá, o Diretor informou que a Companhia de Saneamento do Distrito Federal contratou uma empresa internacional de auditoria e mapeamento ambiental para desenvolvimento de um estudo para constatar as condições da bacia hidrográfica do Lago e as causas que resultaram no alto nível de poluição da represa. Após um período de trabalho, o relatório final apontou que este nível de poluição era causado principalmente pela altas cargas de sedimentos que eram carreados para o interior do Lago Paranoá e também pelos inúmeros canais de esgotos ir-



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

regulares que desaguavam no local. Diante destas informações a CAESB iniciou um processo de mapeamento e execução de obras para realização das ligações dos esgotos que não eram ligados à rede. Durante o trabalho de despoluição do Lago Paranoá, também foram utilizados dois importantes procedimentos, o primeiro foi a eco-hidrologia que pode ser entendida como um levantamento minucioso de toda a bacia hidrológica do Lago Paranoá e a sua disponibilidade hídrica, levando em consideração o cenário urbanístico da região bem como as demandas existentes em relação aos recursos hídricos disponíveis, deste modo o planejamento e desenvolvimento das ações de gestão foram sendo implementadas conforme as características desta bacia hidrológica e da região. O segundo procedimento foi a biomanipulação, que consiste na manipulação de comunidades de seres vivos e não vivos que estão inseridos em um determinado ecossistema, tendo como finalidade a recuperação ambiental de uma região. A implementação destas medidas contribuiu também para um maior controle da movimentação dos sedimentos passivos que estavam depositados no fundo do Lago Paranoá.

600. O Sr. Eduardo Borges Pereira enfatizou que a auditoria também reforçou a necessidade de abordar a bacia hidrográfica como um todo, deste modo as medidas adotadas para despoluição e manutenção da qualidade da água do Lago Paranoá teriam um maior grau de eficiência.

601. O Diretor da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal informou que a bacia hidrográfica do Lago Paranoá é alimentada por 10 afluentes de relevante importância, sendo que dentro desta área de drenagem existem 3 estações de tratamento de esgoto e que atualmente são responsáveis pela coleta dos resíduos de aproximadamente 1 milhão de pessoas, sendo que a identificação dos imóveis que não possuem ligação com a rede de esgotamento sanitário e a consequente resolução deste cenário combinado com um gerenciamento integrado da bacia hidrográfica do Lago Paranoá demonstraram a importância de abordar a questão da poluição de forma abrangente e cooperativa.

602. Após esta explanação, o Relator da CPI, Vereador Braulio Lara, enfatizou que a informação compartilhada pelo Sr. Eduardo Borges Pereira confirma-